

Universidade do Sul de Santa Catarina

Introdução ao Cooperativismo

Disciplina na modalidade a distância

UnisulVirtual

A sua universidade a distância

Universidade do Sul de Santa Catarina

Introdução ao Cooperativismo

Disciplina na modalidade a distância

Palhoça
UnisulVirtual
2012

Créditos

Universidade do Sul de Santa Catarina | Campus UnisulVirtual | Educação Superior a Distância

Avenida dos Lagos, 41 – Cidade Universitária Pedra Branca | Palhoça – SC | 88137-900 | Fone/fax: (48) 3279-1242 e 3279-1271 | E-mail: cursovirtual@unisul.br | Site: www.unisul.br/unisulvirtual

Reitor

Ailton Nazareno Soares

Vice-Reitor

Sebastião Salésio Heerdt

Chefe de Gabinete da Reitoria

Willian Corrêa Máximo

Pró-Reitor de Ensino e

**Pró-Reitor de Pesquisa,
Pós-Graduação e Inovação**
Mauri Luiz Heerdt

Pró-Reitora de Administração Acadêmica

Miriam de Fátima Bora Rosa

Pró-Reitor de Desenvolvimento e Inovação Institucional

Valter Alves Schmitz Neto

Diretora do Campus Universitário de Tubarão

Milene Pacheco Kindermann

Diretor do Campus Universitário da Grande Florianópolis

Hércules Nunes de Araújo

Secretária-Geral de Ensino

Solange Antunes de Souza

Diretora do Campus Universitário UnisulVirtual

Jucimara Roesler

Equipe UnisulVirtual

Diretor Adjunto

Moacir Heerdt

Secretaria Executiva e Cerimonial

Jackson Schuelter Wiggers (Coord.)
Marcelo Fraiberg Machado
Tenille Catarina

Assessoria de Assuntos Internacionais

Murilo Matos Mendonça

Assessoria de Relação com Poder Público e Forças Armadas

Adenir Siqueira Viana
Walter Félix Cardoso Junior

Assessoria DAD - Disciplinas a Distância

Patrícia da Silva Meneghel (Coord.)
Carlos Alberto Areias
Cláudia Berh V. da Silva
Conceição Aparecida Kindermann
Luiz Fernando Meneghel
Renata Souza de A. Subtil

Assessoria de Inovação e Qualidade de EAD

Denia Falcão de Bittencourt (Coord.)
Andrea Ouriques Balbinot
Carmen Maria Cipriani Pandini

Assessoria de Tecnologia

Osmar de Oliveira Braz Júnior (Coord.)
Felipe Fernandes
Felipe Jacson de Freitas
Jefferson Amorim Oliveira
Phelipe Luiz Winter da Silva
Priscila da Silva
Rodrigo Battistotti Pimpão
Tamara Bruna Ferreira da Silva

Coordenação Cursos

Coordenadores de UNA

Diva Marília Flemming
Marciel Evangelista Catâneo
Roberto Iunskovski

Auxiliares de Coordenação

Ana Denise Goularte de Souza
Camile Martinelli Silveira
Fabiana Lange Patricio
Tânia Regina Goularte Waltemann

Coordenadores Graduação

Aloísio José Rodrigues
Ana Luísa Mülbner
Ana Paula R. Pacheco
Artur Beck Neto
Bernardino José da Silva
Charles Odair Cesconetto da Silva
Dilsa Mondardo
Diva Marília Flemming
Horácio Dutra Mello
Itamar Pedro Bevilacqua
Jairo Afonso Henke
Janaina Baeta Neves
Jorge Alexandre Nogueira Cardoso
José Carlos da Silva Junior
José Gabriel da Silva
José Humberto Dias de Toledo
Joseane Borges de Miranda
Luiz G. Buchmann Figueiredo
Marciel Evangelista Catâneo
Maria Cristina Schweitzer Veit
Maria da Graça Poyer
Mauro Faccioni Filho
Moacir Fogaça
Nélio Herzmann
Onei Tadeu Dutra
Patrícia Fontanella
Roberto Iunskovski
Rose Clér Estivalette Beche

Vice-Coordenadores Graduação

Adriana Santos Rammé
Bernardino José da Silva
Catia Melissa Silveira Rodrigues
Horácio Dutra Mello
Jardel Mendes Vieira
Joel Irineu Lohn
José Carlos Noronha de Oliveira
José Gabriel da Silva
José Humberto Dias de Toledo
Luciana Manfroi
Rogério Santos da Costa
Rosa Beatriz Madruga Pinheiro
Sergio Sell
Tatiana Lee Marques
Valnei Carlos Nardin
Sâmia Mônica Fortunato (Adjunta)

Coordenadores Pós-Graduação

Aloísio José Rodrigues
Anelise Leal Vieira Cubas
Bernardino José da Silva
Carmen Maria Cipriani Pandini
Daniela Ernani Monteiro Will
Giovani de Paula
Karla Leonora Dayse Nunes
Leticia Cristina Bizarro Barbosa
Luiz Otávio Botelho Lento
Roberto Iunskovski
Rodrigo Nunes Lunardelli
Rogério Santos da Costa
Thiago Coelho Soares
Vera Rejane Niedersberg Schuhmacher

Gerência Administração Acadêmica

Angelita Marçal Flores (Gerente)
Fernanda Farias

Secretaria de Ensino a Distância

Samara Josten Flores (Secretária de Ensino)
Giane dos Passos (Secretária Acadêmica)
Adenir Soares Júnior
Alessandro Alves da Silva
Andréa Luci Mandira
Cristina Mara Schaufert
Djeime Sammer Bortolotti
Douglas Silveira
Evilym Melo Livramento
Fabiano Silva Michels
Fabrício Botelho Espindola
Fellipe Wronski Henrique
Gisele Terezinha Cardoso Ferreira
Indyanara Ramos
Janaina Conceição
Jorge Luiz Vilhar Malaquias
Juliana Broering Martins
Luana Borges da Silva
Luana Tarsila Hellmann
Luiza Koing Zumblick
Maria José Rossetti

Marilene de Fátima Capeleto
Patrícia A. Pereira de Carvalho
Paulo Lisboa Cordeiro
Paulo Maurício Silveira Bubalo
Rosângela Mara Siegel
Simone Torres de Oliveira
Vanessa Pereira Santos Metzker
Vanilla Liordina Heerdt

Gestão Documental

Lamuniê Souza (Coord.)
Clair Maria Cardoso
Daniel Lucas de Medeiros
Jaliza Thizon de Bona
Guilherme Henrique Koerich
Josiane Leal
Marília Locks Fernandes

Gerência Administrativa e Financeira

Renato André Luz (Gerente)
Ana Luise Wehrle
Anderson Zandrê Prudêncio
Daniel Contessa Lisboa
Naiara Jeremias da Rocha
Rafael Bourdot Back
Thais Helena Bonetti
Valmir Venício Inácio

Gerência de Ensino, Pesquisa e Extensão

Janaina Baeta Neves (Gerente)
Aracelli Araldi

Elaboração de Projeto

Carolina Hoeller da Silva Boing
Vanderlei Brasil
Francielle Arruda Rampolotte

Reconhecimento de Curso

Maria de Fátima Martins

Extensão

Maria Cristina Veit (Coord.)

Pesquisa

Daniela E. M. Will (Coord. PUIP, PUIIC, PIBIC)
Mauro Faccioni Filho (Coord. Nuvem)

Pós-Graduação

Anelise Leal Vieira Cubas (Coord.)

Biblioteca

Saetele Cecília e Souza (Coord.)
Paula Sanhudo da Silva
Marília Ignacio de Espindola
Renan Felipe Cascaes

Gestão Docente e Discente

Enzo de Oliveira Moreira (Coord.)

Capacitação e Assessoria ao Docente

Alessandra de Oliveira (Assessoria)
Adriana Silveira
Alexandre Wagner da Rocha
Elaine Cristiane Surian (Capacitação)
Elizete De Marco
Fabiana Pereira
Iris de Souza Barros
Juliana Cardoso Esmeraldino
Maria Lina Moratelli Prado
Simone Ziguonovas

Tutoria e Suporte

Anderson da Silveira (Núcleo Comunicação)
Claudia N. Nascimento (Núcleo Norte-Nordeste)
Maria Eugênia F. Celeghein (Núcleo Pólos)
Andreza Talles Cascais
Daniela Cassol Peres
Débora Cristina Silveira
Ednéia Araujo Alberto (Núcleo Sudeste)
Francine Cardoso da Silva
Janaina Conceição (Núcleo Sul)
Joice de Castro Peres
Karla F. Wisniewski Desengrini
Kelín Buss
Liana Ferreira
Luiz Antônio Pires
Maria Aparecida Teixeira
Mayara de Oliveira Bastos
Michael Mattar

Patrícia de Souza Amorim
Poliana Simão
Schenon Souza Preto

Gerência de Desenho e Desenvolvimento de Materiais Didáticos

Márcia Loch (Gerente)

Desenho Educacional

Cristina Klipp de Oliveira (Coord. Grad./DAD)
Roseli A. Rocha Moterle (Coord. Pós/Ext.)
Aline Cassol Daga
Aline Pimentel
Carmelita Schulze
Daniela Siqueira de Menezes
Delma Cristiane Morari
Eliete de Oliveira Costa
Eloísa Machado Seemann
Flavia Lumi Matuzawa
Geovania Japiassu Martins
Isabel Zoldan da Veiga Rambo
João Marcos de Souza Alves
Leandro Romanó Bamberg
Lygia Pereira
Lis Airê Fogolari
Luiz Henrique Milani Queriquelli
Marcelo Tavares de Souza Campos
Mariana Aparecida dos Santos
Marina Melhado Gomes da Silva
Marina Cabeda Egger Moellwald
Mirian Elizabet Hahmeyer Collares Elpo
Pâmella Rocha Flores da Silva
Rafael da Cunha Lara
Roberta de Fátima Martins
Roseli Aparecida Rocha Moterle
Sabrina Bleicher
Verônica Ribas Cúrcio

Acessibilidade

Vanessa de Andrade Manoel (Coord.)
Leticia Regiane Da Silva Tobar
Mariella Gloria Rodrigues
Vanessa Montagna

Avaliação da aprendizagem

Claudia Gabriela Dreher
Jaqueline Cardozo Polla
Nágila Cristina Hinkel
Sábrina Paula Soares Scaranto
Thayanny Aparecida B. da Conceição

Gerência de Logística

Jeferson Cassiano A. da Costa (Gerente)

Logística de Materiais

Carlos Eduardo D. da Silva (Coord.)
Abraão do Nascimento Germano
Bruna Maciel
Fernando Sardão da Silva
Filypp Margino dos Santos
Guilherme Lentz
Marlon Eliseu Pereira
Pablo Varela da Silveira
Rubens Amorim
Yslann David Melo Cordeiro

Avaliações Presenciais

Graciéle M. Lindenmayr (Coord.)
Ana Paula de Andrade
Angelica Cristina Gollo
Cristilaine Medeiros
Daiana Cristina Bortolotti
Delano Pinheiro Gomes
Edson Martins Rosa Junior
Fernando Steimbach
Fernando Oliveira Santos
Lisdeise Nunes Felipe
Marcelo Ramos
Marcio Ventura
Onsi Jose Seidler Junior
Thais Bortolotti

Gerência de Marketing

Eliza B. Dallanol Locks (Gerente)

Relacionamento com o Mercado

Alvaro José Souto

Relacionamento com Polos Presenciais

Alex Fabiano Wehrle (Coord.)
Jeferson Pandolfo

Karine Augusta Zanoni
Marcia Luz de Oliveira
Mayara Pereira Rosa
Luciana Tomadão Borguetti

Assuntos Jurídicos

Bruno Lucion Roso
Sheila Cristina Martins

Marketing Estratégico

Rafael Bavaresco Bongjolo

Portal e Comunicação

Catia Melissa Silveira Rodrigues
Andreia Drewes
Luiz Felipe Buchmann Figueiredo
Rafael Pessi

Gerência de Produção

Arthur Emmanuel F. Silveira (Gerente)
Francini Ferreira Dias

Design Visual

Pedro Paulo Alves Teixeira (Coord.)
Alberto Regis Elias
Alex Sandro Xavier
Anne Cristyene Pereira
Cristiano Neri Gonçalves Ribeiro
Daiana Ferreira Cassanego
Davi Pieper
Diogo Rafael da Silva
Edison Rodrigo Valim
Fernanda Fernandes
Frederico Trilha
Jordana Paula Schulka
Marcelo Neri da Silva
Nelson Rosa
Noemia Souza Mesquita
Oberdan Porto Leal Piantino

Multimídia

Sérgio Giron (Coord.)
Dandara Lemos Reynaldo
Cleber Magri
Fernando Gustavo Soares Lima
Josué Lange

Conferência (e-OLA)

Carla Fabiana Feltrin Raimundo (Coord.)
Bruno Augusto Zunino
Gabriel Barbosa

Produção Industrial

Marcelo Bittencourt (Coord.)

Gerência Serviço de Atenção Integral ao Acadêmico

Maria Isabel Aragon (Gerente)
Ana Paula Batista Detóni
André Luiz Portes
Carolina Dias Damasceno
Cleide Inácio Goulart Seeman
Denise Fernandes
Francielle Fernandes
Holdrin Milet Brandão
Jenniffer Camargo
Jessica da Silva Bruchado
Jonatas Collaço de Souza
Juliana Cardoso da Silva
Juliana Elen Tizian
Kamilla Rosa
Mariana Souza
Marilene Fátima Capeleto
Maurício dos Santos Augusto
Maycon de Sousa Candido
Monique Napoli Ribeiro
Priscilla Geovana Paganini
Sabrina Mari Kawano Gonçalves
Sheila Cristina Martins
Taize Muller
Tatiane Crestani Trentin

Letícia Cristina Bizarro Barbosa

Introdução ao Cooperativismo

Livro didático

Design instrucional

Marcelo Tavares de Souza Campos

Palhoça
UnisulVirtual
2012

Copyright © UnisulVirtual 2012

Nenhuma parte desta publicação pode ser reproduzida por qualquer meio sem a prévia autorização desta instituição.

Edição – Livro Didático

Professora Conteudista

Letícia Cristina Bizarro Barbosa

Design Instrucional

Marcelo Tavares de Souza Campos

Projeto Gráfico e Capa

Equipe UnisulVirtual

Diagramação

Daiana Ferreira Cassanego

Revisão

Smirna Cavalheiro

ISBN

978-85-7817-431-6

334

B21 Barbosa, Letícia Cristina Bizarro

Introdução ao cooperativismo: livro didático / Letícia Cristina Bizarro
Barbosa ; design instrucional Marcelo Tavares de Souza Campos. – Palhoça :
UnisulVirtual, 2012.

204 p. : il. ; 28 cm.

Inclui bibliografia.

ISBN 978-85-7817-431-6

1. Cooperativismo. I. Campos, Marcelo Tavares de Souza. II. Título.

Sumário

| | |
|---|-----|
| Apresentação..... | 7 |
| Palavras da professora..... | 9 |
| Plano de estudo | 11 |
| UNIDADE 1 - Fundamentos do cooperativismo | 17 |
| UNIDADE 2 - Da cooperação “primitiva” ao cooperativismo moderno... | 61 |
| UNIDADE 3 - Doutrina cooperativista | 99 |
| UNIDADE 4 - Precusores do cooperativismo pioneiro | 133 |
| UNIDADE 5 - Realizadores do cooperativismo pioneiro | 171 |
| Para concluir o estudo..... | 191 |
| Referências | 193 |
| Sobre a professora conteudista..... | 199 |
| Respostas e comentários das atividades de autoavaliação | 201 |
| Biblioteca Virtual..... | 203 |

Apresentação

Este livro didático corresponde à disciplina **Introdução ao Cooperativismo**.

O material foi elaborado visando a uma aprendizagem autônoma e aborda conteúdos especialmente selecionados e relacionados à sua área de formação. Ao adotar uma linguagem didática e dialógica, objetivamos facilitar seu estudo a distância, proporcionando condições favoráveis às múltiplas interações e a um aprendizado contextualizado e eficaz.

Lembre-se que sua caminhada, nesta disciplina, será acompanhada e monitorada constantemente pelo Sistema Tutorial da UnisulVirtual, por isso a “distância” fica caracterizada somente na modalidade de ensino que você optou para sua formação, pois na relação de aprendizagem professores e instituição estarão sempre conectados com você.

Então, sempre que sentir necessidade entre em contato; você tem à disposição diversas ferramentas e canais de acesso tais como: telefone, e-mail e o Espaço Unisul Virtual de Aprendizagem, que é o canal mais recomendado, pois tudo o que for enviado e recebido fica registrado para seu maior controle e comodidade. Nossa equipe técnica e pedagógica terá o maior prazer em lhe atender, pois sua aprendizagem é o nosso principal objetivo.

Bom estudo e sucesso!

Equipe UnisulVirtual.

Palavras da professora



Caro(a) estudante,

Vivemos um período histórico em que o sistema econômico hegemônico é o capitalista, e mesmo tendo existido, ou que ainda exista, o socialismo, embora “socialismo de mercado”, toda a reprodução da vida tende a passar pelo mercado, desde a comida que nos alimenta até o nosso lazer.

Ainda que existam outras formas paralelas de integração econômica contemporânea ao sistema capitalista, como, por exemplo, o modelo socialista, cooperativista e indígena, verifica-se que o capitalismo segue sendo hegemônico. Na busca de uma inter-relação entre vertentes teóricas econômicas, mais precisamente a capitalista, surgem a economia solidária e as cooperativas.

O cooperativismo, assim como outras formas de produção coletivas e solidárias, surgiu da necessidade de confrontar e minimizar as discrepâncias oriundas do sistema capitalista, objetivando uma economia mais justa em que todos pudessem trabalhar e receber por aquilo que produziram, e que o valor pago pelo produto estivesse de acordo com o trabalho nele aplicado, de modo a não existir exploração nem alienação econômica.

Nesse sentido, para construir uma economia mais justa e distributiva a partir de atores econômicos mais democráticos, como, por exemplo, as cooperativas, precisamos conhecer como tudo começou e como se deram as ações e políticas para a criação do cooperativismo no Brasil e no mundo, de modo a entender como esta forma de produção coletiva contribui para a formação de uma ideologia econômica a partir de suas doutrinas.

Sendo assim, por meio do estudo das experiências históricas e dos fundamentos do cooperativismo, teremos os subsídios

necessários para avançar em nossos estudos e compreender os equívocos e sucesso de cooperativistas ao longo da história.

Bons estudos!!

Professora Letícia Cristina Bizarro Barbosa



Plano de estudo

O plano de estudos visa a orientá-lo no desenvolvimento da disciplina. Ele possui elementos que o ajudarão a conhecer o contexto da disciplina e a organizar o seu tempo de estudos.

O processo de ensino e aprendizagem na UnisulVirtual leva em conta instrumentos que se articulam e se complementam, portanto, a construção de competências se dá sobre a articulação de metodologias e por meio das diversas formas de ação/mediação.

São elementos desse processo:

- o livro didático;
- o Espaço UnisulVirtual de Aprendizagem (EVA);
- as atividades de avaliação (a distância, presenciais e de autoavaliação);
- o Sistema Tutorial.

Ementa

Fundamentos. Doutrina. História. Filosofia. Princípios. Realizadores. Precursores.

Objetivos da disciplina

Geral

Compreender a história, fundamentos e demais peculiaridades referentes à formação de uma configuração econômico-social diferente e alternativa à configuração hegemônica capitalista.

Específicos

- Identificar os fundamentos do cooperativismo como atores de uma economia solidária.
- Estudar os fatos históricos do cooperativismo ao longo das Idades Antiga, Média e Moderna.
- Relacionar a doutrina cooperativista às doutrinas capitalistas e socialistas.
- Analisar as principais características dos precursores que influenciaram o cooperativismo.
- Identificar as principais características dos realizadores que influenciaram o cooperativismo.
- Demonstrar a importância do cooperativismo como forma alternativa de organização da sociedade.

Carga horária

A carga horária total da disciplina é 60 horas-aula.

Conteúdo programático/objetivos

Veja, a seguir, as unidades que compõem o livro didático desta disciplina e os seus respectivos objetivos. Estes se referem aos resultados que você deverá alcançar ao final de uma etapa de estudo. Os objetivos de cada unidade definem o conjunto de conhecimentos que você deverá possuir para o desenvolvimento de habilidades e competências necessárias à sua formação.

Unidades de estudo: 5

Unidade 1 – Fundamentos do cooperativismo

Nesta unidade você estudará os fundamentos do cooperativismo e da economia social e solidária, conhecendo suas origens, analisando as principais características que os compõem e, ainda, entendendo como se construíram os princípios do cooperativismo pelos quais o mesmo se baliza. Estudará, também, os conceitos gerais do cooperativismo, as diferenças entre cooperativismo e cooperação e conhecerá os símbolos que o representam.

Unidade 2 – Da cooperação “primitiva” ao cooperativismo moderno

Você analisará, nesta unidade, os principais fatos ocorridos na evolução histórica do cooperativismo, desde a antiguidade até os tempos modernos. Identificará práticas cooperativas que nos remetem ao que conhecemos hoje como cooperativismo. Além disso, conhecerá a contribuição destas práticas para o crescimento deste movimento.

Unidade 3 – Doutrina cooperativista

Aqui você conhecerá as características da doutrina cooperativista nos regimes socialista e capitalista, de modo a entender as diferenças de atuação do cooperativismo dentro de cada regime. Conhecerá ainda as realizações cooperativas tanto no capitalismo molecular como no capitalismo atomizado.

Unidade 4 – Precursores do cooperativismo pioneiro

Nesta unidade você estudará os principais precursores do cooperativismo e identificará suas principais características. Conhecerá as diversas linhas de pensamento, desde os que defendem a participação do Estado na formação e manutenção dos empreendimentos até os que defendem a total autogestão dos associados, e, ainda, compreenderá o papel desses precursores na formação de uma concepção econômica coletiva e solidária.


Unidade 5 – Realizadores do cooperativismo pioneiro

E, por fim, nesta unidade, estudará os principais realizadores do cooperativismo diferenciando-os dos precursores, e entenderá como suas experiências práticas contribuíram para o aperfeiçoamento do cooperativismo. Além disso, compreenderá o papel dos sistemas elaborados pelos realizadores na formação de uma concepção econômica coletiva e solidária.



Agenda de atividades/Cronograma

- Verifique com atenção o EVA, organize-se para acessar periodicamente a sala da disciplina. O sucesso nos seus estudos depende da priorização do tempo para a leitura, da realização de análises e sínteses do conteúdo e da interação com os seus colegas e professor.
- Não perca os prazos das atividades. Registre no espaço a seguir as datas com base no cronograma da disciplina disponibilizado no EVA.
- Use o quadro para agendar e programar as atividades relativas ao desenvolvimento da disciplina.

| Atividades obrigatórias |  |
|---|---|
| | |
| | |
| | |
| | |
| | |
| | |
| | |
| | |
| Demais atividades (registro pessoal) | |
| | |
| | |
| | |
| | |
| | |
| | |
| | |
| | |
| | |
| | |
| | |
| | |
| | |
| | |

UNIDADE 1

1

Fundamentos do cooperativismo



Objetivos de aprendizagem

- Estudar os fundamentos de uma economia social e solidária.
- Compreender os conceitos do cooperativismo.
- Conhecer as origens dos princípios do cooperativismo.
- Demonstrar os principais elementos que compõem o cooperativismo.



Seções de estudo

Seção 1 Conceitos gerais do cooperativismo

Seção 2 Símbolos do cooperativismo

Seção 3 Princípios do cooperativismo



Para início de estudo

Nesta unidade você estudará os fundamentos de uma economia social e solidária que são as bases para a construção do cooperativismo. Estudará, também, as definições do cooperativismo, entenderá o que é cooperação e o que este termo tem a ver com o cooperativismo, as quais permitirão a você compreender o que é uma cooperativa. Compreenderá ainda que cooperativismo apresenta distintos modelos de acordo com a forma de implementação e atores envolvidos.

Entenderá que as cooperativas utilizam alguns símbolos gráficos como, por exemplo, os pinheiros e os elementos e cores de sua bandeira visando remetê-las ao movimento socioeconômico em estudo e também à sua identidade.

E, por fim, identificará que o cooperativismo está baseado em princípios, valores e identidade cooperativa, e verá como tais princípios foram sendo discutidos e construídos ao longo dos anos, assim como foram articulados nos Congressos da Aliança Cooperativa Internacional, representação internacional do movimento cooperativista.

Seção 1 – Conceitos gerais do cooperativismo

Os conceitos gerais do cooperativismo, que fazem parte dos fundamentos da economia social, estão pautados pelos Congressos da Aliança Cooperativa Internacional (ACI). Esses conceitos são adotados por todo o movimento do cooperativismo; sendo assim, torna-se necessário analisarmos o que eles significam e por que são utilizados.

Para melhor compreendermos os conceitos do cooperativismo, vamos estudar a visão de diferentes autores sobre este tema, assim como o papel das cooperativas no sistema econômico e na sociedade.

Cooperativismo

Após as Revoluções Burguesas no Século XVIII, o cooperativismo toma forma e se constitui no que conhecemos hoje como doutrina, movimento ou sistema socioeconômico.

Segundo Hartung (2005, p. 7) o cooperativismo é considerado pelas instituições do sistema cooperativista como

uma doutrina, um sistema, um movimento ou, simplesmente, uma atitude ou disposição que considera as cooperativas como uma forma ideal de organização das atividades sócio-econômicas da humanidade.

Cada um desses predicados – **doutrina, um sistema, um movimento** – traz uma carga teórica que o direciona a outras esferas, por exemplo:

- Ao mencionar a **doutrina**, nos remete a um cooperativismo que tem lógica e racionalidade antagônica à economia hegemônica, a qual é caracterizada pela lógica capitalista de produção e circulação de bens e serviços.
- Quando nos referimos a **sistema**, podemos imaginar uma economia formada por cooperativas que atuam desde os setores produtivos e financeiros até os serviços públicos estatais. Ao longo da história esta configuração ganhou ênfase em novas discussões sobre socialismo, economia solidária, entre outros.
- Já o termo **movimento** nos remete a questões sociais e a movimentos sociais. Ao considerar o cooperativismo como um movimento, seja ele econômico ou social, estamos relacionando-o à defesa de interesses de um grupo, uma classe ou um setor.

Pinho (1966, p. 8) define cooperativismo como “doutrina que tem por objeto a correção do social pelo econômico através de associações de fim predominantemente econômico, ou seja, as cooperativas”.

O cooperativismo, para Pinho (1966), significa construir uma sociedade em que as cooperativas constituam-se na melhor instituição para transformar a economia. Isto é uma economia **social, solidária e justa**, onde todos participam ativamente, conforme veremos a seguir no contexto do cooperativismo como um instrumento para a construção de uma economia social e solidária.

Por uma economia social e solidária

O cooperativismo é um sistema de interação econômica que surge como resposta às mazelas decorrentes do modelo econômico capitalista, as quais afrontaram ou desestabilizaram as condições de trabalho no século XIX, intensificando a exploração dos trabalhadores. Posteriormente a esse período, no século XX, surge a economia solidária para reacender a luta dos trabalhadores por um sistema econômico mais **justo e equitativo**.

Paul Singer (2001) propõe o cooperativismo como uma solução não capitalista para o desemprego, a partir de uma oportunidade de inserção da massa socialmente excluída em um novo setor econômico, formado por cooperativas dentro de um mercado protegido da competição externa pelo **fator cooperação**.

O instrumento para implantação deste sistema é a formação de cooperativas de produção e de consumo. Na percepção de Singer, “quanto maior o número de cooperativas, tanto melhores suas chances de sucesso” (2001, p. 122).



Nesse novo sistema econômico o compromisso dos cooperados é dar prioridade aos produtos das próprias cooperativas, formando assim redes solidárias de **cooperativas de produção e consumo**, originando, dessa forma, a economia solidária no mundo.

Martinho (2003) caracteriza redes de cooperação como confiança mútua entre os membros, pactuação, diversidade e uma conversão de mão dupla; sendo que sua formação tem como pré-requisito um objetivo comum e afinidades.

Na economia solidária a organização se **torna horizontal e sem hierarquia**, possibilitando o surgimento de multilideranças. Sendo assim, as formas de decisão são democráticas, havendo a negociação e resolução de conflitos e escolhas colegiadas. Porém, não caracteriza uma anarquia, pois há uma coordenação, seja ela colegiada, secretariada ou outra forma.

A participação do poder público é fundamental para o desenvolvimento dos processos que integram a economia solidária, pois dele depende a intervenção tributária, apoio às cooperativas e fomento a instituições de apoio às cooperativas. É importante destacar que essa participação deve ser mútua, ou seja, não somente do poder público, mas também de outros atores envolvidos no sistema como os sindicatos de trabalhadores, entidades empresariais progressistas e movimentos sociais.



A ideia de Paul Singer (2002) de economia solidária é da organização da produção em pequenas unidades em função delas mesmas e não em função de uma grande empresa. Caracterizando um sistema autogestionário com interdependência de grandes empresas.

Este sistema alternativo de economia, mais humanista, pode abranger todos os setores econômicos e tudo indica que não há um tipo de empreendimento que não possa se adequar à sistematização de solidariedade. Isso significa que esse sistema de produção não é mais tão alternativo, pois já é possível formar toda uma cadeia produtiva só com empreendimentos solidários nos quais todos são trabalhadores e possuem participação na produção e na distribuição da renda.

No entanto, Singer (2002, p. 23) faz suas considerações sobre a formação de cadeias produtivas solidárias:

Mas, para que esta hipótese se torne realidade nos vários países é preciso garantir bases de sustentação à economia solidária. As mais importantes são fontes de financiamento, redes de comercialização, assessoria técnico-científica, formação continuada dos trabalhadores e apoio institucional e legal por parte das autoridades governamentais.

Singer explica detalhadamente as características de um sistema de economia solidária em que produtores, empresas sociais e cooperativas se associam em uma **central de comércio e consumo**. Os associados vendem e consomem produtos desta central, em um sistema de troca e com moeda própria.



O LETS (Local Employment and Trading System) criado nos anos 1980, em British Columbia (Canadá), por Michel Linton, é um ótimo exemplo de uma central de comércio e consumo. O LETS divulga uma lista dos produtos oferecidos pelos associados, sendo que a compra e venda dentro da central é feita a crédito.

Outro exemplo representativo daquela central pode ser uma cooperativa de vestuário que compra tecidos de outro associado. Esta transação dá lugar a um crédito no valor do tecido para o produtor e um débito para a cooperativa. À medida que a cooperativa comercializa as peças produzidas com este tecido por meio da central para os associados, ela vai sanando seu débito.

Neste sistema há toda uma estrutura monetária para que não haja inflação, muito débito circulando e outros problemas que surgem como em qualquer sistema financeiro. Assim, de certa forma os membros que compõem a economia solidária ficam protegidos, pois agem localmente, e juntos podem unir forças na busca de tecnologia de produção e comercialização para ingressar e competir em mercado mais fortes e com maior estrutura.

Singer (2001, p. 137) explica que,

quanto maior for o número de membros, quanto maior e mais diversificada for a sua produção, quanto maior o fluxo de compras e vendas, tanto maior será a chance de sucesso de cada produtor individual associado ao sistema.

O principal objetivo da economia solidária é pôr em prática a solidariedade no lugar da competição. Caracteriza-se como uma economia alternativa com a formação de empreendimentos solidários de autogestão e autossustentáveis como forma de gerar trabalho e renda de forma participativa e democrática em que

todos têm a mesma participação tanto no **trabalho** quanto nos **benefícios e lucro**.

A representação e caracterização do cooperativismo, assim como da economia solidária, nos mostram que o movimento mantém vivos os valores e princípios definidos pelos precursores e pioneiros. “Hoje, é uma organização internacional difundida em todo o mundo, totalizando ao redor de 800 milhões de cooperados, que buscam satisfazer suas necessidades econômicas, sociais e culturais a partir de sua associação voluntária” (SCHMIDT e PERIUS, 2004, p. 122).



Diante da conjuntura econômica, cultural e social do país, em que se enfatiza o desemprego e as dificuldades nas relações de trabalho entre empregado e empregador, o cooperativismo pode ser uma fonte de emprego e renda para a população de desempregados?

Esse questionamento nos leva a idealizar o cooperativismo como uma forma de geração de emprego em que se garante trabalho e renda digna aos trabalhadores considerados marginais ao mercado de trabalho dentro do sistema capitalista altamente competitivo. Torna-se uma nova forma de relação entre capital e trabalho onde o trabalhador se torna o dono dos meios de produção, surgindo assim uma base de defesa econômica, produtiva e autogestionária (SCHMIDT e PERIUS, 2004).

Tipos de cooperativismo

Alguns autores sistematizaram o cooperativismo em diferentes tipos devido às influências que esse sistema vem sofrendo ao longo da sua história.

Daniel Rech (2010) identificou alguns tipos além da tradicional classificação de cooperativismo pioneiro e cooperativismo solidário realizada por Diva Benevides Pinho (2010) quando identificou no cooperativismo de crédito o Sistema Pioneiro e o Sistema Solidário.

Daniel Rech identifica três tipos de cooperativismo, a saber: cooperativismo religioso, cooperativismo humanista capitalista e cooperativismo insurgente.

■ Cooperativismo religioso

Segundo Rech (2010, p. 1), o cooperativismo religioso:

é o cooperativismo visto como um instrumento de aglutinação das pessoas e recursos para superar, em conjunto e em base à inspiração religiosa, os problemas individuais e coletivos.

Seus fundamentos partem dos Atos dos Apóstolos (“Todos os que creram estavam juntos e tinham tudo em comum. Vendiam suas propriedades e bens, distribuindo o produto entre todos, à medida que alguém tinha necessidade” – Atos 2,44-45).

Este fundamento estaria ligado a uma tradição judaica que se concretizou cooperativamente no **Kibbutz** nos anos modernos.

Comunidade que mescla socialismo com sionismo. Surgiu na antiga Rússia e foi levado para Israel após a sua refundação, onde desenvolveram a agricultura de forma comunal.

Este tipo de cooperativismo está representado por uma posição **política judaico-cristã**. No Brasil, uma das experiências mais importantes são as reduções jesuíticas no Sul do país, as quais no início, tinham como finalidade a demarcação do território espanhol em 1626.

Nos Sete Povos das Missões, como eram chamados, viviam índios da região os quais tinham entre seus costumes a produção coletiva, mantendo essa forma de produção solidária mesmo com a intenção dos jesuítas de modificar para uma produção familiar individual, pois esta era a política de trabalho jesuíta.

Mesmo possuindo princípios comunitários, este tipo de cooperativismo nunca teve como base a ideia da transformação social, mas mantinham a afirmação “de uma identidade religiosa em que as pessoas se mantêm unidas e partilham o que têm porque esta é a vontade de Deus que tudo fez e do qual tudo é e o povo que as compõem é o ‘povo escolhido’” (RECH, 2010, p. 1).

■ Cooperativismo humanista capitalista

Este tipo de cooperativismo representa o **cooperativismo pioneiro**. Ele surge como um cooperativismo insurgente e alternativo ao sistema econômico capitalista em resposta às mazelas resultantes da dinâmica do capitalismo. Neste caso, estamos nos referindo ao cooperativismo que conhecemos, o qual surgiu no fim do século XVIII e início do século XIX, na Europa, influenciado em grande parte pelos ideais da Revolução Francesa.

Podemos citar como **precursores** deste tipo de cooperativismo Robert Owen e William King na Inglaterra, Charles Fourier, Philippe Buchez e Louis Blanc na França, e como seus **realizadores** Friedrich Raiffeisen e Shultze-Delitzsch na Alemanha, e Luigi Luzzatti na Itália. Além disso, os pioneiros de Rochdale foram as maiores referências neste campo e que dão corpo aos princípios do cooperativismo quando formulam seus próprios princípios em 1844.

Assim como o cooperativismo religioso, o cooperativismo humanista capitalista se incorpora ao sistema cooperativista com objetivos mais específicos, distanciando-se das propostas iniciais dos precursores e, ao mesmo tempo, conservando os objetivos de enfrentar os problemas socioeconômicos das pessoas.

Segundo Rech (2010, p. 2):

melhorando suas condições de vida através do esforço articulado e conjunto, na perspectiva de encontrar soluções para as graves injustiças produzidas pelo domínio do capital sobre as pessoas, seja na inter-ajuda entre os mais ricos com os mais pobres (Raiffeisen) ou na organização das comunidades para resolver problemas comuns (Luzzatti) ou na possibilidade dos trabalhadores assumirem o processo produtivo de forma autônoma (Owen).

Fundamentalmente, este tipo de cooperativismo se trata de um cooperativismo solidário, especialmente em relação aos princípios que defende.

■ Cooperativismo insurgente

O cooperativismo insurgente se refere a uma perspectiva revolucionária, como instrumento de transformação social, estando relacionado a um cooperativismo solidário. Robert Owen teria começado a desenvolver este conceito de cooperativa por meio de uma visão socialista de cooperativismo, mesmo não ter conseguido ir muito longe.

Após Owen, que seguiu a linha do pensamento socialista, esta ideia foi praticamente deixada de lado. De acordo com Rech (2010, p. 2),

as revoluções socialistas apostaram na ação do partido e não conseguiram implementar mecanismos que pudessem unir desenvolvimento econômico com a dimensão da apropriação do poder político pelas massas e a transformação dos resultados em afirmação da Justiça e Igualdade social para todas as pessoas.

Sendo assim, percebemos que este tipo de cooperativismo estaria rompendo paradigmas do cooperativismo que almeja somente inserção no mercado, indo mais além buscando interferir na lógica econômica objetivando uma economia mais justa e igualitária.

Cooperativa

A cooperativa pode ser considerada uma unidade produtiva de um sistema social e econômico solidário, como também uma forma de produção dentro do sistema capitalista concorrendo com as demais empresas.

No entendimento Pinho (1966, p. 8), cooperativas são:

[...] sociedades de pessoas organizadas em bases democráticas, que visam não só a suprir seus membros de bens e serviços como também a realizar determinados programas educativos e sociais. Trata-se, insistimos, de sociedade de pessoas e não de capital, sem interesse lucrativo e com fins econômico sociais. Seu funcionamento se inspira nos chamados “Princípios dos

Pioneiros de Rochdale”: adesão livre, gestão democrática, juros módicos ao capital, retorno proporcional às operações, transações a dinheiro, neutralidade política, religiosa e ética e desenvolvimento do ensino.

Esta definição de Pinho descreve os princípios do cooperativismo desenvolvidos pelos **pioneiros** e aplicados pelos **Probos de Rochdale**, incorporando uma visão mais complexa da composição desta unidade produtiva.

Já o documento final do Congresso de Manchester, de 1995, no que se refere à Declaração sobre a Identidade Cooperativa da Aliança Cooperativa Internacional, define cooperativa como:

[...] uma associação autônoma de pessoas que se unem, voluntariamente, para satisfazer aspirações e necessidades econômicas, sociais e culturais comuns, por meio de um empreendimento de propriedade coletiva e de controle democrático. (MACPHERSON, 2003, p. 22).

Grupo que surgiu na Inglaterra em 1844, e conseguiu organizar um grupo de vinte e oito tecelões originários da classe operária industrial. Esse grupo fundou a Cooperativa Rochdale Society of Equitables Pioneers.

Conhecendo o desenvolvimento teórico sobre a definição de cooperativa, Singer (2007, p. 62) descreve os princípios organizacionais da economia solidária dentro da instituição que defende como a mais adequada – a cooperativa:

Posse coletiva dos meios de produção pelas pessoas que os usam para produzir, gestão democrática do empreendimento pela participação direta (quando o número de cooperadores não é muito elevado) ou por representação, a divisão entre os cooperados por critérios aprovados após discussão e negociação entre todos; alocação do excedente anual (denominado “sobras”) também por critérios acordados entre todos os cooperados.

Schmidt e Perius (2004) descrevem a cooperativa como não sendo apenas associação autônoma de pessoas que, voluntariamente, se unem para satisfazer aspirações econômicas, sociais e culturais, constituindo assim um empreendimento de propriedade comum. Os autores descrevem ainda que esses empreendimentos estão fundamentados em valores da ajuda mútua, solidariedade, democracia e autonomia. Segundo Schmidt e Perius (2004, p. 122):

Os valores definem as motivações mais profundas da atuação cooperativa, e as instâncias inspiradoras dos princípios do Movimento Cooperativo Mundial.



Em uma cooperativa, o fundamental é que todos os envolvidos dividam as responsabilidades, participem das decisões, dos ganhos e prejuízos. Um empreendimento solidário, como a cooperativa, tem como fundo o associativismo, pois todos têm voz de decisão na gestão em nível de igualdade.

Por esse sistema ser democrático não há possibilidade de descartar trabalhadores como acontece em uma empresa capitalista, pois **todos são donos** e **todos decidem**.

A figura a seguir ilustra um exemplo de um organograma administrativo de uma cooperativa.

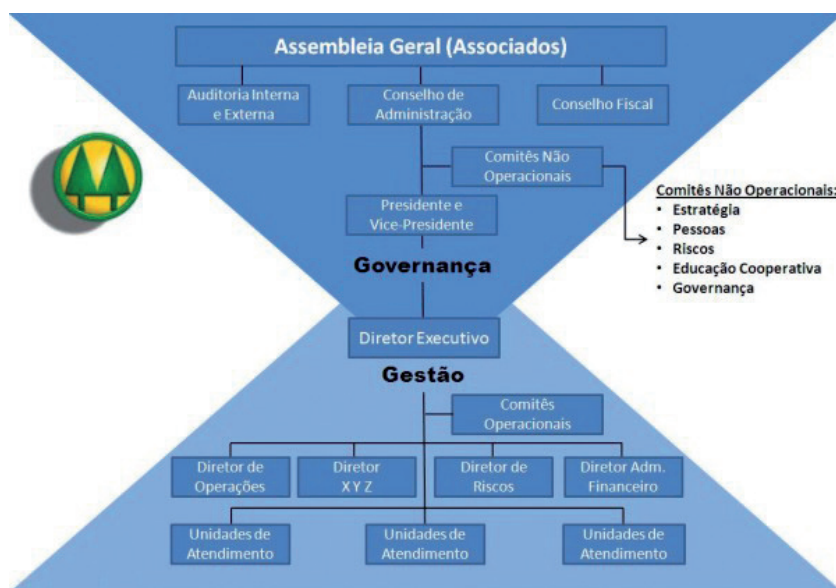


Figura 1.1 - Organograma de uma cooperativa
 Fonte: Portal do Cooperativismo de Crédito (2010).

Este organograma sintetiza o que estudamos até o momento, mostrando que os cooperados estão no topo deste organograma e são responsáveis pela formação da ideologia que rege o empreendimento, participando das decisões que irão determinar as diretrizes que a diretoria irá seguir.

Cooperação

O cooperativismo compreende um movimento social em que as pessoas buscam e ainda buscam melhorar suas condições de trabalho e de vida. Para alcançar uma economia social e solidária é fundamental que o cooperativismo seja o motor propulsor da nova economia e a cooperativa seja a instituição econômica e social. Já a cooperação não é o mesmo que cooperativismo, visto que a cooperação é a forma de integração social que constitui o cooperativismo interagindo com a **reciprocidade** e a **redistribuição** na formação desta.

Diva Benevides Pinho diferencia **cooperação** de **cooperativismo**, afirmando que o ato de cooperar não é, necessariamente, intrínseco ao cooperativismo.

Etimologicamente cooperação (do verbo latino *cooperari*, de *cum* e *operari* = operar juntamente com alguém) significa a prestação de auxílio para um fim comum. E cooperativismo é a doutrina que visa à renovação social através da cooperação. Do ponto de vista sociológico, cooperação é uma forma de integração social e pode ser entendida como ação conjugada em que pessoas se unem, de modo formal ou informal, para alcançar o mesmo objetivo. A cooperação, quando organizada segundo estatutos previamente estabelecidos, dá origem a determinados grupos sociais. Dentre tais grupos as cooperativas representam aqueles que visam, em primeiro lugar, a fins econômicos e educativos. A doutrina que deu base teórica às realizações cooperativistas constitui o cooperativismo. Portanto, cooperação e cooperativismo não são palavras sinônimas. (PINHO, 1966, p. 7).

Embora cooperação signifique o ato de cooperar, trabalhar juntos, colaborar e indicar um sentido de ação e de movimento coletivo em contraponto à perspectiva individualista, não podemos confundir cooperativismo com o “ato de cooperar”, pois a cooperação ou a ação de colaborar pode ser encontrada em algumas sociedades com um significado além do cooperativismo.

Um exemplo desta última não relação entre cooperativismo e cooperação são as redes de empresas que formam os *clusters* e que cooperam entre si com o objetivo de inserção no mercado e/ou de aumentar os lucros das empresas cooperantes.

Porém, é importante destacar que a cooperação é um elemento fundamental para o cooperativismo, principalmente no que se refere à cooperação entre as pessoas. Ela significa muito para o cooperativismo, pois a disposição, o empenho, o compromisso de apoiar, de empreender e produzir com outras pessoas transforma-se em valor, uma representação, uma visão de mundo e de homem (JESUS e TIRIBA, 2004).



Cooperação é fazer parte de um empreendimento coletivo cujo sucesso dependerá da ação de cada um dos cooperantes.

Ao contrário do cooperativismo, a cooperação esteve presente em alguns períodos da história da humanidade, sendo que há registros em várias civilizações antigas, como, por exemplo, os incas, mapuches e indígenas guaranis, nas quais encontramos esta forma de integração socioeconômica e cultural.

A integração econômica desses povos se dava justamente por meio da cooperação, a qual era mais necessária que o mercado como único integrador econômico da sociedade, como é considerado por Polanyi (1957, 1994) que identificou a existência de outros princípios de integração além do **intercâmbio**, trazendo à luz a possibilidade dos mesmos assumirem o papel dominante, agora ocupado pelo mercado capitalista.

É a forma de integração econômica que possui o mercado como instituição.

Polanyi (2003) entende que a principal dificuldade do sistema de mercado capitalista é a sua incapacidade de satisfazer as necessidades humanas de uma forma estável, visto que o mercado tornou-se o único mecanismo de integração dentro da sociedade.

O que explica este autor é que não devemos deixar que o mercado se autorregule, porque isso traz consequências nefastas. Assim, devemos estabelecer outras pautas de institucionalização do mercado econômico (a reciprocidade, a redistribuição, entre outras).



Devemos intervir no mercado de trabalho para que os salários não tendam a chegar a zero e que a sociedade não se autodestrua.

É difícil substituir o mercado como administrador de recursos, mas também é perigoso para as pessoas que dele dependem para satisfazer suas necessidades. É importante estabelecermos um equilíbrio, ou seja, devemos passar de uma **economia de mercado** para uma **economia com mercado**, em que as demais instituições econômicas desempenhem um papel central e onde as necessidades das pessoas não estejam subordinadas à busca do lucro.

Entre as formas de integração econômica, além do **intercâmbio** que Polanyi (2003) descreve, estão a **reciprocidade** e a **redistribuição**. O quadro a seguir apresenta a relação de cada forma de integração econômica com sua respectiva instituição.

| Forma de integração econômica | Instituição |
|-------------------------------|--------------|
| Intercâmbio | Mercado |
| Reciprocidade | Simetria |
| Redistribuição | Centralidade |

Quadro 1.1 - Formas de integração econômica
Fonte: Elaboração da autora (2011).

A partir da análise do quadro anterior, verificamos que a cooperação fará parte do movimento econômico por meio da combinação de formas de integração econômicas (reciprocidade e redistribuição), além da integração econômica no mercado.

A **reciprocidade** é a forma de integração econômica que descreve a circulação de mercadorias entre os membros de grupos organizados simetricamente, e está ligada à forma de organização dos laços familiares e de parentesco. A **simetria** funciona de tal forma que os membros devem contribuir para a sociedade à qual pertence para serem respeitados por sua honra.

A simetria, resultante da instituição da reciprocidade, assegura que um receberá o equivalente ao que aportou qualitativamente (independentemente do montante). Quando este princípio se amplia a mais comunidades, forma-se uma rede muito mais complexa que a anterior. Ainda que por trás da reciprocidade esteja presente o comércio de mercadorias e serviços, este não é o núcleo da ligação, visto que o que está em questão são os valores de uso que são trocados, ou seja, o simbolismo das coisas tem um peso maior.

A reciprocidade, muito presente nas culturas pré-capitalistas, ainda faz parte das nossas relações. Uma prática muito comum de reciprocidade é presentear um casal de noivos que está prestes a contrair matrimônio e formar uma família.



Um casal de noivos “X” convidou o casal de noivos “Y” para seu matrimônio. Posteriormente, o casal “X” é convidado para o matrimônio do casal de noivos “Y”, o qual irá presentear-los.

O presente não foi, necessariamente, uma retribuição àquele recebido pelo casal noivos “Y”, já que este casal noivos pode não ter comparecido ao casamento do casal “X”. No entanto, o presente é uma retribuição convencionalizada pela sociedade, ou seja, ninguém os obriga a presentear, mas toda a sociedade tradicionalmente espera que este círculo de reciprocidade nunca se rompa.

No que diz respeito à integração econômica, **redistribuição** nos remete à necessidade de centralidade e organização sobre um indivíduo ou grupo de indivíduos que irá armazenar e distribuir as mercadorias para toda a comunidade, sendo a **centralidade** a instituição dessa forma de integração.

Para que a redistribuição se efetive um dos pré-requisitos é a existência da centralidade como instituição e mecanismo de movimento em direção ao centro (Estado, por exemplo), e de circulação sucessiva para fora (em direção aos cidadãos, por exemplo). Nesse cenário, o Estado representa a centralidade desta forma de integração tão presente na nossa sociedade. Há exemplos de redistribuição também nas culturas pré-capitalistas, como é o caso dos incas, que possuíam um sistema muito complexo de redistribuição de tudo que fora produzido pela comunidade.



Em nossa sociedade precisamos do Estado para tentar equilibrar o sistema e redistribuir a riqueza produzida, justamente porque o mercado não é capaz. O Estado pode fazer isso de duas maneiras: distribuição primária, regulando as políticas econômicas, e/ou distribuição secundária, implementando políticas sociais.

Estudadas as duas formas de integração econômica (reciprocidade e redistribuição), as quais se diferenciam da integração econômica meramente estabelecida pelo mercado, analisaremos a seguir a reflexão sobre outras lógicas que podem ter regido essas formas de integração em conjunto ao modo de pensar capitalista.

Cabe destacar que as primeiras civilizações em que foram observadas ações de cooperação eram caracterizadas pela vida em comunidade, sendo posteriormente substituídas por sociedades com características individuais.

De acordo com Lasserre (apud JESUS e TIRIBA, 2004, p. 87), “o coletivismo foi pouco a pouco sendo substituído pela civilização individualista”, materializando-se ao longo da história por meio das revoluções que foram ocorrendo, entre as quais podemos destacar:

- A Revolução Econômica: quando os indivíduos se separam da economia familiar para ter uma vida econômica independente.
- A Revolução Intelectual: no Renascimento, quando o homem descobre o uso da razão, do pensamento livre e laico, possibilitando assim a ciência.
- A Revolução Espiritual: em que a Reforma “possibilitou a conquista mais valiosa da era individualista: a liberdade de consciência” (JESUS e TIRIBA, 2004, p. 87).
- A Revolução Agrícola: quando os agricultores se liberam das formas coletivas e dos direitos feudais.
- A Revolução Política: a democracia surge para favorecer a conquista das liberdades individuais fundamentais.
- A Revolução Industrial: em prol do capitalismo moderno e o rápido progresso material.

Sendo assim, podemos afirmar que a cooperação, como forma de organizar a vida, é que dá sentido aos vários movimentos socioeconômicos que surgiram durante a evolução da humanidade como, por exemplo, o **cooperativismo** e a **economia solidária**, os quais têm princípios que se sobrepõem aos valores individualistas.

Seção 2 – Símbolos do cooperativismo

O movimento cooperativo possui uma simbologia gráfica que identifica seus **valores** e **identidade**. Esta simbologia surge no século XX em meio aos Congressos da Aliança Cooperativa Internacional (ACI), e com isso o Dia Internacional do Cooperativismo passou a ser comemorado pela primeira vez em 1923.

A ACI compõe a Comissão para a Promoção e Progresso das Cooperativas (COPAC), a qual é constituída pelo movimento cooperativo, a Organização das Nações Unidas (ONU) e suas agências. Segundo a Aliança Cooperativa Internacional (2005), o objetivo da COPAC é trabalhar juntos em

[...] igualdade de condições para promover e coordenar o desenvolvimento cooperativo sustentável através da promoção e sensibilização para as cooperativas, mantendo diálogos políticos e defendendo políticas que permitam o sucesso cooperativo, trabalhando em conjunto em atividades de cooperação técnica e intercâmbio de conhecimentos e informações. (tradução da autora)

Em 1994, a ONU proclamou o Dia Internacional do Cooperativismo quando reconheceu e reafirmou que “as cooperativas têm um papel importante a desempenhar na vida econômica, social e desenvolvimento cultural” (ACI, 2005).

O ano de 1995 marcou o centenário da criação da ACI e pela primeira vez foi comemorado **oficialmente** o Dia Internacional do Cooperativismo. Neste mesmo ano a ONU solicitou a todos os seus Estados-membros que se juntassem aos movimentos cooperativos realizados em seus territórios, a fim de celebrar o referido dia, sendo instituído o primeiro sábado de julho de cada ano.



Como é organizada a celebração anual?

Após a instituição da data em 1994, a partir de 1995, o ACI e a ONU, por meio da COPAC, definiram o tema para a comemoração do Dia Internacional do Cooperativismo. A COPAC ressalta a contribuição do movimento para resolver questões globais dirigidas tanto ao movimento cooperativo quanto à ONU.

O tema anual é geralmente selecionado na primavera do hemisfério Norte, sendo que a ACI elabora uma mensagem para esse dia, a qual é divulgada a todos os membros, às organizações internacionais, incluindo a ONU e suas agências, parceiros de desenvolvimento e da imprensa.

A seguir apresentamos os últimos temas divulgados pela ACI:

- 2011: "Juventude, o futuro da empresa cooperativa";
- 2010: "Empresa cooperativa empoderando mulheres";
- 2009: "Recuperação de condução através da empresa cooperativa";
- 2008: "Enfrentar as mudanças climáticas através da empresa cooperativa";
- 2007: "Valores e princípios cooperativos para responsabilidade social empresarial";
- 2006: "A construção da paz através de cooperativas";
- 2005: "Microfinanças é o NOSSO negócio! Cooperando para sair da pobreza";
- 2004: "As cooperativas para uma globalização justa: criando oportunidades para todos";
- 2003: "As cooperativas fazem o desenvolvimento acontecer: a contribuição das cooperativas para as metas do desenvolvimento do milênio para o desenvolvimento das Nações Unidas";
- 2002: "Sociedade e cooperativas: preocupação com a comunidade";
- 2001: "A vantagem cooperativa no terceiro milênio";
- 2000: "As cooperativas e promoção do emprego".

Há diversas maneiras de se celebrar o dia internacional do cooperativismo, e entre as diferentes formas estão algumas ações realizadas em todo mundo como as mensagens da ONU e da ACI, as quais são traduzidas para os idiomas locais e amplamente divulgadas aos cooperados por meio das cooperativas, da mídia, do governo em todos os níveis, entre outros.

Neste dia são realizadas feiras, exposições, concursos e campanhas cooperativas. Além disso, reuniões com autoridades governamentais, agências da ONU e outras organizações parceiras para organizar e difundir o cooperativismo.



O cooperativismo, além do dia internacional, possui símbolos gráficos que identificam visualmente a instituição cooperativista e sua identidade, sendo considerado o principal símbolo os pinheiros.

Estudaremos na sequência esses símbolos gráficos e compreenderemos como os mesmos estão dispostos. Inicialmente vamos estudar os pinheiros do cooperativismo, ilustrados na figura seguinte.



Figura 1.2 - Pinheiros do cooperativismo (imagem disponível na midiateca)
Fonte: Elaboração da autora (2011).

Este é o símbolo mundialmente conhecido do cooperativismo e tem o seguinte significado: um círculo ao redor de dois pinheiros indica a união do movimento. Os pinheiros significam a imortalidade de seus princípios, a fecundidade de seus ideais e a vitalidade de seus adeptos. Além disso, por estarem projetados para o alto, os pinheiros significam o **progresso e evolução**.

A seguir são apresentados detalhes referente a cada elemento e seu significado dentro desta simbologia:

- **Pinheiros:** os pinheiros foram usados porque representam a imortalidade e a fecundidade, por sobreviverem em terras menos férteis e pela facilidade na sua proliferação. É importante ressaltar que os pinheiros unidos são mais resistentes e expressam a força e capacidade de expansão.
- **Círculo:** representa a eternidade, pois não tem horizonte final, nem começo nem fim.
- **Verde:** lembra as árvores – princípio vital da natureza e a necessidade de se manter o equilíbrio com o meio ambiente.
- **Amarelo:** simboliza o sol, fonte permanente de energia e calor.

Além do símbolo apresentado, o movimento cooperativista tem sua bandeira, a qual é atualmente composta pelas cores do arco-íris conforme ilustração a seguir.



Figura 1.3 - Antiga bandeira do cooperativismo (imagem disponível na midiateca)
Fonte: Elaboração da autora (2011).

O Conselho de Administração da ACI deliberou sobre as reformulações na bandeira do cooperativismo durante a reunião realizada em Roma (Itália) em abril de 2001. O motivo desta decisão foi **promover** e **consolidar** claramente a imagem cooperativismo, já que a antiga bandeira era utilizada por grupos com interesses diversos não efetivamente aqueles do cooperativismo.



A bandeira do cooperativismo se confundia com movimentos indígenas nos países andinos na América Latina e com a defesa contra o preconceito homossexual.

Para firmar a identidade cooperativa, a bandeira com o tradicional arco-íris foi substituída por uma de cor branca contendo o logotipo da ACI impresso no centro. Além disso, foi inserida outra simbologia além representação das cores, a qual surge com pombas da paz que emergem do logo, representando a unidade dos diversos membros da ACI.



Figura 1.4 - Atual bandeira do cooperativismo (imagem disponível na midiateca)
Fonte: Coabra [20--?].

O arco-íris, representado pelas seis cores e com a sigla ACI impressa na sétima cor, violeta, tem o seguinte significado:

Vermelho: Coragem.

Alaranjado: Visão de futuro.

Amarelo: Desafio interno em casa, na família e na comunidade.

Verde: Crescimento individual como pessoa e como cooperado.

Azul: A necessidade de ajudar os menos afortunados, unindo-os uns aos outros.

Anil: Necessidade de ajudar a si próprio e aos outros através da cooperação.

Violeta: Beleza, calor humano e companheirismo.

Analisado o significado das cores que compõem bandeira do cooperativismo, a seguir vamos conhecer o que se construiu como identidade do cooperativismo ao longo dos Congressos da Aliança Cooperativa Internacional e o que entendemos hoje, após as últimas definições desenvolvidas em 1995.

Seção 3 – Princípios do cooperativismo

Identidade

A identidade cooperativa foi sendo construída ao longo da história desde a criação do cooperativismo, levando-se em consideração todos os acontecimentos que desencadearam mudanças no mercado de trabalho. A identidade que conhecemos hoje foi definida no 31º Congresso da Aliança Cooperativa Internacional de 1995 que aconteceu em Manchester (Inglaterra), assim como as doutrinas, fundamentos e princípios.

Analisando a história recente do cooperativismo veremos que o cooperativista canadense, Professor Dr. Ian MacPherson, da Faculdade de Humanidades da Victory University, de British Columbia, foi encarregado para dar continuidade às pesquisas iniciadas pelo cooperativista sueco **Sven Ake Böök** durante o 30º Congresso da Aliança Cooperativa Internacional, realizado em Tóquio (Japão), em 1992.

Ian MacPherson, juntamente com seu grupo de trabalho, desenvolveu estudos acerca dos valores cooperativistas e outros temas relacionados, e apresentou documentos com as definições e análises construindo uma posição sobre a identidade cooperativa em 1995, no 31º Congresso da Aliança Cooperativa Internacional, realizado em Manchester.

Neste congresso foi tratado sobre o tema da “Declaração da ACI sobre a Identidade Cooperativa”. Esta Declaração trouxe uma definição sobre cooperativas e uma proposta de seus valores

Fez parte do movimento cooperativista sueco e presidiu o Comitê de Consultores que elaborou e expôs o resultado de seus estudos no Congresso de 1992. Este relatório foi levado à discussão com as suas propostas de mudança em aspectos sociais, políticos, geoeconômicos e históricos, suas análises sobre as transformações que ocorreram no cenário mundial, principalmente entre os países industrializados (KLAES, 2005).

e princípios. O segundo tema debatido neste congresso foi “As Cooperativas e o Desenvolvimento Humano Sustentado”.

A partir dos temas debatidos no 31º Congresso da ACI percebemos que em meados da década de 1990 o movimento cooperativista já tinha a preocupação com a identidade do cooperativismo, apresentando sua análise sobre a função das cooperativas, em sua extensão econômica e social, com respeito à comunidade e ao meio ambiente.

Sobre o primeiro tema, que se refere à “Identidade Cooperativa”, observa-se que as cooperativas receberam a seguinte definição:

[...] é uma associação autônoma de pessoas que se unem, voluntariamente, para satisfazer aspirações e necessidades econômicas, sociais e culturais comuns, por meio de um empreendimento de propriedade coletiva e de controle democrático. (MACPHERSON, 2003, p. 22).

Esta definição de cooperativa contempla diversas perspectivas conceituais e fundamentais, definindo claramente que é uma instituição com personalidade própria, mesmo existindo no sistema capitalista.

A Aliança Cooperativa Internacional, representação internacional, define por meio de princípios e valores a identidade cooperativa, sendo que esta identidade está consensualizada e formalizada em todo mundo. Mesmo assim, vamos identificar variações de pontos de vista em que esta identidade toma corpo com outras concepções de identidade.

Atualmente a identidade cooperativa é composta por três elementos: Princípios, Valores e Fundamentos, conforme ilustração a seguir:

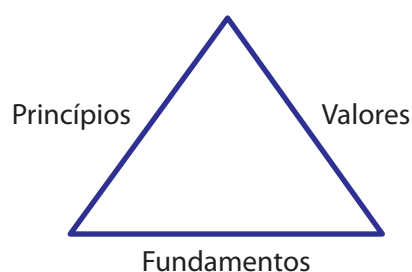


Figura 1.5 - Elementos que compõem a identidade cooperativa
Fonte: Elaboração da autora (2011).

A seguir vamos estudar detalhadamente cada um destes três elementos que compõem a identidade cooperativa.

Fundamentos

Inicialmente, vamos estudar os fundamentos do cooperativismo que compõem sua identidade, conforme segue:

- **Humanismo:** busca valorizar o homem como centro da economia, afastando o capital como objetivo principal e o adotando como fator de produção.
- **Liberdade:** coloca o homem como um ser livre para optar pelas escolhas de acordo com princípios de respeito mútuo e responsabilidade para com a sociedade.
- **Democracia:** possibilidade de participar da cooperativa por meio do sistema de voto direto em que cada pessoa tem direito a um voto, sendo a decisão final tomada pela maioria e a representatividade é direta.
- **Participação:** todos que fazem parte de uma sociedade cooperativa é exigida uma filosofia de vida cooperativa.
- **Responsabilidade:** todos são responsáveis pelas decisões e respondem por elas.
- **Solidariedade:** a preocupação passa a não ser somente por sua própria vida, mas sim por todo um conjunto de pessoas que luta pelos mesmos objetivos.
- **Justiça social:** é um dos fundamentos para aqueles que compartilham da ideia de direitos iguais de acesso aos recursos produzidos pela Nação.

Além dos fundamentos, a identidade cooperativa é formada por valores, os quais são elementos que têm peso quando nos referimos ao cooperativismo. Na sequência vamos analisar as características que se referem aos valores.

Valores

Os valores cooperativos são baseados em dogmas espirituais e até religiosos que legitimam a orientação e o funcionamento das cooperativas em função da pessoa humana e em benefício da humanidade e das gerações futuras. Neste caso, estamos falando de definições que vêm sendo construídas desde o 29º Congresso da Aliança Cooperativa Internacional, em 1988, em Estocolmo (Suécia).

Naquele ano, a ACI recomendou que deveria ser adotada uma nova formulação para os princípios cooperativos. Da mesma maneira, propôs especificar os valores cooperativos com bases espirituais. Portanto, os “Valores Básicos do Cooperativismo” foi tema principal do 29º Congresso da Aliança Cooperativa Internacional realizado em 1988.

Assim como se construiu a definição de cooperativa a partir do 30º Congresso de 1992 para ser apresentado no Congresso da ACI de 1995, MacPherson apresenta também a definição de valores do cooperativismo como sendo “cooperativas são baseadas nos valores de auto-ajuda, auto-responsabilidade, democracia, igualdade, equidade e solidariedade” (MACPHERSON, 2003, p. 26).



Ao longo da história, os membros das cooperativas acreditam nos valores éticos de honestidade, solidariedade, autogestão, transparência, responsabilidade social, acessibilidade econômica e a preocupação com a comunidade.

Segundo Pontes Jr. e Osterne (2004, p. 9), os valores aparecem mais fortemente com o surgimento do movimento da economia solidária. Embora exista uma diversidade de origens e culturas de empreendimentos cooperativos, identificam-se os seguintes pontos convergentes:

- A valorização social do trabalho humano.
- A satisfação plena das necessidades de todos como eixo da criatividade tecnológica e da atividade econômica.

- O reconhecimento do lugar fundamental da mulher e do feminino em uma economia fundada na solidariedade, bem como de todos os demais gêneros da sociedade.
- A busca de uma relação de intercâmbio respeitosa com a natureza.
- Valores da cooperação, da autogestão e da solidariedade.

Durante o II Congresso de Cooperativas de Consumo realizado em Lyon (França), em 1886, foi discutido e definido um rol de valores do cooperativismo. Pontes Jr. e Osterne (2004, p. 10) os apresentam da seguinte forma:

- **Viver melhor:** através da solução coletiva dos problemas, a partir da necessidade comum e do desejo de satisfazer esta necessidade.
- **Poupar sem sofrimento:** a satisfação das necessidades dos cooperados deve ser prioritária. Isso é importante para a definição do que pode ser feito com as sobras.
- **Suprimir os parasitas:** afastar os atravessadores na compra e na venda de produtos e serviços.
- **Combater o alcoolismo:** viver de maneira sadia, evitando os vícios e enfrentando a realidade com coragem (combate às drogas).
- **Integrar as mulheres nas questões sociais:** ressalta a importância da participação feminina (e do jovem).
- **Educar economicamente o povo:** a educação é uma ferramenta para o desenvolvimento do homem.
- **Facilitar a todos o acesso à propriedade:** é essencial unir esforços para conquistar os meios de produção;
- **Estabelecer o justo preço:** o trabalho tem de ser remunerado e os preços definidos sem intenção especuladora;
- **Eliminar o lucro capitalista:** o objetivo da produção é a satisfação das necessidades humanas.

- **Abolir os conflitos:** as disputas diminuem pelo fato de que o associado é dono e usuário da cooperativa.
- **Pagar a dinheiro:** este sadio hábito evita o endividamento que gera a dependência.
- **Reconstituir uma propriedade coletiva:** para ter acesso à propriedade, o passo inicial é investir em um patrimônio coletivo.

Verificamos que esses valores apresentados reúnem questões socioeconômicas que perduram ao longo da história da sociedade. É importante observar que uma economia social, está formada por um rol de valores que a difere da economia tradicional por ter como foco principal o ser humano e a natureza.

Ainda quanto aos valores descritos anteriormente, percebemos que os mesmos não são tão necessários para se tornar uma economia capitalista, mas sim fundamentais para ser formar uma economia mais **justa e solidária**, construindo os princípios de uma economia pela vida (HINKELAMMERT, 2003).

E para finalizar o estudo dos elementos que compõem a identidade cooperativa vamos analisar os princípios do cooperativismo e como eles foram construídos.

Princípios do cooperativismo

Toda pessoa que conhece o cooperativismo, que trabalha ou então que é filiado a uma cooperativa já ouviu falar nos princípios deste sistema.



Mas você sabe quantos são os princípios do cooperativismo? Conhece como surgiram e de que forma podem traduzir todo um movimento socioeconômico?

O 31º Congresso da Aliança Cooperativa Internacional firmou sete princípios para o cooperativismo, os quais são descritos a seguir:

1º) Adesão voluntária e livre – as cooperativas são organizações voluntárias, abertas a todas as pessoas aptas a utilizar os seus serviços e assumir as responsabilidades como membros, sem discriminações sexistas, sociais, raciais, políticas e religiosas.

2º) Gestão democrática – as cooperativas são organizações democráticas, controladas pelos seus membros, que participam ativamente na formulação das suas políticas e na tomada de decisões. Os homens e as mulheres, eleitos como representantes dos demais membros, são responsáveis perante estes. Nas cooperativas de primeiro grau os membros têm igual direito de voto (um membro, um voto); as cooperativas de grau superior são também organizadas de maneira democrática.

3º) Participação econômica dos membros – os membros contribuem equitativamente para o capital das suas cooperativas e controlam-no democraticamente. Parte desse capital é, normalmente, propriedade comum da cooperativa. Os membros recebem, habitualmente, se houver, uma remuneração limitada ao capital integralizado, como condição de sua adesão. Os membros destinam os excedentes a uma ou mais das seguintes finalidades:

- desenvolvimento das suas cooperativas, eventualmente através da criação de reservas, parte das quais, pelo menos será, indivisível;
- benefícios aos membros na proporção das suas transações com a cooperativa; e
- apoio a outras atividades aprovadas pelos membros.

4º) Autonomia e independência – as cooperativas são organizações autônomas, de ajuda mútua, controladas pelos seus membros. Se firmarem acordos com outras organizações, incluindo instituições públicas, ou recorrerem a capital externo, devem fazê-lo em condições que assegurem o controle democrático pelos seus membros e mantenham a autonomia da cooperativa.

5º) Educação, formação e informação – as cooperativas promovem a educação e a formação dos seus membros, dos representantes eleitos e dos trabalhadores, de forma que estes possam contribuir, eficazmente, para o desenvolvimento das suas cooperativas. Informam o público em geral, particularmente os jovens e os líderes de opinião, sobre a natureza e as vantagens da cooperação.

6º) Intercooperação – as cooperativas servem de forma mais eficaz aos seus membros e dão mais – força ao movimento cooperativo, trabalhando em conjunto, através das estruturas locais, regionais, nacionais e internacionais.

7º) Interesse pela comunidade – as cooperativas trabalham para o desenvolvimento sustentado das suas comunidades através de políticas aprovadas pelos membros (BRASIL COOPERATIVO, 2008).

Esses são os sete princípios difundidos por todo o movimento cooperativo no mundo. Klaes (2005) descreve esses princípios como “postulados morais de onde derivam as regras fixadas pelo costume cooperativo”.

Os **princípios cooperativos**, conforme mencionado anteriormente, têm a Rochdale *Society of Equitables Pioneers* (Sociedade dos Pioneiros de Rochdale) como berço. Foram eles que delimitaram os primeiros princípios a serem seguidos por todos que compartiam dos mesmos ideais cooperativos e solidários. Ao formular seu Estatuto, a Sociedade construiu também um rol de regras morais que embasou os princípios fundamentais do cooperativismo, transformando-se assim no primeiro grupo de normas que regeu os Probos de Rochdale e serviu de base para os princípios adotados por todas as instituições cooperativas.

O fato de os Probos Pioneiros de Rochdale terem instituído os princípios cooperativos não significa que eles criaram o cooperativismo moderno. O cooperativismo aparece em diversos momentos da história da humanidade incorporando características distintas, mas identificadas com os mesmos objetivos de **solidariedade** e **cooperação**.



Todas as experiências cooperativistas anteriores são consideradas experiências pré-cooperativistas e Rochdale é, praticamente, o marco divisório que inicia uma nova era dentro do movimento do cooperativismo que buscou aprender com as experiências anteriores e foi muito além disso.

Os referidos Probos constroem os paradigmas necessários para firmar o cooperativismo moderno. Antes de Rochdale, o cooperativismo era muito aventureiro e inexperiente, de múltiplas tentativas fracassadas. Não menosprezando os utopistas como Robert Owen, Charles Fourier, entre outros que construíram as bases teóricas e ensinaram as iniciativas posteriores com suas experiências exitosas, e que foram muito importantes para o sucesso de Rochdale.

Sabendo-se que os Pioneiros de Rochdale estavam longe de ser indiferentes à Doutrina de Robert Owen vê-se bem que os Princípios Cooperativos inicialmente foram, além do mais, parâmetros dirigidos à correção de práticas anteriores. Representaram, é certo, um olhar ambicioso e sonhador, apontando para o futuro, mas não deixaram de ser uma demarcação nítida em face de experiências que os precederam. E valorizar a raiz dos Princípios Cooperativos implica necessariamente não esquecer quem eram os Probos Pioneiros de Rochdale, com que futuro sonharam, que erros queriam evitar. (KLAES, 2005, p. 128).

Por exemplo, para Owen as cooperativas eram fechadas, não praticavam o retorno dos investimentos e implementavam a venda a crédito. Esses princípios poderiam ser fatores de insucesso e, com base nestas análises de Rochdale, eles adotaram o contrário: o foco limitado à cooperativa de consumo, adotaram os Princípios de Adesão Livre, do retorno *pro-rata* das operações e a regra das vendas a dinheiro (à vista) (FAUQUET, 1949).

De acordo com Klaes (2005), os Probos Pioneiros de Rochdale foram muito estratégicos ao se atentarem para o risco inerente a vários caminhos seguidos anteriormente por outras iniciativas de cooperativa, tendo optado pelo caminho que se mostrava como mais fértil. Assim, puderam evitar diversos tipos de problemas de ordem prática pelos quais poderiam passar.

O sentido dos princípios cooperativos sempre foi o de **construir uma frente de resistência ao capitalismo** de forma bem pensada e embasada num rol de princípios e regras que direcionassem tais princípios cooperativos a seus objetivos e não os desvirtuassem com as pressões do sistema capitalista que poderiam fazê-los se afastar e/ou abandonar seus propósitos.

Segundo Klaes (2005, p. 138) os princípios cooperativos

[...] materializar-se-ão numa atividade de tipo empresarial, exercida em consonância com a tradição democrática do movimento operário, de modo a suscitar uma lógica não lucrativa, subalternizando assim, o papel do capital em busca de uma relação aberta com a sociedade, que exclua a indiferença perante os seus problemas gerais.

Os visionários Probos Pioneiros de Rochdale já entendiam que era necessário educar os sócios de sua organização cooperativa desde o início, o que ainda não era um princípio claro para os cooperados.

Esses princípios foram expostos pela primeira vez, de forma sistemática, pela Cooperativa dos Probos Pioneiros de Rochdale em 1844. Porém, foi em 1895, com o Congresso de fundação da Aliança Cooperativa Internacional que esses princípios cooperativos começam a se institucionalizarem no mundo.

Princípios debatidos nos congressos da Aliança Cooperativa Internacional (ACI)

A ACI foi a organização mais importante na contínua **discussão e formação da identidade do cooperativismo**; o qual é considerado um movimento justamente não só por ser social e envolver os interesses coletivos em torno da melhoria de qualidade de vida dos trabalhadores na época, mas também por não ser algo estático, pois, ao longo de sua história, os propósitos que sustentam o cooperativismo caracterizaram-se por serem dinâmicos e mutáveis.



A ACI é uma instituição de representação internacional que foi criada em 1895 e naturalmente se encarregou de construir os princípios cooperativos, não só politicamente como administrativamente, decidindo sobre a admissão de membros, por exemplo.

Com as transformações econômicas e sociais ocorridas no comércio e na indústria mundial, ampliou-se a compreensão dos cooperados com relação aos princípios cooperativos desde sua formulação a partir dos Probos de Rochdale. Nesse contexto, a ACI foi uma instituição muito importante para organizar as várias discussões por meio de Congressos Cooperativos Internacionais que, ao longo dos anos, foram surgindo.

A ACI realizou vários Congressos Cooperativos Internacionais, mas três deles foram importantes por determinar as mudanças no rol dos princípios cooperativos adotados pelo movimento. São eles:

- 15º Congresso de 1937, em Paris (França).
- 23º Congresso de 1966, em Viena (Áustria).
- 31º Congresso de 1995, em Manchester (Inglaterra).

A ACI passou a apresentar um conjunto de princípios com validade universal de acordo com as Regras de Rochdale a partir de 1919. Desde então, abriu-se um amplo debate que durou por um período de 20 anos até a formulação dos sete princípios de 1937, no Congresso de Paris.

Além deste leque de eventos de referência, existiram duas vertentes dos princípios cooperativos que merecem maior atenção e que, até hoje, são formalmente adotadas pela ACI. A primeira vertente desses princípios cooperativos foi apresentada no Congresso da ACI de 1930 (em Viena), por meio de um memorando em apoio a uma Resolução. Nele, a *Fédération Nationale Française des Cooperatives de Consommation* apresentou o seguinte:

O Congresso da Aliança Cooperativa Internacional solicita ao Comitê Central para designar uma comissão especial para pesquisar as condições em que são aplicados os Princípios de Rochdale nos diversos países e para, eventualmente, os tornar mais precisos. (KLAES, 2005, p. 130).

A segunda vertente foi apresentada no 14º Congresso da ACI, realizado em Londres, em 1934, no qual a Comissão apresentou um arranjo de sete princípios cooperativos: quatro eram básicos ou obrigatórios, e três considerados mais como métodos de ação e de organização.

Entre os quatro primeiros princípios (básicos ou obrigatórios) estão:

- a) a adesão livre;
- b) o controle democrático;
- c) o retorno com base nas compras;
- d) o juro limitado ao capital.

Quanto aos três princípios secundários ou recomendados, destacam-se:

- a) a neutralidade política e religiosa;
- b) a venda à vista;
- c) o desenvolvimento da educação.

Henri Desroche (1988, p. 27) observa que neste mesmo período existiram outros quatro princípios, além desses sete apresentados, e eram considerados controversos ou supérfluos. Entre esses princípios estão:

- a) indivisibilidade e inalienabilidade do ativo;
- b) comércio exclusivamente com os associados;
- c) adesão voluntária; e
- d) venda a preço de mercado.

Alguns anos depois do Congresso de Paris (1937), eclode a Segunda Guerra Mundial, e após seu término seguiu-se uma lenta e dolorosa recuperação mundial a qual resultou em uma profunda alteração geopolítica do cenário mundial, instalando-se a Guerra Fria que cresceu no decurso dos anos 1950, trazendo novos

acontecimentos e novas transformações econômicas e sociais. Além desses acontecimentos verificou-se o processo de descolonização, no qual novos países surgiram no contexto das nações.

É nesse cenário de tantas transformações que a Aliança Cooperativa Internacional realizou o Congresso de Bournemout, no ano de 1963, para reavivar os debates sobre os princípios e renovar o espírito cooperativista.

De acordo com Watkins (1970, p. 346), foi criada uma nova comissão que deveria promover as discussões sobre os princípios cooperativos no Congresso de Bournemout, observando as seguintes diretrizes:

- a) conservar sua atualidade e importância;
- b) inovar-se de maneira que os mesmos potencializassem a persecução das tarefas do movimento cooperativo; e
- c) substituir, por outros, os princípios que tivessem perdido a sua importância.

23º Congresso de 1966, em Viena

Vamos recapitular que a ACI promoveu vários Congressos, mas três deles foram os mais importantes na construção dos princípios cooperativos e, conseqüentemente, da identidade cooperativa: o 15º Congresso de 1937, em Paris (França), o 23º Congresso de 1966, em Viena (Áustria) e o 31º Congresso de 1995, em Manchester (Inglaterra).

Houve muitos avanços desde a realização do Congresso de Bournemout em 1963, o qual antecedeu o Congresso da ACI de Viena de 1966, mesmo com tanta heterogeneidade de posturas de seus membros, a Comissão apresentou um Relatório unânime.

Segundo a Aliança Cooperativa Internacional (1968, p. 13), entre os avanços observados estão:

- a) manter a autonomia do movimento cooperativo perante os partidos políticos e os governos;

- b) corrigir a tendência para transigir nos princípios com o fim de obter vantagens comerciais;
- c) tornar claras as diferenças essenciais entre as autênticas cooperativas e outras empresas que imitavam os seus métodos; e
- d) sublinhar a necessidade fundamental de manter atualizado o sistema democrático e educativo do movimento.

Com base nesses preceitos foram definidos e fixados seis princípios com a mesma força normativa:

- a) adesão livre;
- b) administração democrática;
- c) juros limitado ao capital;
- d) destino dos excedentes;
- e) desenvolvimento da educação;
- f) intercooperação.

Segundo a Aliança Cooperativa Internacional (1968), no Congresso de 1966 os princípios foram institucionalizados como um sistema que compõe e reforça uns aos outros, sendo abandonada a ideia de divisão dos princípios em níveis diferentes.

31º Congresso de 1995, em Manchester (Inglaterra)

Este foi o Congresso em que foram definidos muitos aspectos relacionados à identidade do cooperativismo.



Mas quais foram os motivos que levaram a ACI a retomar a discussão sobre os princípios cooperativos e voltar a propor novos debates visando a construir uma nova formulação ou reformulação?

As transformações no cenário econômico-social mundial no decorrer dos últimos 30 anos que antecederam este Congresso de 1995 fizeram com que o movimento cooperativista também sofresse modificações e ingressasse em uma nova era de inovações e também de pressões por renovações em seus dogmas.

Podemos citar algumas transformações que resultaram na III Revolução Industrial ou a Era Pós-Industrial, por exemplo.

Segundo Klaes,

[...] os avanços científicos e tecnológicos em distintos campos, tais como nas telecomunicações, na informática, na robótica, na biotecnologia, na genética e em muitas outras. (KLAES, 2005, p. 157).

Estes novos avanços resultaram em profundas alterações no modo de produção e de distribuição capitalista. Aliás, pressionaram as cooperativas para a necessidade de se adaptarem a essas profundas alterações científico-tecnológicas.

Nessas últimas décadas, o cooperativismo foi submetido a políticas neoliberais que promoveram pressões em suas instituições coletivas e solidárias, dando a impressão de que estas não têm espaço no sistema econômico. Observou-se que muitas se dissolveram, outras se transformaram em sociedades anônimas (SA), porém a maioria seguiu erguida, apesar de todas as dificuldades.

As dificuldades e retrocessos em seu desenvolvimento, como aconteceu com as cooperativas de consumo, inclusive a estagnação, levaram muitos cooperativistas a se indagarem acerca de sua situação.

Frente as novas características econômico-financeiras que predominavam no cenário mundial naquele período e principalmente frente “aos processos de liberalização e de globalização da economia, as cooperativas viam-se frequentemente obrigadas a competir com poderosos adversários que, com frequência, possuíam caráter multinacional assumindo, muitas vezes, posições monopolistas ou oligopolistas” (KLAES, 2005, p. 157).

Klaes (2005) explica ainda que as cooperativas adotaram estratégias de mercado para competir com as empresas globalizadas e, ao assumirem o *status* de grandes empresas através de processos de expansão e integração cooperativa, depararam-se com fatores que enfraquecem os princípios cooperativos.

Desta forma, ao competirem de igual para igual com as grandes corporações, acabam utilizando-se dos mesmos métodos e acabam sendo afetadas pelos problemas provenientes do gigantismo e da tecnocracia. E, ainda, a diminuição da participação dos associados nas decisões estratégicas da cooperativa pela velocidade do mercado em detrimento dos processos decisórios coletivos e participativos que são mais lentos.

Diante da conjuntura apresentada, o Congresso Internacional da ACI de 1995 apresenta uma definição dos princípios cooperativos.



Os princípios cooperativos são normas práticas que, fundamentadas nos valores cooperativos e aplicadas na forma de um sistema, caracterizam em uma determinada época as cooperativas de todo o mundo e permitem diferenciá-las dos outros tipos de empresa.

Os princípios do cooperativismo, aprovados em 1995, são os sete princípios adotados até os dias atuais:

- a) adesão voluntária e livre;
- b) gestão democrática;
- c) participação econômica dos membros;
- d) autonomia e independência;
- e) educação, formação e informação;
- f) intercooperação;
- g) interesse pela comunidade.

Estes princípios se tornaram universais no movimento cooperativo internacional e foram implementados em quase todas as nações com a incorporação quase unânime às diversas legislações nacionais aplicáveis a este tipo de organização (KLAES, 2005, p. 160).

O terceiro princípio cooperativo aprovado no Congresso de Manchester, “Participação Econômica dos Membros”, congrega o conteúdo do terceiro princípio “Distribuição das Sobras” e do quarto princípio “Taxa Limitada de Juros ao Capital Social”, aprovados nos Congressos anteriores.

Além dos princípios de Adesão Voluntária e Livre, Gestão Democrática pelos Membros, Educação, Formação e Informação e Intercooperação, que são princípios já considerados nos Congressos anteriores, acrescentam-se dois novos Princípios. Estes dois são Autonomia e Independência e Interesse pela Comunidade.



Os três conjuntos de princípios já reformulados no âmbito da Aliança Cooperativa (1937, 1966 e 1995) tiveram a preocupação de incorporar a conjuntura socioeconômica de sua época e constituiu-se em critérios fundamentais para a filiação de entidades cooperativas à ACI.

No quadro a seguir, verificamos as diferenças entre os princípios cooperativos aprovados nos três principais Congressos da ACI, bem como observamos que a conjuntura socioeconômica era considerada importante em cada período.

| Paris (1937) | Viena (1966) | Manchester (1995) |
|---|---|--|
| 1 – Adesão Livre | 1 – Adesão Livre | 1 – Adesão Livre e Voluntária |
| 2 – Gestão Democrática | 2 – Gestão Democrática | 2 – Gestão Democrática pelos Membros |
| 3 – Retorno <i>Pro-Rata</i> das Operações | 3 – Retorno <i>Pro-Rata</i> das Operações | 3 – Participação Econômica dos Membros |
| 4 – Juros Limitados ao Capital | 4 – Juros Limitados ao Capital | – |
| – | – | 4 – Autonomia e Independência |

| | | |
|--|---|-------------------------------------|
| 5 – Vendas a Dinheiro | – | – |
| 6 – Desenvolvimento da Educação em Todos os Níveis | 5 – Constituição de um Fundo para a Educação dos Cooperados e do Público em Geral | 5 – Educação, Formação e Informação |
| – | 6 – Ativa Cooperação entre as Cooperativas em todos os Planos | 6 – Intercooperação |
| 7 – Neutralidade Política Racial e Religiosa | – | – |
| – | – | 7 – Interesse pela Comunidade |

Quadro 1.2 - Princípios adotados nos Congressos da ACI
 Fonte: Adaptado de Klaes (2005).

Podemos observar no quadro apresentado que o princípio 5 do Congresso de 1937 contempla as Vendas a Dinheiro, pois naquela época ainda se considerava importante para a sobrevivência do empreendimento cooperativo que toda a movimentação financeira fosse em dinheiro.

Sabemos que hoje, com o mercado financeiro no centro do sistema econômico, uma instituição não sobrevive se não tiver linhas de crédito, tanto para seus clientes/cooperados como para a própria instituição. Além disso, atualmente o sistema econômico oferece uma gama de tecnologia para oferta de dinheiro a prazo com segurança e controle.

Desta forma, podemos concluir o cooperativismo como parte da economia capitalista ou como embrião de uma economia social e solidária, que possui uma história de discussões em torno do que deveria se identificar esta forma de economia coletiva.

A construção de normas ou princípios que regem o cooperativismo e o que o direciona a uma doutrina cooperativa foi uma longa caminhada envolvendo muitos teóricos, instituições cooperativas e cooperados, que refletiram sobre a necessidade da construção de alternativas ao sistema econômico capitalista as quais não excluam nem alienem o trabalhador do mercado.



Síntese

Nesta unidade, você estudou os aspectos que são considerados como fundamentos de uma economia social e solidária, as bases para a construção do cooperativismo. Estudou, ainda, que o cooperativismo é um movimento socioeconômico, porém pode ser considerado uma doutrina, ou até mesmo um sistema econômico.

Conheceu as novas nomenclaturas de autogestão derivadas do movimento cooperativista, as quais retomam com novas forças as lutas dos precursores, e identificou os tipos de cooperativismo como o cooperativismo religioso, cooperativismo humanista capitalista e cooperativismo insurgente.

Entendeu que a cooperação não é o mesmo que cooperativismo, mas sim um fundamento para que o cooperativismo exista e, para melhor compreender o que é cooperação, estudou as formas de integração econômica em que Polanyi explica que cooperação faz parte de nossas vidas mesmo interagindo dentro do mercado. Portanto, a reciprocidade e a redistribuição acabam fazendo parte de nossas relações econômicas.

Analisou os símbolos gráficos que logo nos remetem ao cooperativismo e à sua identidade e compreendeu como cooperativismo está registrado nos princípios, valores e no que se definiu como identidade cooperativa. Compreendeu, ainda, como os princípios do cooperativismo foram discutidos e construídos ao longo dos anos e articulados nos Congressos da Aliança Cooperativa Internacional.

E, por fim, estudou a importância da ACI na realização dos Congressos Cooperativos Internacionais que possibilitaram o processo de discussão e construção dos princípios do cooperativismo, tendo destaque para três congressos considerados mais importantes por determinar as mudanças no rol de Princípios Cooperativos adotados pelo Movimento, entre os quais se destacam o 15º Congresso de 1937, em Paris (França);

23º Congresso de 1966, em Viena (Áustria) e o 31º Congresso de 1995, em Manchester (Inglaterra). Dentre os congressos da ACI aquele realizado no ano 1995 é o mais importante até o momento, pois definiu toda a identidade do cooperativismo que adotamos hoje.



Atividades de autoavaliação

1) A partir do conteúdo estudado nesta disciplina, responda: O que é cooperativismo?

2) De acordo com seus conhecimentos cite os sete princípios do cooperativismo apresentados no 14º Congresso da ACI, realizado em Londres e aqueles adotados no 23º Congresso de 1966 da ACI, realizado em Viena (Áustria):



Saiba mais

BOMFIM, A. R. **Prática cooperativista e gestão democrática.** Centro Científico Conhecer. Goiânia: Enciclopédia Biosfera N.06, 2008.

CATTANI, A. D. (org.). **Diccionario de la otra economía.** Buenos Aires: Altamira, 2004.

LAMBERT, P. **La Doctrina Cooperativa.** Buenos Aires: INTERCOOP, 1975.

_____. **Los Principios Cooperativos y la Alianza Cooperativa Internacional.** Zaragoza: Centro Nacional de Educación Cooperativa, 1975.

LASIERRA RIGAL, C. M. **Primer Principio: adhesión.** In: Los Principios Cooperativos. Lérida: Asociación de Expertos Cooperativos, 1988.

_____. **El desarrollo intercooperativo: sus modelos y sus combinaciones.** Argentina: INTERCOOP, 1977.

MÜNKNER, H. H. **Principes coopératifs et droit coopératif.** Bonn: Friedrich– Ebert-Stiftung, 1986

RECH, D. Cooperativas: uma alternativa de organização popular. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

SINGER, P. **Introdução à economia solidária.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

UNIDADE 2

Da cooperação “primitiva” ao cooperativismo moderno

2



Objetivos de aprendizagem

- Estudar a evolução do cooperativismo ao longo da história.
- Descrever os principais fatos ocorridos na evolução histórica do cooperativismo.
- Compreender a importância dos principais fatos históricos para a formação de uma nova concepção econômica.



Seções de estudo

Seção 1 As origens cooperativas no pré-capitalismo

Seção 2 Feudalismo: introdução aos cânones do capitalismo

Seção 3 A grande transformação da concepção econômica



Para início de estudo

Nesta unidade você estudará exemplos, ao longo da existência da humanidade, de cooperação entre as pessoas materializada nas relações de solidariedade, de parentesco ou de sobrevivência.

Perceberá que as sociedades ditas pré-capitalistas possuíam interações econômicas que nos remetem à cooperação e à formação de sociedades coletivas, comunitárias e projetos cooperativos. Perceberá também que neste período as interações econômicas não passavam pelo mercado com intercâmbio por meio de moeda, mas sim por outras instituições econômicas que envolvem as relações de parentesco e comunidade.

Você analisará as transformações pelas quais passou a sociedade ao longo dos séculos e também as mudanças na lógica econômica que rege as relações sociais. Entenderá que as revoluções burguesas, principalmente a Francesa e a Industrial, foram um marco importante neste processo.

E, por fim, compreenderá que a partir da Revolução Industrial, no século XVIII, o cooperativismo surge como doutrina revolucionária, reformadora ou até alternativa ao sistema que vinha se formando e precarizando as condições de trabalho. Compreenderá também que as ideias cooperativistas não são contrárias à industrialização propriamente dita, mas sim contrárias às relações de trabalho que vão se formando em função do aumento da margem de lucro dos empregadores.

Seção 1 – As origens cooperativas no pré-capitalismo

Iniciamos nossos estudos analisando os **modos de produção** do período pré-capitalista para entender as razões que resultaram no modo de produção que temos hoje que é o sistema de produção capitalista. Mas, antes disso, vamos conhecer o que significa o termo modo de produção?

O capitalismo é um **modo de produção** que reúne **forças produtivas** sendo que as relações de produção é que caracterizam este sistema. Os termos utilizados na composição do modo de produção foram construídos conceitualmente por Karl Marx (1980), os quais são apresentados a seguir.

As **forças produtivas** constituem os elementos necessários para produzir, transformando a natureza em bens e serviços. Essas forças produtivas são conhecidas como **meios de produção** (máquinas, técnicas, terras, matéria-prima, tecnologias, ferramentas, entre outras) e **força de trabalho** (que corresponde ao trabalho humano aplicado na produção ou mão de obra). Já as **relações de produção** significam a maneira como os indivíduos desenvolvem suas relações de trabalho e distribuição durante o processo de produção e reprodução da vida material (MARX, 1980).

O cooperativismo surge no período da Revolução Industrial, no século XVIII, como forma de organização da produção e distribuição do que foi produzido, e também como uma concepção de sistema revolucionário ou alternativo ao modo de produção capitalista. Nesse sentido, estudar o período pré-capitalista serve para entendermos como os fundamentos do cooperativismo acompanham a história da humanidade, e que fatores como a **cooperação** e a **solidariedade** eram muito mais presentes nas relações sociais e econômicas naquele período que no período do capitalismo em si.

Compreendidos esses conceitos podemos afirmar que os modos de produção primitivos, os quais antecedem o capitalismo, são considerados como de transição e não hegemônicos um sobre o outro.

Forma como uma sociedade se organiza economicamente para produzir seus bens e serviços. Um modo de produção é formado por um conjunto de forças produtivas interagindo num campo de relações de produção próprias deste modo de produção.

Marx (1980) analisou os modos de produção de civilizações em cem séculos para identificar os processos que levam **sociedades sem classes** a **sociedades com classes sociais**. E constatou que a humanidade adotou quatro caminhos distintos dentro de um comunismo primitivo.

Modos de produção pré-capitalismo

Estudaremos agora os principais modos de produção que constituem o período pré-capitalista e analisaremos as diferenças entre esses modos. Entre os principais modos produtivos estão o modo de produção comunal primitivo, modo de produção asiático e modo de produção antigo (MPAn) ou modo de produção escravista.

Modo de produção comunal primitivo

Neste modo de produção há uma transição entre o modo de vida nômade e o modo de vida sedentário em que a agricultura e a pecuária passam a constituir as forças produtivas e a contribuir para a formação de sociedades, ainda que primitivas, mas com divisão do trabalho. Isto é, enquanto alguns plantavam, outros trabalhavam em moinhos, ou defendiam as terras, por exemplo.

Este modo de produção se fundamenta no uso coletivo dos meios de produção, nas relações de parentesco e na cooperação comunitária, semelhantemente ao que ocorre em aldeias indígenas. Não havia propriedade privada, uma vez que todos os meios de produção eram coletivos, e não existia a divisão por classes sociais; com isso também não existia a opressão de uma classe social por outra.

Modo de produção asiático (MPAs)

A unidade produtiva econômica neste modo era a comunidade autossuficiente, a aldeia. O excedente produzido era apropriado por uma comunidade superior. A terra era comunitária, mas

havia a apropriação do uso individual de uma parcela da terra. Esta apropriação individual era rotativa, ou seja, as famílias que recebiam terras menos produtivas em uma partilha receberiam outras terras mais férteis na próxima partilha. Essa redistribuição de parcelas de terras também tinha a ver com o crescimento demográfico das famílias.



A agricultura e produção manufatureira são exemplos de atividades deste modo de produção, cujo excedente produtivo e a propriedade eram comunitários e não existia apropriação privada da propriedade fundiária.

As relações de produção e de apropriação da natureza, assim como as riquezas sociais eram orientadas por normas comunalistas de apropriação.

Na Ásia, por exemplo, havia formas de interações econômicas que se caracterizavam pela **redistribuição da riqueza produzida**, pois não eram os indivíduos privados e nem os grupos locais comunais que se apropriavam do excedente da produção, mas sim o Estado, o qual era considerado a entidade superior agregadora e organizadora da sociedade formada pelas diversas comunidades aldeãs dentro do território.

É importante destacar que as comunidades neste modo de produção tinham uma natureza fechada, produzindo e reproduzindo suas próprias relações sociais. Assim como no modo de produção comunal primitivo não existiam classes sociais.

Modo de produção antigo (MPAn) ou modo de produção escravista

Trata-se da civilização greco-romana na qual a figura do cidadão passa a existir. O cidadão era um habitante da cidade, tinha a propriedade de uma parcela de terra (como unidade econômica que permite a autossuficiência, porém, em contrapartida, precisava pagar tributos).



Os cidadãos eram pessoas livres e proprietários de bens. Esse modo de produção considerava a apropriação privada das riquezas sociais, sendo que neste período surge a noção de **propriedade privada** a qual caracterizava o princípio desta sociedade.

No MPAn um cidadão, ao nascer, tinha como herança uma propriedade que lhe era garantida pela comunidade, com concepção diferente do sistema que conhecemos hoje, ou seja, de herdar uma propriedade da família. É considerado **modo de produção expansionista**, o qual gerava conflitos com outras comunidades em virtude da disputa pela conquista de terras que resultava em escravidão dos povos conquistados.

Por ser expansionista, apresentava uma necessidade constante de aquisição de terras para garantir as condições de seus cidadãos. Cada comunidade gerava produto para si e para o Estado e, ao mesmo tempo, necessitava motorizar seu expansionismo. Outra característica importante deste modo de produção é que nele observamos uma **separação de classes sociais: cidadãos e escravos**.

A decadência deste modo de produção deu lugar a outro modo: o germânico. O surgimento do escravo se converteu no fator gerador de excedente. Este forte dinamismo que levava ao expansionismo se converteria, ao mesmo tempo, em uma limitação, sendo que a própria dinâmica deste modo de produção levaria à sua desintegração.

Há diversos exemplos que podem ser descritos para ilustrar os modos de produção pré-capitalistas que configuram interações econômicas solidárias e de cooperação que contemplam a reciprocidade e redistribuição como formas de reprodução ampliada da vida. Entre eles estão os das civilizações maltas, astecas, mapuches, incas e guaranis. Lembrando que as reduções jesuítas não são formas de produção autóctones, pois os jesuítas mudaram o modo de vida dos indígenas, as relações de produção e suas crenças.

Os distintos princípios de integração econômica

Estudando os modos de produção pré-capitalistas, identificamos outras formas de integração econômica que transcendem o intercâmbio realizado por meio do mercado. No sistema capitalista tem-se o mercado como único integrador econômico da sociedade. Por isso, o fator hegemônico está presente ao se conceber o mercado como única instituição de integração na sociedade capitalista. Portanto, existem outros princípios de integração além do intercâmbio que dão luz à possibilidade de assumir o papel dominante, agora ocupada pelo mercado capitalista. Trata-se da reciprocidade e redistribuição (POLANYI, 1957; 1994; 1997).

| Forma de integração econômica | Instituição |
|-------------------------------|--------------|
| Intercâmbio | Mercado |
| Reciprocidade | Simetria |
| Redistribuição | Centralidade |

Quadro 2.1 - Formas de integração econômica
Fonte: Elaboração da autora (2011).

Na definição formalista adotada pela teoria econômica neoclássica, entendemos o econômico como a alocação de recursos escassos entre as múltiplas necessidades, em que a economia está separada de qualquer outra área social, cultural, política, entre outras, automatizando-a e tentando subsumir a sociedade à sua lógica.

No entanto, partindo de uma visão substantiva, há uma definição diferenciada de economia, o que representa a existência de outras formas de integração para além do comércio (intercâmbio). A partir dessa perspectiva, a economia é entendida como um processo institucionalizado de interação entre o homem e a natureza para fornecer os recursos materiais para atender às necessidades de todos. Assim, entendemos que a economia não é uma esfera separada da sociedade, mas é incorporada em instituições econômicas e não econômicas, sendo precisamente isso que lhe dá unidade e estabilidade.

Nesta visão, a racionalidade substantiva é entendida não como uma escolha entre meios e fins, mas como uma racionalidade reprodutiva, pois visa ao sustento e à reprodução da sociedade. Constatamos que a vida individual na sociedade, sem construir relacionamentos, é inviável. Torna-se impossível compreender seu comportamento de forma isolada. É preciso levar em conta os laços sociais que existem entre membros das comunidades, sem pensar apenas em termos egoístas e utilitaristas.



Polanyi (1957) defende que a principal dificuldade do sistema de mercado é sua incapacidade de satisfazer as necessidades humanas de uma forma estável. Para o autor, o problema reside no fato de que o mercado, na sociedade, tornou-se o único mecanismo de integração e isso vai contra a racionalidade reprodutiva.

O que explica Polanyi (1957) é que não devemos deixar que o mercado se autorregule, porque isso cria consequências nefastas. Devemos estabelecer outras pautas de institucionalização do econômico (a reciprocidade, a redistribuição, por exemplo). Devemos intervir no mercado de trabalho para que os salários não tendam a chegar a zero e para que a sociedade não se autodestrua.

Devemos encontrar um equilíbrio, ou seja, passar de uma **economia de mercado** para uma **economia com mercado**, em que as instituições econômicas não desempenhem um papel central na sociedade e onde as necessidades das pessoas não estejam subordinadas à busca do lucro.

Hoje essa redistribuição da riqueza não é diferente, pois precisamos do Estado para tentar equilibrar o sistema e redistribuir a riqueza produzida, justamente porque o mercado não é capaz. Segundo Danani (2004), o Estado pode fazer a redistribuição da riqueza de duas maneiras **distribuição primária**, regulando as políticas econômicas, e/ou **distribuição secundária**, implementando políticas sociais.

Depois de analisarmos outras formas de integração econômica, diferentes daquelas meramente conduzidas pelo mercado, vamos refletir a seguir sobre outras lógicas econômicas que podem reger estas formas de integração.

Incas

A civilização inca era baseada na cooperação, porém não podemos dizer que se comportava como uma economia cooperativa porque as decisões não eram democráticas estando a cargo dos líderes sacerdotes e do imperador. No entanto, a cooperação e a solidariedade eram os fundamentos que regiam as relações socioeconômicas desta civilização, sendo que a organização da produção e distribuição era complexa e envolvia diversos fatores.

O objetivo dos incas era a reprodução ampliada da vida, ou seja, que todo o império usufrísse da riqueza produzida e que ninguém fosse excluído da divisão desta riqueza. Por isso a redistribuição era mais importante que a formação de um mercado para fazer o papel de distribuição da riqueza, característica do modo de produção capitalista.



Um dos objetivos do sistema capitalista é que toda distribuição e circulação da riqueza produzida passe somente pelo mercado, e tudo que uma pessoa necessite seja adquirido por meio do mercado a partir da compra e venda de produtos e serviços. Desde os bens mais comuns até aqueles mais complexos.

Ao analisarmos a civilização inca, verificamos que sua base de interação econômica era feita pela redistribuição tendo a centralidade como instituição deste tipo de interação, pois possuíam um Estado que intervia na organização da produção da riqueza, ordenando as forças produtivas e redistribuindo a todos conforme as necessidades do coletivo.

Os incas se desenvolveram na região do altiplano andino, onde hoje é o Peru. A palavra inca é derivada de *In*, que significa luz, e *Ka*, que significa ser luminoso. A divisão social do trabalho no império inca, denominado *Tabuantinsuyo*, estava organizada com vários atores em distintas classes (FREITAS, 1997).

É o Estado imperial inca.

Unidade clânica nas regiões andinas ou famílias simples ou compostas caracterizando uma unidade doméstica de produção e reprodução da vida.

Encontramos na civilização inca as forças de trabalho organizadas sob forma individual ou pessoal e familiar nos *ayllus*; o trabalho sob regime de *ayni*, ou reciprocidade, ou, ainda, o trabalho sob regime de *minga*, ou coletivismo. Também haviam forças de trabalho sob direção estatal ou *mita*, o exército profissionalizado, servil ou de *yanas* e *yanayacos*, escravo ou de *pinas*, de mercadores, do exercido nas *acllahuasis*, e, por fim, o trabalho dos administradores burocráticos do Estado.

A partir desta configuração é possível entender que não se tratava de uma economia cooperativa, pois encontramos diversos tipos de trabalho que não se identificam com o trabalho cooperativo e, muitas vezes, tinham uma concepção contrária, como é o caso do trabalho escravo. No entanto, algumas características a diferem de uma economia capitalista centrada no mercado como, por exemplo, o trabalho sob regime de reciprocidade e o trabalho sob regime de *minga* (termo muito utilizado até os dias atuais entre os andinos).

O *ayni*

Ayni significa “reciprocidade de empréstimo de força de trabalho, praticada pelos habitantes dos *ayllus* em sua produção regular” (FREITAS, 1997). Esta é uma prática que caracteriza bem o que Polanyi (1957) define como reciprocidade.

A realização do *ayni* não era somente de acordo como o ciclo agrário (preparação da terra, a sementeira, a colheita nos terraços agrícolas até o armazenamento), visto que ia além disso, pois o *ayni* era praticado em situações que se fizesse necessário, como na construção de casas, cercas e armazéns individuais.



Figura 2.1 - Terraços agrícolas nas ruínas de *Machu Picchu*, Peru
Fonte: HISTBLOG [20--?].

Portanto, esta prática consistia no **intercâmbio de força de trabalho** entre os grupos domésticos que faziam parte de um *ayllu*. Esta reciprocidade acontecia de forma simétrica, na qual a prestação de serviços por um membro ou por grupos a outro membro ou outros grupos era “paga” com força de trabalho equivalente e combinada com datas, locais e tarefas pré-definidas.



A adesão a esta prática era de livre vontade, pois qualquer pessoa do *ayllu* podia participar ou se negar ao *ayni*. No entanto, todos sabiam os benefícios e prejuízos de participar. Caso se negassem a participar conheciam as penas de não poder pedir ajuda a mais ninguém sob a forma de *ayni*.

Esse intercâmbio de força de trabalho era uma convenção, e fazia parte da vida dos incas de forma que sabiam que as necessidades de suas vidas seriam satisfeitas por esta forma de interação econômica. É complexo compreendermos uma prática que nós, na atualidade, não a vivenciamos, assim como pensarmos que os membros da civilização inca estavam atrelados à reciprocidade para comer, se vestir, se divertir, entre outros.

Hoje, para satisfazer a estas nossas necessidades recorremos ao mercado. Ou seja, vamos à feira para comprar frutas e verduras, vamos à loja para comprar roupas e ao posto de gasolina comprar combustível para sair de carro. E cada vez mais estaremos atrelados ao mercado como instituição econômica para resolver nossas necessidades.

Por meio da “ajuda recíproca”, o *ayni* escondia um toma-lá-dá-cá sem fim. Algo considerado perpétuo e realizado de acordo com os interesses ou conveniências ditados pelo momento e pelos vários envolvidos. Os que se beneficiavam do *ayni*, além de assumirem a responsabilidade de retribuir futuramente a ajuda, ofereciam também alimento, bebida e folhas de coca (em quantidades variáveis caso a caso) aos prestadores dos serviços durante a realização do trabalho.

A minga

O termo *minga* significa “trabalho coletivo do *ayllu*, em obras que beneficiassem toda a comunidade” (FREITAS, 1997). Este trabalho era coletivo e solidário e a sistemática era diferente do *ayni*, pois esta solidariedade beneficiava a toda comunidade.

Todos os membros produtivos do *ayllu* formavam uma coletividade, executavam obras que beneficiavam o clã, considerada a família-extensa. Entre estas obras estavam os canais de irrigação local, *andenes*, pontes, templos de culto, locais de charque e/ou armazenamento de produtos, currais, cercas, portões, manutenção da *huaca* local, entre outros.

Local sagrado, para guardar e reverenciar as múmias.

Uma das ações da *minga*, por exemplo, diz respeito aos rituais da cerimônia para realização de casamento de membros do *ayllu*. Um desses rituais identificamos em nossas tradições atuais como é o caso da **reciprocidade**, em que há uma mobilização para construir a casa da nova família que acaba de se formar.

Em outros casos, a *minga* acontecia também para o cuidado das terras de órfãos, inválidos, viúvas, enfermos e anciões do *ayllu*, os quais não estavam aptos para o trabalho e também não tinham quem trabalhasse para sua sobrevivência. Neste contexto a comunidade trabalhava pela comunidade de forma que ninguém ficasse de fora da redistribuição da riqueza. Já que a riqueza não pertencia aos trabalhadores ativos por recompensa pelo trabalho realizado, mas sim a toda a comunidade. Diferente do *ayni*, a *minga* não resultava em dívida nem obrigava “pagamento” de espécie alguma nestes casos.

As relações sociais eram constantemente fortalecidas com as *mingas*, pois eram fundamentais para manter os vínculos de solidariedade entre os incas e possibilitavam que o *ayllu* sobrevivesse. Os membros da comunidade que não compartilhavam desta concepção de trabalho coletivo e solidário ficavam de fora da distribuição das riquezas, sendo expulsos da comunidade e tornando-se mendigos, meliantes ou *yanas* a serviço de alguém ou do Estado.

O Estado

Os incas possuíam um Estado centralizador que aplicava fortemente o princípio da redistribuição dos recursos entre todos. Portanto, outro tipo de interação econômica importante para compor seu complexo sistema econômico e alcançar o *Sumaq Kayway* (bem viver de toda uma sociedade) foi a redistribuição tendo a **centralidade** como instituição.

Freitas (1997) explica que:

Estado Imperial Inca vigorar simultaneamente vários modos de produção econômica (comunal primitivo, escravagista e até mesmo feudal, especialmente em seus últimos anos), talvez então conformando um modelo próprio e singular, até já chamado de “modo de produção inca”.

O mesmo autor complementa que o império inca se encaixa ao modo de produção asiático, pois contempla as mesmas características, muitas destas ainda encontradas na atualidade entre as comunidades andinas. Entre as principais características estão (FREITAS, 1997):

- organização da sociedade em comunidades aldeãs que conservam através dos tempos uma grande coesão;
- predomínio da propriedade coletiva do solo;
- união íntima entre agricultura e artesanato;
- produção quase exclusiva de valores de uso, tornando desnecessária a existência de moeda (ou valor de troca);
- poder central despótico que retém o excedente da produção social em seu próprio benefício (elite dirigente), redistribuindo parte deste excedente através de suas práticas de mando e poder;
- regulamentação, pelo poder central despótico, das grandes obras agrícolas, principalmente as de irrigação nas zonas áridas.

Depois de estudarmos os modos de produção pré-capitalistas e reconhecer fatores que se identificam aos princípios do cooperativismo atual, vamos analisar o modo de produção feudal, o qual é considerado um sistema de transição para o modo de produção capitalista, e que marca o início do surgimento das contradições nas relações produtivas decorrentes dos conflitos gerados pelas transformações nas forças produção, sendo características de um período de transição.

Vamos iniciar este estudo conhecendo o processo de submissão dos indígenas guaranis aos ditames ocidentais de produção com a intervenção das missões jesuítas em países do Sul da América do Sul.

Os guaranis e as missões jesuítas

Os povos indígenas guaranis tinham como característica principal de interação econômica o modo de produção comunal primitivo. Não possuíam a complexidade social e econômica dos incas, pois se tratava de um sistema de produção coletivo simples. Não havia divisão social do trabalho, porém já existia divisão sexual do trabalho, pois os homens eram responsáveis pela caça, pesca e atividades agrícolas mais pesadas. Já as mulheres eram responsáveis por cuidar da aldeia, das crianças e idosos, além de atividades agrícolas mais leves, artesanato, entre outros.

A principal atividade era a agricultura sendo cultivado principalmente o milho, batata doce, aipim, amendoim e erva-mate. Os povos guaranis eram muito ligados à espiritualidade e tudo o que era feito e construído tinha a ver com a espiritualidade.



Esses indígenas caçavam, pescavam e, mesmo assim, tinham amor e respeito pela natureza. Faziam tecelagens com pedaços de peles como cobras, onças, e outros.

As relações de produção que regiam os povos indígenas guaranis eram pautadas pela reciprocidade e pela solidariedade e estão descritas por Luciano da seguinte forma:

São essas relações de parentesco e as alianças que dinamizam e organizam as festas, as cerimônias, os rituais, as pescas ou as caças coletivas, os trabalhos conjuntos de roça e a produção, o consumo e a distribuição de bens e serviços, principalmente de alimentos. (LUCIANO, 2006, p. 45).

Este autor ainda complementa como acontecia a interação econômica:

Os grupos de parentesco e de aliados formam potencial e concretamente os grupos de organização que se constituem em verdadeiros grupos de produção de bens e serviços. A distribuição e o consumo de bens são orientados a partir de tais grupos. Quando um caçador consegue uma caça, sua obrigação é distribuí-la em primeiro lugar entre os membros da sua família extensa e somente satisfeita essa obrigação é que ele poderá atender a outros membros ou mesmo à comunidade inteira. (LUCIANO, 2006, p. 45).

Quando o continente sul-americano foi colonizado, os jesuítas foram enviados às colônias para “civilizar” os povos indígenas e, para isso, foram-lhes aplicadas as doutrinas euro-ocidentais. A partir de então os indígenas sofreram longos períodos de pressão, descaracterização de suas culturas e mudanças nos modos de produção comunal primitivo para o modo de produção que vinha se instalando no continente europeu.



As imposições de outra racionalidade de produção foi um dos motivos dos grandes conflitos que já vinham se perdurando na região como brigas violentas entre eles e os colonizadores, desbravadores, bandeirantes, e outros.

Com a intervenção dos jesuítas, os guaranis que tinham como característica o modo de produção comunal primitivo passaram a adquirir, contra a vontade, características das civilizações ocidentais. Nesse sentido é importante que façamos o estudo dessas relações de interação econômica, pois essas caracterizam um processo contemporâneo **ao período de transição do feudalismo para o capitalismo**, mas em diferentes continentes e com características distintas.



Os indígenas da região dos Sete Povos das Missões, na época em que a colonização jesuíta existiu (período entre 1682 e 1767), possuíam seus costumes coletivos de produção e não sofreram modificações para uma produção familiar individual como ditava a metodologia dos jesuítas que fundaram as reduções.

Os índios guaranis formavam um grupo nativo do continente sul-americano e viviam em boa parte da América do Sul, sendo que os últimos grupos indígenas a chegarem ao Rio Grande do Sul eram provenientes do médio Amazonas. Nas regiões do Rio Grande do Sul haviam aldeias que eram formadas por mais ou menos 150 habitantes com três a cinco residências coletivas. Mesmo não tendo nenhum poder sobre os membros da aldeia, o chefe desfrutava de privilégios e benefícios.

Devido ao esgotamento da caça e da coleta e à degradação ambiental provocada pela exploração para suprir as necessidades de vivência, de cada três a cinco anos, as aldeias tupi-guarani transferiam-se de local. Com essas mudanças as aldeias se dividiam, dando origem a novas comunidades indígenas.

As famílias residiam em habitações coletivas e as aldeias eram independentes entre si por serem capazes de produzir para a subsistência dos moradores sem a necessidade de realizarem intercâmbios. Além da moradia, eles compartilhavam o território, desconhecendo a propriedade privada da terra.

A produção guarani se baseava na divisão sexual do trabalho, sendo a mulher encarregada pelas plantações e, conseqüentemente, faziam parte de suas atividades a coleta, o transporte, o preparo dos alimentos e o cuidado dos filhos. Enquanto os homens eram responsáveis pela caça, pesca, guerra, construção da moradia coletiva e abrir clareiras para as plantações. Assim como no trabalho das mulheres, no trabalho dos homens imperava a solidariedade e o trabalho cooperativo.

Com a sucessiva perda de terras e de liberdade para os bandeirantes paulistas que buscavam escravos para suprir a escassez destes em outras Províncias do Brasil, os guaranis aceitaram a proposta dos jesuítas de se assentarem e formar

comunidades fixas. Assim, estariam mais seguros sob a “guarda” da coroa espanhola, haja vista tamanha pressão causada pelos avanços da colonização portuguesa e sua exploração.

Por outro lado, era do interesse da coroa espanhola formar *pueblos* estáveis, dependentes e sob a administração de jesuítas, franciscanos, dominicanos ou outros. A coroa espanhola favorecia esses agrupamentos isentando-os dos pesados tributos referentes aos trabalhos em propriedades coloniais, visto que os espanhóis temiam que os portugueses avançassem sobre os territórios tidos como desocupados, pois tinham conhecimento do interesse da coroa portuguesa nas terras das minas andinas. Sendo assim, os espanhóis ocuparam territórios quase sem investimento estatal.

As primeiras intervenções de trabalhos de catequese promovidas pelos padres da Companhia de Jesus ocorreram no início do século XVII. Em 1626, as Missões do Paraguai iniciaram sua travessia pelo Rio Uruguai e se instalaram em áreas localizadas no atual Estado do Rio Grande do Sul, formando quase 20 reduções.

A figura a seguir ilustra a localização das Missões Jesuítas Guarani na América do Sul.



Figura 2.2 - As missões Jesuítas Guarani na América do Sul
Fonte: Filosofando e Historiando (2012).

Os indígenas, que já sofriam com a caça a seus membros, mortes e destruição de suas aldeias, passaram a sofrer com a intervenção dos padres jesuítas em seu processo civilizatório, sendo catequizados e levados a abandonar seus ritos e cultura para adotar as tradições ocidentais e a religião católica.

No total foram formadas 33 reduções jesuíticas nos territórios da Argentina, Uruguai, Paraguai e Bolívia, sendo que na disputa pela área conhecida por Colônia de Sacramento, por Portugal e Espanha, a coroa espanhola ordenou que as missões atravessassem o rio Uruguai novamente para fundar novas reduções na Banda Oriental em 1682, e assim tem-se a formação dos **Sete Povos da Banda Oriental** do rio Uruguai com as reduções de São Miguel, São Nicolau, São Borja, São Luiz Gonzaga, São Lourenço, São João Batista e Santo Ângelo.

As missões eram interdependentes entre si, pois produziam quase os mesmos produtos e não havia volumes de trocas entre elas, cada uma com suas terras, gado, produção e administração própria, ficando conhecidas como Sete Povos das Missões, tendo sua população estimada em torno de 30 mil missioneiros.

Segundo Maestri (2006), a grande diferença entre as concepções evolutivas e econômicas entre esses indígenas e os colonizadores ibéricos estava em que:

a comunidade doméstica nativa, ignorante das diferenças de classe e da organização do Estado, estruturada em aldeias autárquicas e, por outro, Portugal e Espanha, Estados classistas, vanguardas do **mercantilismo**, inseridos na divisão mundial do trabalho.

Nome dado a um conjunto de práticas econômicas desenvolvido na Europa na Idade Moderna, entre o século XV e o final do século XVIII.

O objetivo das missões jesuítas era garantir a segurança as comunidades guaranis diante de tantas atrocidades, pressões exploratórias e escravistas tanto de colonizadores espanhóis como dos paulistas. Eles formaram reduções, originadas da palavra “reconduzir”, que eram povoados que abrigavam pelo menos cinco mil pessoas em cada redução. Seu auge ocorreu durante mais de um século, após a expulsão definitiva dos bandeirantes na Batalha de Mbororé, em 1641.

As reduções trouxeram à tona uma nova forma econômica de produção, fruto da mescla entre o **extremo coletivismo indígena** e a **agricultura familiar praticada na Europa** com indícios do então **modo de produção feudal**. Aliado a isso, havia os instrumentos de produção da Europa ocidental com uma noção de propriedade familiar individual, porém não classista.



As reduções jesuítas melhoraram as condições de vida dos missioneiros depois que estes assumiram a condição de uma sociedade estatal, comunitária, complexa, não classista, isto é, uma sociedade missioneira.

Como culturalmente os indígenas eram hábeis horticultores, incorporaram com facilidade as ferramentas e as plantas da agricultura europeia. A crescente importância da agricultura tornou essencial a participação dos homens nestas tarefas que antes pertenciam às mulheres do grupo indígena guarani.

Atividades artesanais, como tecer redes e faixas de algodão, ficaram a cargo das mulheres, inclusive a responsabilidade de outras etapas de todo o processo de produção, como a fabricação de fios, tecidos, vestimentas e cobertores que amenizavam o frio, principalmente nas regiões muito frias.

Além disso, os tupi-guarani tinham conhecimento em olaria e desenvolveram as técnicas para produzir os materiais para construir os celeiros, estábulos, galões, igrejas, moradias e outras construções necessárias à sociedade missioneira. No caso das moradias, possibilitou a construção das residências para abrigar as famílias de forma individual que antes viviam em moradias coletivas.

Esta divisão sexual do trabalho está atrelada à cooperação:

A divisão sexual e familiar do trabalho, apoiada na cooperação simples entre os produtores das residências coletivas e da aldeia ampliou-se, originando práticas produtivas realizadas comumente por artífices especializados. As reduções possuíam de trinta a quarenta oficinas: ferraria; marcenaria; olaria; sapataria; tecelagem; tornearia, etc. (MAESTRI, 2006).

As missões buscaram o conhecimento necessário para a criação animal, como o gado *vacum*, *cavalar* e o *muar*, inclusive a criação de caprinos e ovinos que forneciam os nutrientes proteicos que outrora eram escassos em períodos do ano ou por sua extinção local, o que levava esses índios à prática do canibalismo em seus inimigos invasores, muito comum antes da vinda dos jesuítas.

Quando começaram a produzir excedente, passaram a intercambiar entre as missões. A erva-mate tornou-se um produto muito importante para as missões ao entrar como equivalente nos intercâmbios entre as missões, sendo exportada por meio de carretas de duas rodas para grandes centros de países como Argentina, Chile e Peru. A erva-mate era utilizada dentro das missões, distribuída diariamente em uma **cuia** a cada família missioneira.

É um recipiente feito do porongo ou cabaça seca (fruto de planta da família das cucurbitáceas). A cuia é utilizada para tomar chimarrão e também como moringa, vasilha, etc.

A organização produtiva introduzida pelos jesuítas nas missões se dava ao passo que cada família missioneira recebia uma parcela da terra comunal. Estas famílias trabalhavam nas plantações comunitárias em dois dias da semana.



Havia algumas contradições e diferenças nos modos de vida dos missionários jesuítas, principalmente no que se refere à configuração da instituição família, sendo distinta sua concepção entre os indígenas e a sociedade ocidental, na qual a família é constituída pela monogamia.

Os jesuítas tentavam organizar cada “família” (constituída de um homem e uma mulher e seus filhos) em cada casa construída na Redução. Justamente o contrário da sua natureza, onde as famílias vivem juntas em ocas grandes. A divisão de terras em parcelas individuais por família também foi estabelecida pelos jesuítas, mas não deu muito certo, pois as famílias cultivavam mais as terras comunitárias que as suas e quando colhiam algo em suas plantações particulares dividiam com o coletivo.

A figura seguinte ilustra a organização territorial de uma missão jesuíta guarani.

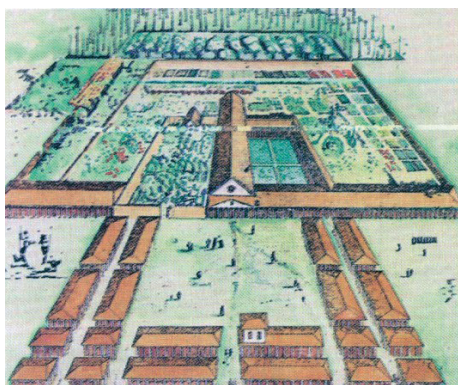


Figura 2.3 - Missão jesuíta guarani
Fonte: Programa Economia Solidária (2010).

Na figura apresentada visualizamos a distribuição física de uma das Reduções jesuítas que formam as missões jesuítas. Na parte superior, encontram-se as terras coletivas e comunitárias. Mais ao centro, visualizamos as terras particulares das famílias e as instalações dos padres missioneiros, escola, igreja, oficinas, etc. E ao redor e no plano inferior da imagem, encontram-se as moradias dos indígenas.

Os missioneiros que prestavam trabalhos comunitários, na agricultura e na pecuária, financiavam os trabalhos especializados e indiretos, mas não eram menos importantes que administradores, artífices, ervateiros, vaqueiros e outros, assim como os improdutivos velhos e os doentes.

As missões adotavam uma contabilidade central em que o monopólio dos caciques (cabildo) organizava as trocas internas entre as famílias de diversos setores produtivos. Com isso, a contabilidade central era o meio de trocas de todos os produtos, eliminando qualquer tipo de mercantilização.

Dentro da missão, os produtos não eram considerados mercadorias e predominava o valor de uso sobre o valor de troca.

Segundo Maestri, (2006):

a maior parte do produto excedente, permitido pela maior produtividade do trabalho, era reinvestida na comunidade. O caráter progressista do novo modo de organização e de produção aumentava o prestígio dos seus vetores ideológicos – os jesuítas e o cristianismo – e a coesão social missioneira.

Nesta divisão de trabalho, bem mais complexa que em organizações indígenas no modo de produção comunal primitivo e com produtividade social muito superior, percebemos muitas características indígenas presentes em detrimento as de uma produção da Europa ocidental. Ou seja, a organização produtiva complexa proposta pelos jesuítas somente se concretizou porque a cultura do modo de produção indígena já era coletivo-familiar. Mesmo se apresentando como um sistema comunal, os jesuítas introduziram a questão das habitações e produção familiar individual, porém, para todo coletivo.

Vários fatores determinaram o fim destas exitosas comunidades de modo de vida solidária. A primeira foi a disputas pelas terras sulistas mesmo com o **Tratado de Tordesilhas** vigente.

Os bandeirantes paulistas, constantemente, deslocavam-se por meio das florestas e campos com o objetivo de demarcar o território, escravizar os nativos e saquear o que podiam, espalhando terror por onde passavam.

O Tratado de Tordesilhas (1494): Tratado entre Portugal e Espanha que dividiu o continente americano em duas partes: Uma para o Portugal e outra para Espanha.



Os contínuos ataques fizeram surgir exércitos missionários com o apoio da coroa espanhola para se defenderem, sendo observadas muitas perdas causadas por estes ataques nas missões, e mesmo assim as mesmas se reconstruíam em seguida.

Por outro lado, o sucesso das missões começou a preocupar a Coroa espanhola. As Reduções passaram a ser prósperas economicamente e quase independentes da Coroa. Com isso, os trabalhos dos jesuítas foram suspensos e os mesmos foram chamados de volta à Espanha. Houve resistência dos indígenas e de parte dos jesuítas, resultando em levantes logo combatidos pelas tropas da Coroa.

A partir da análise da relação entre os indígenas e os jesuítas, percebe-se uma diferença entre o modo de produção indígena e o modo de produção missionário. Lembrando que na organização social das reduções eram os jesuítas que comandavam, organizavam e doutrinavam os indígenas, sendo estes os pontos que os distanciam da doutrina cooperativa. Porém, houve o predomínio das tradições, força e modo de vida cooperativo e solidário dos próprios indígenas.

Seção 2 – Feudalismo: introdução aos cânones do capitalismo

Na escola aprendemos que o feudalismo foi um sistema econômico que existiu no ocidente europeu, sendo caracterizado por apresentar um modo de produção em que uma pessoa, chamada de senhor feudal, possuía uma propriedade de grandes extensões, denominada feudo (latifúndio), e que nessas terras havia muitas famílias que possuíam somente a propriedade de sua força de trabalho, passando a trabalhar nas terras deste senhor feudal em regime de quase escravidão.

O modo de produção feudal consistia em um sistema de interação econômica no qual havia a propriedade privada dos meios de produção, principalmente da terra. O senhor feudal possuía a terra, mas o vassalo possuía os demais meios de produção (máquinas, matéria-prima, por exemplo). Esse sistema era caracterizado por apresentar duas classes sociais: os senhores feudais (latifundiários) e os vassalos (camponeses familiares). Os vassalos recebiam o direito viver e produzir sobre uma fatia do feudo em troca do excedente. Além disso, recebiam a proteção contra bárbaros invasores, a qual era tarefa dos exércitos do próprio feudo.

Na figura a seguir observamos os elementos da estrutura organizacional de um feudo.

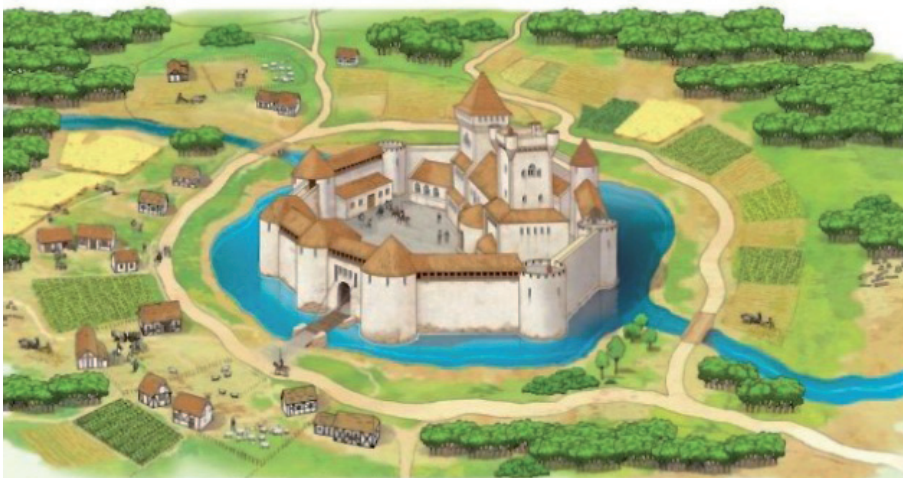


Figura 2.4 - Elementos de um feudo
Fonte: ALVES [20xx?].

As principais características deste modo de produção é o poder descentralizado, isto é, sem um Estado centralizador; uma economia baseada na agricultura de subsistência; trabalho servil; e economia baseada no intercâmbio de mercadorias (escambo), economia amonetária e sem comércio.



No feudalismo nem todas as propriedades eram feudos, visto que podíamos encontrar muitas configurações de pequenas propriedades que também tinham como base a agricultura de subsistência e a produção de excedentes para intercambiar por outros produtos que não produziam.

Segundo Kriedte, Medick e Schumbohm (1986), quando o capital se introduz na unidade produtiva começam a surgir os conflitos nas relações de produção e, muitas vezes forçosamente, vão se tornando parte de um novo sistema econômico: modo de produção capitalista.

***Kaufsystem*: Período em que a lógica predominante é típica de uma agricultura familiar e da comunitária**

Kriedte, Medick e Schumbohm (1986) consideram em suas análises dois sistemas com lógicas de produção diferentes: o *Kaufsystem*, em que a lógica da produção estava baseada no valor de uso; e *Verlargesystem*, cuja lógica passa pela produção destinada ao intercâmbio, para o mercado.

O processo de transição entre esses dois sistemas ocorre de forma conflituosa e produz novas relações e divisões sociais de trabalho com efeitos desiguais influenciando na sociabilidade dos produtores familiares. O conflito se dá, na verdade, entre a sociabilidade dos **produtores** e **comerciantes**.

A unidade de produção neste período, *Kaufsystem*, é familiar, cuja produção é feita no seio da família. Esta unidade pode produzir mais que o necessário para atender suas necessidades de subsistência, gerando assim um excedente de produção, podendo

ainda contratar mão de obra para a produção ou a execução de uma parte dela. Neste sentido a produção, que antes era feita apenas pela família, expande-se na unidade, sendo contratado trabalho assalariado, mas ainda mantendo-se a lógica do núcleo de produção familiar.



No *Kaufsystem* em períodos de safra baixa, era possível obter receitas provenientes de atividades manufatureiras nas entressafras, sendo esta produção manufatureira feita pelas próprias famílias.

As mudanças nas formas de exploração começam no feudalismo, no qual o senhor feudal se apropria do material excedente da produção, visto que a comercialização, em princípio, estava pouco desenvolvida. O produtor ficava somente com o suficiente para suas necessidades e de sua família, por meio da lógica do valor de uso que, nesta época, determinava as metas de produção do agricultor.

A crescente dependência do produtor com relação ao comerciante se constatava em virtude do conhecimento do mercado. De acordo com Kriedt, Medick e Schlumbohm (1986), à medida que surge a exploração dos agricultores por meio do comércio, os comerciantes passam a atuar com uma lógica capitalista.

Ainda conforme esses autores, no *Kaufsystem* a lógica do produtor é diferente da do comerciante. Isso ocorre porque o produtor atua sob a lógica da reprodução de seus modos de produção e de vida.

Por exemplo: como o produtor não tem o objetivo de acumular capital, se o preço do produto aumenta ele diminui a produção, pois consegue o mesmo dinheiro produzindo menos, conforme ilustrado no gráfico na sequência.

Este mesmo gráfico mostra que o comerciante quer produzir mais quando os preços sobem. Com este conflito de racionalidade, o produtor não vê alternativa senão submeter-se ao comerciante, entregando sua produção de acordo com as exigências do sistema.

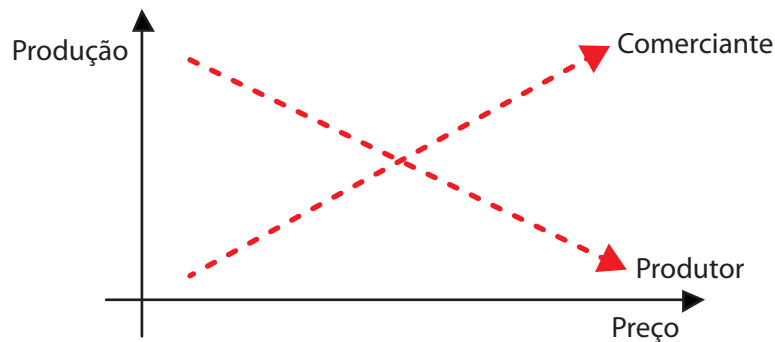


Figura 2.5 - Lógicas de produção
Fonte: Elaboração da autora (2011).

Hobsbawm (1971, p. 85) menciona que Marx acreditava que “no marco do capitalismo se incrementam constantemente as necessidades, e o agricultor tende a intensificar sua produção para que elas possam ser cobertas”. Sendo assim, ainda que por esse motivo os agricultores familiares procurassem aumentar a sua produção, eles não iriam mudar a lógica para incorporar os preceitos da acumulação capitalista como um objetivo da produção.

Enquanto isso, a área do comércio foi regida por uma lógica diferente, pela lei do capital. E este sim, tem como objetivo o lucro, um fator visto como a força motriz desta circulação por trás deste movimento com a lógica capitalista, conforme Kriedt, Medick e Schlumbohm (1986).

No período *Kaufsystem*, por exemplo, a exploração foi feita por meio da circulação. Ou seja, o comerciante se apropria da **mais-valia** na comercialização do mesmo.

***Verlargesystem*: mudanças na sociabilidade, incorporação de cânones capitalistas**

No período que compreende o *Verlargesystem*, a exploração capitalista começa na medida em que o capital penetra nas unidades de produção. Conseqüentemente, os produtores não têm independência formal.

Neste caso o produtor não pode mais competir no mercado em pé de igualdade de direitos com os comerciantes porque trabalha para um comerciante, ou, talvez, para outro produtor mais próspero que

É a diferença entre o valor do produto e a soma do valor dos meios de produção e do valor do trabalho. Segundo Karl Marx, a mais-valia seria a base do lucro no sistema capitalista.

não busca a produção por subsistência, mas sim como atividade orientada pela acumulação de capital. Ou seja, o produtor não vendia mais de seus produtos, mas sim a sua força de trabalho por peça produzida com matérias-primas (os meios de produção) fornecidas pelo comerciante, mesmo que o produtor continuasse produzindo, por exemplo, na oficina em sua própria casa.

A resistência aos novos modos de produção que restringissem ou limitassem a independência dos artesãos e agricultores estava **mais presente nas cidades** que **nas áreas rurais**, uma vez que estes se organizavam em associações. No entanto, nas áreas rurais onde as famílias de agricultores não tinham organizações similares para defender seus interesses, tornava-se mais fácil a influência dos comerciantes.

Na concepção do *Verlagsystem* o capital individual muda sua lógica de valores. O comerciante decide construir um galpão e traz os trabalhadores para ter melhor controle e concentração num espaço físico. Surgem assim as manufaturas caracterizadas como capitalistas. Com a concentração dos produtores, há avanços na divisão do processo de produção, na divisão e na flexibilização do trabalho, fatores que contribuíram para o processo de desenvolvimento industrial e da crescente acumulação de capital. Os produtores trabalhavam nas indústrias em troca de um salário.

Seção 3 – A grande transformação da concepção econômica

A história de nossa sociedade é marcada por transformações. Nossas relações sociais passaram por interações econômicas solidárias, escravistas, conviveram com a reciprocidade e ainda o poder de redistribuir a riqueza que produzimos. Podemos dizer que o cooperativismo é fruto da natureza humana e que se fundamenta em nossa capacidade de cooperar pela nossa sobrevivência sendo o *Sumaq Kawsay* de todas as sociedades e que depende da solidariedade, que é inerente ao ser humano.

Significa “viver bem” em quéchua, idioma indígena andino, em oposição ao termo “bem-estar” ou até “Estado de bem-estar” da cultura ocidental. Povos indígenas andinos, como equatorianos e bolivianos, têm difundido sua cultura, formas de produção e de organização da sociedade em contraponto ao modo de vida ocidental.

No entanto, algo acontece quando nos deparamos com o surgimento de outros elementos que vão compor a economia, como o intercâmbio, que é um instrumento de troca. Ou seja, é a moeda formando mercados. É que os mercados necessitam de outras relações produtivas para organizar as forças produtivas para assim funcionar perfeitamente.

A pressão por mudanças resultou em revoluções libertadoras das amarras dos antigos modos de produção. A consequência disso é um enorme desequilíbrio econômico e social, resultando em muitos excluídos e explorados. E é neste contexto que o cooperativismo surge, com seus fundamentos solidários de civilizações antigas e com ideais para combater as atrocidades advindas do sistema capitalista.

A grande transformação que resultou na constituição do modo de produção capitalista se deu a partir das revoluções burguesas no século XVIII. Entre elas as mais importantes são a Revolução Industrial e a Revolução Francesa. Para entender como o cooperativismo surge neste momento por meio dos ideais de Robert Owen e Charles Fourier, por exemplo, com o intuito de organizar outras formas de produção mais justas e igualitárias, vamos explorar o que a Revolução Industrial trouxe de novo para a vida de todos.

A Revolução Industrial está estreitamente ligada à Revolução Francesa, pois, enquanto a Revolução Industrial implantou uma nova base econômica, uma nova forma de produzir, a Revolução Francesa trouxe os ideais que fundamentaram essas mudanças. Por isso, vamos conhecer um pouco dos ideais que a Revolução Francesa introduziu na humanidade.

Revolução Francesa

A Revolução Francesa inicia em 1789, na França, e consiste num movimento liderado pela classe burguesa, seguido pelo povo que acreditava na promessa de “Liberdade, Igualdade e Fraternidade”. Esta foi a bandeira levantada pela burguesia que já detinha o poder econômico, mas não possuía o poder político, pois se encontrava num sistema monárquico em que o absolutismo imperava.

Segundo Casagrande e Amorim (2007, p. 28),

[...] a França era um reino comandado pela monarquia e fortemente influenciado pela Igreja Católica, e com o predomínio da agricultura. A burguesia, sobretudo a emergente burguesia urbana, estava descontente, pois a sua carga de impostos era grande. Mas a principal fonte de descontentamento estava no fato da burguesia estar excluída das decisões políticas da França. Ou seja, a burguesia detinha poder econômico, mas não detinha poder político. E é exatamente o poder político que a burguesia alcança por intermédio da revolução.

O objetivo da Revolução Francesa era promover uma transformação política para um sistema que fosse democrático, em que todos pudessem usufruir de igualdade de direitos. Sendo assim surge então o papel do cidadão, a instituição do Estado fundamentado na legalidade e no poder econômico, abolindo a monarquia.



Figura 2.6 - A liberdade guiando o povo, de Eugène Delacroix
Fonte: Wikipédia (2012).

Segundo Casagrande e Amorim (2007, p. 26), a base dessas duas Revoluções foi o Iluminismo:

Esse movimento filosófico buscou usar a razão para explicar os fenômenos sociais. O Iluminismo teve suas origens no século XVII e se desenvolveu principalmente

no século XVIII. Ao substituir Deus pela razão, o movimento Iluminista promoveu uma crítica da cultura e da política absolutista; e procurou difundir o uso da razão para dominar a natureza e fabricar resultados capazes de levar o progresso a todos os aspectos da vida.

Todos os aspectos da vida política, econômica, cultural, além do nosso próprio cotidiano, antes explicado pelo divino, com o movimento Iluminista, passaram a ser esclarecidos por meio da razão ou por vontade humana. Ou seja, “o triunfo da razão possibilitou o entendimento de que o mundo é construído pela vontade humana podendo ser questionado e, principalmente, modificado” (CASAGRANDE e AMORIM, 2007, p. 26).

A partir desta base de ideais iluministas, a Revolução Francesa representou a ruptura com o antigo regime o absolutismo e o mercantilismo por meio do liberalismo político e econômico. Além disso, a aristocracia, que detinha o poder no antigo regime, foi substituída pela burguesia no poder. Ademais ocorreram outras conquistas como a liberdade de imprensa, de expressão e de cultos.

Revolução Industrial

As transformações no âmbito econômico foram radicais aos modos de produção anteriores. E esta Revolução também resultou em transformações no âmbito social.

A grande revolução de 1789-1848 foi o triunfo não da “indústria” como tal, mas da indústria capitalista; não da liberdade e da igualdade em geral, mas da classe média ou da sociedade “burguesa” liberal; não da “economia moderna” ou do “Estado moderno”, mas das economias e Estados em uma determinada região geográfica do mundo (parte da Europa e alguns trechos da América do Norte), cujo centro eram os Estados rivais e vizinhos da Grã-Bretanha e França. (HOBSBAWM, 1977, p. 16).

A Revolução Industrial começou na Inglaterra, no final do século XVIII e se espalhou pela Europa ocidental e Estados Unidos ao longo do século XIX.



Figura 2.7 - Cenário modificado pela Revolução Industrial
Fonte: Klick [20--?].

Neste período, implantou-se uma nova concepção de como produzir por meio de fábricas mecanizadas. Com a ascensão da burguesia, criou-se uma nova classe social: o proletariado. O proletariado foi submetido à uma rígida disciplina de trabalho no “chão de fábrica”. Foi submetido também à intensa divisão do trabalho, ou seja, antes o trabalhador participava da produção do começo ao fim de um produto, agora ele faz parte do processo de produção em que a fragmentação do conhecimento e do trabalho e a limitação da criatividade pelo trabalhador levam à alienação do homem. Assim como explica Casagrande e Amorin (2007, p. 30):

Pois bem, antes da revolução predominava a produção artesanal, na qual o artesão desenvolvia o produto do início ao fim. Isto se modificou radicalmente com o processo de produção industrial, no qual o operário ficou responsável por parte da produção de determinado produto. Emergiu, na Revolução Industrial, a divisão social do trabalho e, com isto, o processo de desenvolvimento de produtos foi separado.

Esta Revolução provocou uma enorme emigração nas zonas rurais em busca da promessa de trabalho e, com todo o movimento da Revolução Francesa por direitos iguais, liberdade, por exemplo, buscavam também melhoria de vida nas cidades. Este processo se intensificou com a mecanização do campo, em que “grande parte dos camponeses perdeu seu emprego, ampliando ainda mais o êxodo rural” (CASAGRANDE e AMORIN, 2007, p. 31).

A agricultura assumiu um papel importante na formação da sociedade capitalista, em que as atividades agrícolas já estavam predominantemente dirigidas para o mercado. A agricultura já estava preparada para levar a termo suas três funções fundamentais numa era de industrialização: “aumentar a produção e a produtividade de modo a alimentar uma população não agrícola em rápido crescimento; fornecer um grande e crescente excedente de recrutas em potencial para as cidades e as indústrias; e fornecer um mecanismo para o acúmulo de capital a ser usado nos setores mais modernos da economia” (HOBSBAWM, 1977, p. 54).

O desenvolvimento do sistema fabril, das minas de carvão, das fundições anexas às indústrias metalúrgicas, trouxe, como consequência, uma concentração de trabalhadores em torno de novas cidades e vilas industriais. Como o poder de negociação desses trabalhadores era fraco, por consequência seus salários eram baixos e seu custo de vida mais alto do que deveria ser.

Esse cenário beneficiou os industriais que tinham um exército de trabalhadores à disposição para trabalhar nas indústrias, podendo oferecer os salários mais baixos, pois os trabalhadores aceitavam. Os operários se submetiam a esses baixos salários em troca de um posto de trabalho.

Nesta época os trabalhadores já eram livres, não sendo escravos, porém não estavam protegidos por leis trabalhistas. Isto é, o patrão poderia demitir um funcionário se assim o desejasse e sem direito algum. Benefícios como licença-maternidade ou direito à aposentadoria não existiam. As jornadas de trabalho também não eram regulamentadas, podendo chegar até 16 horas por dia (CASAGRANDE e AMORIN, 2007).



Com o crescimento da proletarização rural e urbana, a pobreza tornou-se endêmica. A atuação dos governos para diminuir a miséria acabou tendo resultados contrários e promoveu o crescimento das classes despossuídas, proletariados que dependem somente do seu mísero salário para a sua subsistência.

Assim o capitalismo se consolida a partir das Revoluções Francesa e Industrial. A diferença da distribuição da riqueza se intensifica ainda mais com as transformações e os setores populares foram excluídos. Com isso, este modo de produção passa a se configurar com os princípios como a liberdade de expressão e política, a igualdade de direitos, mas que estiveram a serviço das necessidades da classe burguesa.

Consequentemente, embasaram-se nos elementos de propriedade privada dos meios de produção, no individualismo, acumulação de capital, a busca insensata pelo lucro, a alienação do trabalho, a exploração de trabalhadores, distribuição da riqueza somente por meio do mercado, para poder fazer funcionar esta nova economia que surge a partir desses princípios já citados.

É contra esses princípios que o cooperativismo surge com os ideais de Robert Owen e Charles Fourier, por exemplo. A proposta desses precursores era tornar a sociedade mais justa e que esta riqueza gerada pudesse estar ao alcance de todos. Ora por forma de produção comunista, com propriedade coletiva dos meios de produção, ora pelas propostas de estatização da economia.



Esta revolução no modo de produzir introduziu um conflito imenso na natureza do ser humano que por muitos e muitos anos possuía um modo de vida mais coletivo, em que os meios de produção eram responsabilidade de um grupo, uma família ou um coletivo.

Esses meios de produção eram formas de reproduzir suas vidas, meios para plantar, produzir e assim comer, vestir, por exemplo. Já a nova lógica de interdição econômica individualiza o ser humano como ator social, e com o passar das décadas até os dias atuais verificamos um processo acentuado daquela individualização, pelo qual o ser humano não necessita mais de um coletivo para viver, pois o mercado lhe supre suas necessidades.

Alguns desdobramentos que resultaram em revoluções

Suas mais sérias consequências foram sociais: a transição da nova economia criou a miséria e o descontentamento, os ingredientes da revolução social. E, de fato, a revolução social eclodiu na forma de levantes espontâneos dos trabalhadores da indústria e das populações pobres das cidades, produzindo as revoluções de 1848 no continente e os amplos movimentos cartistas da Grã-Bretanha.

O descontentamento não estava ligado apenas aos trabalhadores pobres. Os pequenos comerciantes, sem saída, a pequena burguesia, setores especiais da economia eram também vítimas da revolução industrial e de suas ramificações. Os trabalhadores de espírito simples reagiram ao novo sistema destruindo as máquinas que julgavam ser responsáveis pelos problemas; mas um grande e surpreendente número de homens de negócios e fazendeiros ingleses simpatizava profundamente com estas atividades dos seus trabalhadores porque também eles se viam como vítimas da minoria diabólica de inovadores egoístas.

A exploração da mão-de-obra, que mantinha sua renda a nível de subsistência, possibilitando aos ricos acumular os lucros que financiavam a industrialização (e seus próprios e amplos confortos), criava um conflito com o proletariado. Entretanto, um outro aspecto desta diferença de renda nacional entre pobres e ricos, entre o consumo e o investimento, também trazia contradições com o pequeno empresário.

Os grandes financistas, a fechada comunidade de capitalistas nacionais e estrangeiros que embolsava o que todos pagavam em impostos – cerca de 8% de toda a renda nacional –, eram talvez ainda mais impopulares entre os pequenos homens de negócios, fazendeiros e outras categorias semelhantes do que entre os trabalhadores, pois sabiam o suficiente sobre dinheiro e crédito para sentirem uma ira pessoal por suas desvantagens. (HOBBSAWM, 1977, p. 64).

O cooperativismo se constituiu numa força dos trabalhadores na batalha pelos seus direitos de uma vida digna e com condições humanas de trabalho nas fábricas. Todo o descontentamento da sociedade gerou revoluções e grupos de trabalhadores buscaram usar ações de cooperação e união de forças para promover sua própria revolução. Formar cooperativas, juntar riquezas e seus meios de produção, trabalharem juntos e serem donos de suas

próprias empresas era a melhor maneira para não serem excluídos da produção e da distribuição da riqueza. Havia o sentimento de mudança de concepção de sociedade e de organização do trabalho que levava aos propósitos de construir outra economia, seja ela burguesa ou socialista.



Síntese

Nesta unidade você estudou que os princípios do cooperativismo são observados ao longo da história da humanidade por ser intrínseco à natureza do ser humano. Isto é, nossa natureza é viver em sociedade, necessitando uns dos outros, por sermos coletivos, solidários e cooperativos. Estudou, também, que o individualismo é uma necessidade do capitalismo para o pleno funcionamento do mercado.

Analizou o que é modo de produção e quais são eles, entendendo as diferenças e características de cada um e o que consideram como princípios e fundamentos. Analisou ainda o modo de produção comunal primitivo o qual é consideravelmente diferente do modo de produção capitalista.

Você conheceu os conceitos de forças produtivas, dos meios de produção, da força de trabalho e das relações de produção, sendo que as forças produtivas formam os elementos necessários para se produzir. Essas forças são conhecidas como meios de produção (que são máquinas, as técnicas, as terras, matéria-prima, as tecnologias, as ferramentas, entre outros) e força de trabalho (que corresponde ao trabalho humano aplicado na produção ou mão de obra).

Estudou ainda as relações de produção características no modo de produção feudal, e entendeu que os conflitos durante o declínio deste modo de produção e o surgimento do capitalismo, em que o capital começa a ser introduzido no seio da família, resultou em choques de diferentes racionalidades econômicas.

E, por fim, compreendeu que as grandes transformações econômicas e os acontecimentos históricos ocorreram por meio das grandes revoluções burguesas, as quais foram fruto do descontentamento da burguesia. Diante disso, instituiu-se o capitalismo, que acabou gerando novas frentes de descontentamento pela grande pressão econômica e social que provocou, surgindo assim o cooperativismo, que passou a fazer parte das alternativas, soluções coletivas e solidárias por relações de produção diferentes das adotadas pelo capitalismo.



Atividades de autoavaliação

- 1) A partir de seus conhecimentos, cite quais são os principais modos de produção pré-capitalismo.

- 2) A partir do conhecimento adquirido nesta disciplina, descreva as características das revoluções burguesas?



Saiba mais

LUGON, C. **A república “comunista” cristã dos guaranis:** 1610-1768. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

POLANYI, K. **A grande transformação:** as origens da nossa época. 9. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

Doutrina cooperativista



Objetivos de aprendizagem

- Descrever a doutrina e o espírito capitalista.
- Apresentar a doutrina Cooperativa e de economia solidária.
- Relacionar a doutrina Cooperativa às doutrinas capitalista e socialista.



Seções de estudo

- Seção 1** Doutrinas econômicas e sociais: uma visão do capitalismo desde o cooperativismo
- Seção 2** A doutrina cooperativista: cooperativismo eurocêntrico
- Seção 3** A doutrina cooperativista: cooperativismo e economia solidária



Para início de estudo

Nesta unidade você estudará aspectos relacionados à doutrina cooperativista, os quais são importantes e estão presentes em tudo o que se faz dentro de uma cooperativa, e não estão desvinculados dos demais âmbitos de nossas vidas, muito menos da esfera econômica. Entenderá, com base no conceito de Diva Benevides Pinho, que “o cooperativismo é a doutrina que tem o objetivo de promover a renovação social através da cooperação” (PINHO, 1966).

Compreenderá que imaginar o cooperativismo como uma doutrina tornará mais fácil o seu entendimento, visto que “doutrina”, em seu significado geral, é um conjunto de princípios estudados sobre o sistema político, o sistema econômico, a vida, entre outros, e difundidos por meio de uma escola literária ou filosófica.

Entenderá que a existência da doutrina cooperativa está vinculada aos princípios das doutrinas econômicas e sociais, podendo compartilhar alguns propósitos dessas doutrinas ou mesmo ser contrária. Neste último caso, a doutrina capitalista é um bom exemplo. Esta doutrina defende princípios que surgiram com as revoluções burguesas e dos desenvolvimentos de teóricos como Adam Smith, Karl Marx, David Ricardo, etc., inclusive o que Max Weber define como “espírito capitalista”.

Analizará, visando a contrapor ao que será apresentado sobre a doutrina capitalista, a doutrina cooperativa desde as suas origens históricas, suas transformações, até o aparecimento da economia social e solidária que reacende os ideais pioneiros.

Por fim, estudará como o cooperativismo se comporta dentro dos regimes capitalista e socialista e entenderá as diferenças dentro de cada regime.

Seção 1 – Doutrinas econômicas e sociais: uma visão do capitalismo desde o cooperativismo

Não podemos ignorar a construção teórico-econômica da Escola Clássica e da Escola Neoclássica por descrever e desenvolver os princípios teóricos do capitalismo, pois foram estes e outros, como Karl Marx, Max Weber e Léon Walras que nos traduzem a dinâmica dos sistemas econômicos e nos explicam os elementos que compõem a economia.

Os fatores econômicos pertencentes a este modo de produção do sistema capitalista compreendem: a propriedade privada dos meios de produção, o individualismo como elemento-chave para o bom funcionamento do mercado, acumulação de capital como objetivo principal, a busca insensata pelo lucro, a alienação do trabalho e a exploração de trabalhadores como fatores principais para a obtenção do lucro e a distribuição da riqueza somente por meio do mercado.

Esses fatores foram desenvolvidos, principalmente, por estudiosos integrantes daquelas duas escolas teóricas que herdaram conhecimentos das **Teorias Mercantilistas** e dos **Fisiocratas**. Não nos esquecendo da contribuição do pensamento socialista, como Karl Marx e Frédéric Engels.

O quadro a seguir apresenta os teóricos das Escolas Clássica e Neoclássica:

| Escola | Teóricos | |
|--------------------|--|---|
| Clássica | Adam Smith (1723-1790) Jean-Baptiste Say (1767-1832) Thomas Malthus (1766-1834) David Ricardo (1772-1823) | Karl Marx (1818-1883) Frédéric Engels (1820-1895) Max Weber (1864-1920) |
| Neoclássica | Carl Menger (1840-1921) William S. Jevons (1835-1882) Léon Walras (1834-1910) Alfred Marshall (1842-1924) | Knut Wicksell (1851-1926) Vilfredo Pareto (1848-1923) Irving Fisher (1867-1947) |

Quadro 3.1 - Teóricos da economia
Fonte: Elaboração da autora (2011).

Para compreendermos melhor o pensamento capitalista, vamos estudar os preceitos do liberalismo econômico instituídos pela Escola Clássica, assim como os preceitos da visão dos teóricos neoclássicos, visto que a partir desses desenvolvimentos teóricos foram elaboradas outras teorias. Com as revoluções burguesas instituiu-se um sistema econômico diferente dos modos de produção praticados até então, em que o coletivo e o solidário eram os meios pelos quais se desenvolviam as relações econômicas e sociais e nas quais o ser humano estava no centro das relações, e não o capital.

Nos dias de hoje estamos diante de uma era em que o sistema econômico hegemônico é o capitalista. Toda a reprodução ampliada da vida tende a passar pelo mercado, desde a comida que nos alimenta até o nosso lazer. Ainda que existam outras formas de integração econômica contemporâneas ao capitalismo, como as formas socialistas, cooperativas e indígenas, o sistema de mercado capitalista continua caracteristicamente hegemônico.

Por **reprodução ampliada da vida** entende-se o modo de satisfazer da melhor maneira possível as necessidades e desejos legítimos de todos os membros dessa sociedade, tendo a preocupação com as gerações futuras. Em contraponto ao que Marx define como **reprodução ampliada do capital**, que é “a efectivação da acumulação ou aplicação produtiva da parte do sobreproduto não absorvido pelo consumo privado dos capitalistas – incluindo o consumo dos trabalhadores não produtivos afectos à supervisão da produção ou à sua realização (englobado no consumo do capital ou nos custos de produção) e o das burocracias privadas e do Estado (suportado pelo pagamento de serviços e pelos impostos subtraídos às partes destinadas ao consumo dos capitalistas e dos operários) – é o que permite a existência do capitalismo como modo de produção dominante” (CORREIA, 2000).

Fonte da riqueza produzida

A riqueza é constituída pelo que tem valor. Cada doutrina entende que a riqueza é produzida de forma diferente e com valores diferentes. Os mercantilistas consideravam o **comércio** como fonte originária da riqueza, já os fisiocratas qualificavam a **agricultura**.

A partir de outra visão, Adam Smith (2003) introduz a noção de que a riqueza tem como verdadeira fonte o **trabalho**. Com isso, os teóricos clássicos consideram a teoria do valor utilizando o trabalho como base e a denominaram como **Teoria do Valor Trabalho**.

Adam Smith (2003) desenvolveu sua teoria fundamentando-a que o preço de uma determinada mercadoria é expresso pela quantidade de tempo de trabalho aplicado em sua produção, sendo o trabalho o único elemento que realmente gera valor. Com isso, Karl Marx (1995) questiona que se todo o valor é gerado com o trabalho, deste modo são os trabalhadores que geram toda a riqueza existente, portanto os não trabalhadores (os patrões) não deviam ficar com grande parte da riqueza gerada pelo trabalho incorporado.

Esta constatação de Marx (1995) reforça o desenvolvimento teórico dos precursores do cooperativismo de um sistema econômico em que a riqueza seja distribuída aos trabalhadores através da cooperativa.

David Ricardo seguiu a mesma linha de Smith, porém foi menos radical que Marx, e considerou que a quantidade relativa de produtos que o trabalho pode produzir define os seus valores relativos e não a quantidade relativa de mercadorias dadas ao trabalhador em troca do seu trabalho. Ricardo entende que o trabalhador não pode adquirir todas as mercadorias produzidas por seu trabalho somente com o salário que recebe.

As teorias econômicas, **Clássica** e **Neoclássica**, compreendem os mercados como sendo organizadores do processo de intercâmbio de mercadorias a partir de um meio de troca, **a moeda**. Esta linha teórica entende a **economia** como sendo a ciência da alocação de recursos escassos entre as múltiplas necessidades.

É a teoria que define que o valor econômico de algo é constituído pela quantidade de trabalho socialmente necessário para produzi-lo. Isso inclui todo o trabalho realizado anteriormente na produção da matéria-prima, máquinas e outros elementos que participam do processo produtivo do produto em questão.

Considera-se a **riqueza social** como sendo “[...] todas as coisas tangíveis e intangíveis que são escassas, ou seja, por um lado úteis e, por outro, existem à nossa disposição, em quantidades limitadas” (WALRAS, 1987, p. 157).

Neste sentido, a escassez se torna um requisito necessário para se constituir riqueza social que ocorre pelo mecanismo da **lei de oferta e demanda**. Caso contrário, se os recursos fossem úteis, mas não escassos, não seriam considerados membros da riqueza social. Este argumento nos leva à seguinte conclusão: se uma coisa é útil e **escassa**, então é **preciosa** e **intercambiável**, e, portanto, torna-se algo que deve ser apropriado.

Para fazer a mediação das interações econômicas o mercado surge como local em que os proprietários de produtos úteis e escassos realizam trocas por outros de natureza similar. Por isso, entre esses elementos da riqueza social a economia prevê “uma relação sólida que, independentemente da utilidade direta que eles têm, cada um adquire uma propriedade especial, o direito de trocarem um produto pelo outro nas proporções pré-determinadas” (WALRAS, 1987, p. 157).

Portanto, o valor passa pela utilidade do produto. Isto é, quanto mais útil, maior será seu valor. Desta forma, no modo de produção capitalista, os produtos não possuem valor antes de chegar ao mercado, o qual lhes confere **valor de troca**. Walras (1987) acredita que o valor de troca, uma vez determinado, é um fenômeno natural: “natural de origem natural, em sua aparência natural e em sua essência” (WALRAS, 1987, p. 157). A partir do mesmo raciocínio, os preços se tornam algo também natural.

Porém, sabemos que existem coisas que têm valor para nós mesmo sem ter um valor de troca, ou seja, que não esteja à venda no mercado. Na verdade, todo produto tem valor mesmo que não passe pelo mercado. Neste caso, fala-se em **valor de uso**. Para dar substância às suas teorias, a economia neoclássica parte de pressupostos significativos sobre o comportamento dos agentes e do funcionamento dos mercados.

Esta teoria entende que o valor de um determinado produto/serviço aumenta conforme aumenta a sua procura/demanda e diminui com o aumento de sua oferta. Em casos de escassez, o valor também aumenta, pois a oferta diminui.

Por sua vez, a teoria neoclássica postula que os mercados são perfeitos e que a existência de inúmeros compradores e vendedores determina que os preços sejam fixados pela oferta e demanda, porém nenhum deles consegue impor condições. Sendo assim, esta teoria defende que, se estes indivíduos forem deixados a operar livremente, a economia vai chegar ao ideal. Este ideal, conforme o **Princípio de Pareto** é entendido como uma situação em que é possível melhorar o bem-estar de uma pessoa sem prejudicar outras pessoas.

Sendo assim, consideramos que os indivíduos (*homines economici*) são sujeitos racionais que tomam as melhores decisões possíveis com base em informações disponíveis. Neste contexto, podemos caracterizar esses indivíduos como egoístas e utilitaristas, os quais não atuam como objeto de ligação com os outros, e somente se preocupam com eles mesmos. Esse tipo de postura não contribuiu para o bom funcionamento do mercado.



Direcionando essa abordagem para a sociedade capitalista atual, verificamos que muitos dos pressupostos desta teoria não são cumpridos. Cabe destacar que os mercados têm um papel fundamental na formação da nossa vida, sendo mediadores das interações econômicas que possibilitam alcançar o nosso sustento.

Para termos os bens necessários para viver é necessário primeiro contribuir com o caráter de vendedores no mercado de modo a obtermos nossas receitas, sendo para ele que voltamos a fim de comprar os produtos que atendem às nossas necessidades. Neste sentido, percebemos que grande parte da nossa vida é mercantilizada e, assim, nossa renda é derivada da venda de qualquer produto no mercado, não importa o quê. Assim, não tendo os meios de produção necessários para produzir, o que nos resta é vender a própria força de trabalho.

Transformação da força de trabalho em mercadoria

No modo de produção capitalista os trabalhadores encontram-se **duplamente livres**, isto é, livres de todos os laços de dependência pessoal e de qualquer posse. Assim, em uma economia em que é necessário obter os lucros da venda para assegurar os bens fundamentais para reproduzir suas vidas, e não tendo outros bens, esses indivíduos não têm outra alternativa senão vender o seu trabalho e por esta razão tornam-se uma *commodity* (mercadoria).

Segundo Polanyi (1997), embora o trabalho não tenha sido produzido para venda, torna-se uma **mercadoria fictícia** e é vendido em mercados como qualquer outra mercadoria.

Portanto, a vida é estruturada de acordo com o mercado, o que significa que a produção das mercadorias não visa a atender às necessidades das pessoas, mas tornou-se um meio para o lucro e a acumulação sem limites.

Em suma, os indivíduos capitalistas atuam no mercado em função da organização do processo de produção e esperam, por meio da venda de bens produzidos, recuperar seu capital. Isto é, para obter uma soma maior que a investida inicialmente. Neste contexto, a criação de valores de troca é o que orienta a produção, independentemente do uso que eles fazem.

Para o funcionamento deste sistema de produção não é necessária a utilização de todo o pessoal que está disponível para venda. Com isso, há uma **massa marginal** da população (NUN, 1999) que o sistema não requer para sua operação e, portanto, não garante sua sobrevivência. Essa massa marginal estaria excluída do mercado de trabalho, esperando qualquer oportunidade de emprego e, muitas vezes, aceitando baixos salários.

Desta forma, o mercado tem uma **racionalidade econômica instrumental** (meio-fim), que não leva em conta a necessidade de reproduzir a vida de todos os povos. Por isso, podemos dizer que as operações destes mercados capitalistas não têm uma racionalidade reprodutiva. Nun (1999) propõe uma crítica à operação lógica desses mercados. Hinkelammert (2003a; 2003b; 2009) tem sido um dos principais autores que critica a racionalidade econômica, entendida como relação meio-fim instrumental, característica da sociedade capitalista.

É o termo utilizado por Karl Polanyi para descrever algo que não foi produzido para o mercado, mas sim para ser vendido no mercado, sendo considerado como tal. Estamos falando de terra, trabalho e dinheiro que por muito tempo foi meio de produção ou meio de troca, e no presente sistema passa a assumir o papel de mercadoria. O dinheiro, por exemplo, pode ser comprado, além de servir como meio de troca de mercadorias.

Os pressupostos subjacentes a esta lógica consideram que os indivíduos são *homines economici* racionais, que tomam as melhores decisões possíveis com a informação disponível e, além disso, são **hedonistas**. Assim, consideramos que qualquer ato econômico implica uma escolha determinada pela escassez, e enquanto os indivíduos forem racionais, a lógica será mais eficiente (HIKELAMMERT e JIMÉNEZ, 2003b).

São pessoas que vivem supostamente à mercê de suas paixões.

Diante desta visão neoclássica entendemos, portanto, que o indivíduo deve ser orientado pelo seu interesse hedonista, que lidera o mercado por meio da interação com outros indivíduos semelhantes, com uma atribuição mais eficiente dos recursos.



Adam Smith (2003) foi o primeiro teórico a dizer que o mercado, com sua “**mão invisível**”, permite aos indivíduos, seguindo seus próprios interesses, contribuir para o interesse geral.

De acordo com esta teoria, Smith (2003) afirma que há uma ordem de mercado, decorrente da ação fragmentada de indivíduos. Este princípio da “mão invisível” rege que em um mercado livre, adotando o liberalismo econômico e refutando a intervenção do Estado nas relações econômicas, em que cada agente econômico atua com vista apenas à persecução dos seus próprios objetivos, se atinge uma situação econômica que beneficia a todos.

O mecanismo de mercado funciona como uma “mão invisível” que conduz os agentes econômicos para uma situação ótima do ponto de vista da eficiência. Esta seria a “[...] racionalidade econômica, no qual o indivíduo deve satisfazer suas necessidades sem se preocupar com o bem-estar coletivo. Essa busca egoísta e competitiva, no entanto, estaria na origem de todo o bem público porque qualquer intervenção nessas leis naturais do comportamento humano bloquearia o desenvolvimento das forças produtivas” (COELHO e CARVALHO, 2008). Essa leitura se refere aos indivíduos possuidores de capital.

Esta ordem é vista por Adam Smith e pelos economistas clássicos que o seguiram como efeito indireto da ação direta. Ou seja,

pensa-se que o mercado se **autorregula** e **contribui para o interesse geral**. Porém, se analisarmos a realidade, veremos que não existe este mercado autorregulado. Ao contrário, o mercado gera **exclusão** e **pobreza**. Precisamente em relação a isto, Hinkelammert (2003a) afirma que o mercado traduz a ética de mercado em uma ética da irresponsabilidade.

Esta crítica se deve ao fato de que os mercados são movidos pela racionalidade, que é destrutiva das duas fontes de riqueza: o ser humano e a natureza (HINKELAMMERT, 2003a). Esta negligência à vida humana e à natureza faz com que o mercado seja orientado por uma ética da irresponsabilidade.

De acordo com os teóricos neoclássicos, os seres humanos não são considerados responsáveis pelos efeitos indiretos das suas ações, sendo atribuída ao mercado a responsabilidade de agir no interesse geral.



A atuação do mercado seria então um reflexo de nossas ações no lugar de responsável?

A partir deste ponto de vista, ao contrário do neoclássico, é preciso compreender os **efeitos indiretos** que resultam da **ação direta**. Muitas vezes, esses efeitos não são intencionais, mas existem e devem ser levados em conta quando a ética do mercado é destrutiva, “devorando” o homem e a natureza.

Nesse sentido, para Hinkelammert (2003a, p. 32), “[...] a racionalidade meio-fim é a irracionalidade do racionalizado, uma vez que é a ineficiência da eficiência”. Assim perder o sentido da vida humana é irracional, pois elimina o próprio objeto da ação, ou seja, elimina o fim que é o ser humano.

Um exemplo disso é o nosso ecossistema. Construimos formas industriais para promover o desenvolvimento econômico e social da humanidade e a melhoria da qualidade de vida, mas estamos destruindo a natureza. Isso é irracional, já que o meio (a industrialização) está eliminando o próprio fim (a humanidade), pois a natureza é fonte de vida para a humanidade.

Portanto, torna-se necessário substituir o mercado da ética da irresponsabilidade, para garantir a vida de todos. Trata-se de optar por uma ética do bem comum, em que os efeitos indiretos sobre a vida são considerados dentro das escolhas individuais de todos. A partir desta perspectiva, o sujeito racional é aquele que está consciente da importância de cuidar da natureza e leva em conta que a ação fragmentada pode resultar em suicídio (na destruição da humanidade).

Em contraponto, a **racionalidade econômica**, meio-fim do modo de produção capitalista, a **racionalidade reprodutiva**, a “outra” racionalidade, a qual considera que os meios e os fins de todas as ações individuais, coletivas ou solidárias, devem ser compatíveis com a reprodução da vida dos indivíduos. Os meios e fins da racionalidade, em todos os casos, são incompatíveis com esta abordagem, porque “a racionalidade de meios e fins esmaga a vida humana (e natureza), que mostra seu caráter potencialmente irracional” (HINKELAMMERT, 2003a, p. 49).

Sem dúvida, a premissa subjacente é que, com as novas tecnologias e a riqueza acumulada no processo de produção capitalista, é possível gerar uma abundância de produtos, capaz de satisfazer as necessidades de todos. No entanto, sob o sistema de mercado que regula a sociedade, uma parte significativa da população não chega a ter acesso a esta riqueza, pois ela não tem poder aquisitivo suficiente. Nesse sentido, Lisboa (2004), acredita que o capitalismo se apresenta como um sistema que produz de forma eficiente, porém possui problemas na distribuição dos resultados.

Assim, se a lógica proposta é a da reprodução ampliada da vida, e não a do capital, a riqueza social deve ser distribuída entre todos os membros da sociedade, de forma igual, e não concentrada nas mãos dos donos do capital. Desse modo, a **racionalidade reprodutiva** passa a adotar formas de **produção, distribuição e consumo cooperativo e solidário** como formas economicamente mais eficientes para o desenvolvimento econômico e social.

O modo de produção capitalista tem um espírito próprio, como define Max Weber. Este espírito compreende a geração de dinheiro como objetivo final em todas as ações do ser humano, “[...] o homem é dominado pela geração de dinheiro, pela aquisição como propósito final da vida” (WEBER, 1985, p. 21).

Segundo Weber (1985, p. 21), “[...] a aquisição econômica não mais está subordinada ao homem como um meio para a satisfação de suas necessidades materiais”. Sendo assim, o homem está submetido ao capital, como seu escravo, e a necessidade de reprodução de suas vidas não vale tanto quanto a valorização do dinheiro, considerando que o contrário seria irracional e inconcebível.

Não podemos nos esquecer do **lucro**, pois, para sua otimização, o capitalista precisa investir cada vez mais em tecnologia, e a Revolução Industrial permitiu isso para ter mais trabalho com menos trabalhadores a pagar. Os poucos trabalhadores que seguem trabalhando são explorados aumentando-lhes a carga de trabalho e diminuindo-lhes os salários.

Além disso, o capitalista aliena o trabalhador na linha de produção. Isto é, este trabalhador que antes sabia produzir um produto, pois participava de todo o processo de produção, agora participa somente de uma etapa, desenvolvendo sempre a mesma atividade, tornando-se mais um mecanismo de uma etapa da linha de produção.



Uma empresa fabrica um produto pagando pela matéria-prima, por outros meios de produção e pelo trabalho socialmente necessário. O **lucro** não será fruto somente do excedente, mas também de uma porcentagem que ele deixa de pagar para os trabalhadores, reduzindo assim o valor dos salários.

Quando esta relação se refere ao caso das cooperativas, a **sobra** não significa **lucro** justamente por respeitar as relações de trabalho e remunerar adequadamente a força de trabalho. Assim, portanto, as **sobras** significam o que realmente diz o próprio nome: excedente, que é a quantia que sobra depois de pagar os meios de produção, a força de trabalho, etc.

O trabalho gera lucro através **da mais-valia**. Fundamentado neste espírito do capitalismo, o lucro significa trabalho não pago pelo capitalista de acordo com Marx, em sua obra *O capital* (1995). Isto é, o empresário tem lucro porque ele não

paga todo o trabalho socialmente necessário para produzir um produto. Esta teoria desenvolvida por Marx vem ao encontro do que Weber defende: “[...] um excesso de mão de obra que possa ser empregada a baixo preço no mercado de trabalho é uma necessidade para o desenvolvimento do capitalismo” (WEBER, 1985, p. 24). Ou seja, o sistema capitalista necessita desta tendência de pagar menos a mão de obra para gerar mais lucro.

A partir da análise das doutrinas econômicas e sociais podemos compreender as diferenças das interações econômicas em um sistema em que o capital é o centro das relações (capitalismo) e outro que toma como centro das relações o próprio homem e está preocupado com sua sobrevivência e desenvolvimento (cooperativismo/economia solidária).

Seção 2 – A doutrina cooperativista: cooperativismo eurocêntrico

A doutrina cooperativa moderna surgiu no século XIX, em decorrência da Revolução Industrial, “[...] em oposição às consequências práticas da doutrina liberal e individualista” (PINHO, 1966, p. 21). As propostas, em geral, não eram apenas de “[...] corrigir as injustiças sociais decorrentes do meio competitivo do liberalismo econômico desbragado, como também a prestar serviços” (PINHO, 1966, p. 21).

É conhecida como doutrina cooperativa pioneira por iniciar uma nova proposta econômica e social de autogestão e solidariedade. Também ficou conhecida como eurocêntrica por ter surgido e se desenvolvido na Europa.

Por outro lado, o cooperativismo também se opôs aos excessos de intervenção do Estado, característico do sistema socialista. “A doutrina que se constituiu como base nessas sociedades, representa uma das numerosas soluções que procuravam atenuar ou suprimir os desequilíbrios econômicos e sociais resultantes do liberalismo econômico” (PINHO, 1966, p. 21).

Este século foi dominado pelo capitalismo industrial com base na pequena unidade produtiva e no Estado mínimo. As muitas pequenas unidades de produção transformaram-se em grandes complexos na forma de trustes e cartéis. Passa-se do capitalismo atomizado para o capitalismo molecular. Surgem as bolsas de valores que lançam ações para captar recursos financeiros.



O cooperativismo pretendia construir uma **forma de produção** dentro de um modo de produção que gerou tanta miséria, o qual se instalou com promessas de melhoria de vida para todos, com pleno emprego, por meio de um mecanismo capaz de promover o equilíbrio econômico e acesso de todos às riquezas produzidas.

A doutrina cooperativista, naquele período de grandes transformações, trouxe seus ideais a partir dos discursos de ações dos **precursores** e seus **realizadores**. E ao longo dos séculos passou por transformações de acordo com os diversos contextos. As propostas variavam desde ações alternativas até medidas reformatórias do sistema e até mesmo revolucionárias.

Os preceitos do socialismo fazem parte da construção teórica de uma economia cooperativa e solidária, assim como o comunismo. Não podemos nos esquecer de que as origens dos ideais têm uma alta carga de conhecimento de civilizações anteriores como os **incas**.

Contrários aos dogmas capitalistas, a doutrina de uma economia cooperativa e solidária entende que os meios de produção não devem estar de posse de alguns indivíduos. Esses meios de produção ou deveriam ser livres da propriedade privada, estando à disposição de todos ou a propriedade deveria ser coletiva. O trabalhador não é empregado, portanto não recebe salário, não é **explorado** e muito menos é **alienado**, isto é, conhece todo o processo de produção e por isso tem **poder de decisão**.

Nesta economia não há a obtenção de **lucro**, justamente por não haver exploração do trabalhador. O **individualismo** não faz parte das **relações de produção**, pois é necessária a cooperação, a responsabilidade mútua, a reciprocidade, a cumplicidade e a solidariedade entre os membros desta economia para que ela funcione.

O “**mercado**” não é a única instituição de integração econômica, haveria a “simetria” e a “centralidade” para formar um sistema complexo de interações econômicas que passariam pelo intercâmbio (mercado), pela reciprocidade (simetria) e pela redistribuição (centralidade) (POLANYI, 1957; 1994; 1997).

Assim, a distribuição da riqueza produzida não estaria a cargo do mercado na forma de capital e salário como acontece no sistema capitalista, mas sim a partir das três formas de integração econômicas – intercâmbio (mercado), reciprocidade (simetria) e redistribuição –, em que, além do intercâmbio como meio monetário, estariam as trocas diretas de mercadorias, autoconsumo, a distribuição por parte de um governo central, entre outros.

A formulação do cooperativismo moderno

A doutrina do cooperativismo foi considerada pelo movimento cooperativo pioneiro como “[...] uma proposta de mudança do meio econômico-social, que se concretizará de modo pacífico e gradativo, por meio de cooperativas de múltiplos tipos” como formas reacionárias ao sistema liberal e individualista que fundamenta a economia capitalista (PINHO, 2001, p. 13).

A doutrina cooperativa assumiu comportamentos distintos em cada regime econômico: socialista e o capitalista. Esta doutrina defende a autogestão e independência do trabalhador como dono dos seus próprios meios de produção, mesmo assumindo um papel de instrumento no sistema socialista ou assumindo o papel contra hegemônico no sistema capitalista.

No regime capitalista

A doutrina cooperativa se desenvolveu mais no regime capitalista, pois foi onde surgiu e seus propósitos eram fortemente baseados na sobrevivência de uma classe que se encontrava esmagada por este modelo econômico no período da Revolução Industrial.

Neste sentido é importante frisar que as reações as formas de produção, distribuição e consumo capitalistas surgem dos desequilíbrios gerados pelas políticas econômicas liberais. Em decorrência desse contexto ocorreram reações doutrinárias socialistas e intervencionistas (PINHO, 1966).

Com o movimento cooperativo moderno houve dois tipos de reações doutrinárias ao sistema liberal e capitalista, as quais são descritas a seguir:

1. **As reações socialistas:** formadas por uma corrente de precursores e pensadores que eram contra a concorrência de mercado e se apresentavam de duas formas:
 - **Socialismo espiritualista:** conhecidos como utópicos, tinha como precursores e pensadores Robert Owen, Charles Fourier, Saint-Simon, entre outros, e decorre durante a primeira metade do século XIX.
 - **Socialismo materialista ou científico:** também conhecido como cientista surgiu a partir de 1848 com a publicação do *Manifesto comunista*, de Karl Marx naquele mesmo ano.
2. **As reações intervencionistas:** esta corrente defendia a necessidade de haver um mediador que intermediasse as relações dos indivíduos na sociedade. Este mediador das relações sociais de produção seria o Estado para Louis Blanc; a família, para Le Play; a igreja, para os grupos confessionais, e a cooperativa, para Charles Gide, por exemplo.

De acordo com Pinho (1966, p. 32), “[...] todos esses intermediários tinham, entretanto, o mesmo objetivo: o de limitar a liberdade econômica, de submetê-la à iniciativa individual, à fiscalização e ao controle de um grupo considerado superior, e diminuir os inconvenientes do meio concorrencial”.

Além desta classificação, podemos entender a doutrina cooperativa como fruto das diversas correntes divididas por ramos, os quais são apresentados na sequência:

Consumo: está relacionado à corrente dos pensadores que viam a cooperativa de consumo como uma forma de reforma social. Charles Gide, por exemplo, parte deste ramo do cooperativismo para posteriormente ampliar sua abrangência aos demais ramos. Os Probos de Rochdale é o exemplo mais significativo da experiência de cooperativismo de consumo.

Trabalho/produção: Robert Owen idealizou uma comunidade em que o trabalho forma o centro das relações econômicas, sendo uma forma de enfrentar o modo de produção industrial com características capitalistas atraindo a mão de obra operária para as cooperativas de produção. Phillipe Buchez também propôs as cooperativas de trabalho em que a autogestão, a autônoma, a independência e a solidariedade fundamentavam a emancipação da classe operária por suas próprias forças.

Agrícola: corrente que tem como idealizador Charles Fourier, o qual via como fundamental o desenvolvimento de cooperativas agrícolas e, a partir deste ramo, constituir uma sociedade cooperativa.

Crédito: não podemos deixar de lado o ramo do cooperativismo de crédito. Apesar de não ter sido considerado como fator principal por parte dos precursores, foi tomado como ponto de partida para transformar a vida das pessoas envolvidas pelos realizadores. E neste ramo incorporamos as experiências de cooperativas de crédito como: Hermann Schulze-Delitzsch, Friedrich Wilhelm Raiffeisen e Luigi Luzzatti.



A doutrina cooperativa é composta pelas contribuições tanto dos precursores utopistas, pensadores e realizadores que desenvolveram princípios, normas e conceitos formando um paradigma reacionário.

Charles Gide, juntamente com Edouard de Boyve e Augusto Fabre, sistematizou todo este conhecimento e formulou as bases da doutrina cooperativa na Escola de Nîmes, na França, na qual era chefe principal.

Em 1886, Gide fez o discurso “Programa do Cooperativismo”, por ocasião da abertura do II Congresso das Cooperativas de Consumo da França, apresentando essas bases da doutrina cooperativa. Após isso, Charles Gide “[...] ampliou e aprofundou os princípios doutrinários cooperativistas” (PINHO, 1966, p. 26).

Em 1891, Beatriz Potter Webb publicou seu desenvolvimento teórico sobre o programa Cooperativa inglês. Muitos estudiosos

apoiaram os ideais de Gide no planejamento da República Cooperativa, mas o questionavam quanto à limitação desta ideia apenas aos setores de economia doméstica, artesanal e campesina (PINHO, 1966).



Charles Gide era professor de economia e, a partir da experiência dos Pioneiros de Rochdale, desenvolveu a doutrina cooperativa como instrumento de reforma do sistema capitalista. Isto é, considerava o consumo como o centro do problema da sociedade e este ponto deveria ser abrangido.

Sua prioridade era eliminar o regime assalariado para alcançar a justiça e a solidariedade humana a partir da cooperação espontânea. Para tanto, Charles Gide elaborou o “Programa em Três Etapas” para a conceber uma sociedade cooperativa, a qual ele chamava “República Cooperativa” ou “Democracia Econômica”.

Segundo Pinho (1966, p. 22), as etapas de criação desta República Cooperativa, que teve como base a cooperativa de consumo, são:

- a) na primeira etapa seriam organizadas cooperativas de consumo nas quais o lucro capitalista seria abolido, a fim de se obter o “justo preço”;
- b) na segunda etapa seriam criadas cooperativas de produção industrial, com os fundos necessários acumulados pelas cooperativas de consumo;
- c) na terceira etapa seriam organizadas cooperativas de produção agrícola. Tanto nestas cooperativas como nas de produção industrial, abolir-se-ia o assalariado.

A professora Diva Benevides Pinho, em 1996, publica um livro importante que veio a contribuir para o fortalecimento do movimento que resgata a história da doutrina cooperativista. Segundo ela, “[...] a Doutrina Cooperativa teve origem na Alemanha e na Inglaterra, mas foi sistematizada na França, pelo Professor de Economia Política da Universidade de Paris, Charles Gide (1847-1932)” (PINHO, 1966, p. 25).

Charles Gide era a principal figura da conhecida Escola de Nîmes e conheceu o cooperativismo por meio de seu conterrâneo, Augusto Fabre, o qual havia organizado um grupo de operários para discussões em Nîmes, pequena cidade ao sul da França. Gide conheceu também Edouard Boyve, que havia fundado algumas associações mutualistas, além de experiência dos Probos Pioneiros de Rochdale (PINHO, 1966).

A constituição da Doutrina Cooperativista Pioneira teve a contribuição de grandes pensadores, além de Charles Gide e Beatriz Potter Webb, entre os quais podemos citar:

- George Fauquet, que formulou sua teoria sobre o Setor Cooperativo.
- Bernard Lavergne, que desenvolveu sua teoria sobre a Ordem Cooperativa.
- Ernest Poisson, que, assim como Gide, pesquisou sobre uma República Cooperativa.
- E outros como: Maurice Colombain, Georges Lasserre, Henry Desroche, Henrik F. Infield, André Hirschfeld, Roger Kerinec, Paul Lambert, Antoine Antoni, Edgard Milhaud, etc.

Em suas pesquisas, Diva Pinho encontra simpatizantes aos ideais de Gide no início do movimento cooperativista brasileiro “[...] quando surgiram aqui as primeiras cooperativas (1891 em Limeira, 1894 no Rio de Janeiro, 1895 em Camarajibe, 1897 em Campinas, 1902 no Rio Grande do Sul, etc.)” (PINHO, 1966, p. 26).

No regime socialista

O cooperativismo foi recebido com certa resistência pelo regime socialista, mesmo que ironicamente os principais precursores idealistas da doutrina cooperativa tivessem forte embasamento socialista, mas nem por isso os países socialistas aceitaram essa doutrina sem questioná-la.

O socialismo como doutrina tem origens muito antiga. Expandiu-se a partir do século XIX com a publicação do *Manifesto comunista* de Karl Marx, “[...] com uma das formas de oposição às consequências do Liberalismo Fisiocrata e Clássico” (PINHO, 1966, p. 99).

Em princípio, o marxismo constitui a principal fonte teórica de influência desse regime, embora articulado com princípios do associacionismo, reformismo, sindicalismo revolucionário, entre outros.

As cooperativas significaram uma forma de colocar em prática a transição do sistema econômico capitalista para o socialista. Sendo entendida como única instituição boa do regime capitalista, deveria ser mantida a qualquer preço, pois era o meio mais acessível para milhões de camponeses passar da economia individual fragmentada para estruturas coletivas de produção.

Porém, seria somente um meio para o comunismo, já que consideravam que a finalidade das ações cooperativistas no regime capitalista era a de “[...] seduzir a classe operária para tirá-la do caminho revolucionário que deve levar à queda do regime, e dirigi-la para uma via reformista, o que reforça o sistema burguês” (PINHO, 1966, p. 99). Apesar disso, reconhece-se que o cooperativismo no regime socialista apresenta-se como uma forma de alavancagem do proletariado.

A principal questão que diferencia o cooperativismo do regime socialista daquele do regime capitalista é a propriedade dos meios de produção. Abolindo a propriedade privada dos meios de produção, os soviéticos mantiveram dois tipos de propriedade:

- **a propriedade do Estado** – bens de todo o povo: a terra, o subsolo, os rios, as florestas, as usinas, as fábricas, as minas de carvão e de minerais, as estradas de ferro, os transportes marítimos, fluviais e aéreos, os bancos, as grandes empresas agrícolas organizadas pelo Estado, as habitações das cidades, as empresas industriais, entre outros.
- **a propriedade cooperativa** – *kolkhoziana* – propriedades pequenas dos camponeses e artesãos para os *kolkhozes* e das uniões cooperativas.

Seção 3 – A doutrina cooperativa: cooperativismo e economia solidária

Ao longo dos tempos, a doutrina cooperativa foi influenciada pelas mudanças ocorridas no cenário socioeconômico mundial e recebeu contribuições de diversas linhas de pensamentos que ora reforçou a doutrina originária, ora a criticou trazendo novas contribuições teóricas e experimentais.



Com o desenvolvimento das economias dos países que antes eram colônias dos centros europeus, muitos pensadores se destacaram na reformulação do paradigma cooperativista com suas análises desde a sua realidade até sua região.

A América Latina é um grande exemplo dessa contribuição à doutrina cooperativista, pois foi berço do desenvolvimento de muitas teorias econômicas sociais e solidárias por possuir intrínsecas outras lógicas econômicas pertencentes às civilizações autóctones, por exemplo. Somado a isso, há o processo de exploração das colônias pelos países eurocêntricos que, mesmo após a independência, continuaram impondo um modo de vida que ainda hoje não se adéqua à nossa essência.

Após as contribuições dos precursores, muitos outros idealistas e teóricos vieram desenvolvendo experiências e esquemas teóricos para o cooperativismo. Ao longo dos séculos, a sociedade e suas economias sofreram transformações e os desenvolvimentos teóricos e as implementações de sistemas cooperativos acompanharam estas mudanças.

Sendo assim, é importante analisarmos os fundamentos da **economia solidária**, como forma de renovação do cooperativismo sem o intuito de defender uma ou outra corrente de pensamento que descreve o que significa essa economia, ou mesmo a economia social ou até mesmo o cooperativismo, como alternativas de formas de se pensar a economia. O objetivo é discutir o que alguns autores nos trazem em relação às formas de produzir.

Termo utilizado por autores como Paul Singer e Luiz Inácio Gaiger, refere-se a uma forma econômica em que o trabalho é coletivizado e não alienado, a terra e os meios de produção estão nas mãos dos trabalhadores e tem a cooperativa como umas das principais instituições. Esta linha de pensamento engloba outras instituições em seu movimento, como as comunidades indígenas e os quilombos, por exemplo, para demonstrar que a economia é uma ciência complexa.



O movimento da **economia solidária** e o **cooperativismo** possuem características capazes de valorizar o ser humano e a natureza como verdadeiros centros da economia. No capitalismo, percebemos que esse centro é o capital.

Outro movimento importante que apresenta uma concepção teórica distinta no que se refere às alternativas emergentes ao sistema hegemônico capitalista é a economia social, que é o termo utilizado por autores como o argentino Jose Luis Coraggio que lhe atribui um mesmo significado àquele que é dado no Brasil ao termo de economia solidária.

Todas essas concepções alternativas ao capitalismo não se orientam pela “lei” de acumulação de capital, mas pela reprodução ampliada da vida de todos (HINKELLAMERT, 2003a; CORAGGIO, 2009a). As experiências concretas da economia social refletem o comportamento, cultura, tradições e formas de integração socioeconômicas diferentes de uma concepção econômica que pretende ter a economia de mercado como a única instituição de integração econômica.

Paul Singer (2007) descreve os princípios de organização da economia solidária dentro da instituição que este autor entende ser a mais adequada para sua realização: a cooperativa. Segundo este autor, a cooperativa tem:

Posse coletiva dos **meios de produção** pelas pessoas que a utilizam para produzir; **gestão democrática** por participação direta (quando o número de cooperados não é muito alto) ou por representação; divisão das sobras entre os cooperados por critérios aprovados depois de discussões e negociações entre todos; investimento do excedente anual (**sobras**) também por critérios acordados entre todos os cooperados. (SINGER, 2007, p. 62, tradução da autora).

Na economia social e solidária, o trabalho é orientado pela cooperação e solidariedade, diferente do capitalismo, justamente por esse último impor a alienação dos trabalhadores, a exploração do trabalho alheio e a destruição da natureza.

Os trabalhadores em cooperativas, por sua vez, trabalham de modo que sua produção seja feita de maneira autogestionária e com participação democrática.

Esta “outra economia” toma forma a partir da contribuição de várias teorias com conceitos próprios e muito semelhantes, como a “economia comunitária”, “economia social”, “economia solidária”, “economia do trabalho”, proveniente de autores como, por exemplo, Luis Razeto (Chile), Paul Singer e Luiz Inácio Gaiger (Brasil) e José Luis Coraggio (Argentina).

Coraggio (2009a), por exemplo, quando difere a economia capitalista das economias defendidas por estes autores, entende que:

A economia de capital, organizada em empresas, orienta-se pela reprodução ampliada do capital (acumulação) e a absolutização da racionalidade instrumental. Uma “economia do trabalho” se orienta pela reprodução e desenvolvimento da vida humana e suas formas de organização do trabalho e o metabolismo socrionatural estão subordinadas a uma racionalidade reprodutiva. (CORAGGIO, 2009a, p. 133, tradução da autora).

Segundo este autor, dentro da economia de capital, mesmo que exista o comportamento dos indivíduos orientado pela reprodução das suas vidas imediatas, não tem o objetivo de atender à reprodução da vida uns dos outros (CORAGGIO, 2009a).

As formas de organização da produção que se autogerem concretizam-se em tipos de organização (sejam individuais ou coletivos, como, por exemplo, famílias, associações, cooperativas, entre outros). Além disso, também se inclui nessa forma de organização econômica o trabalho comunitário e o trabalho doméstico de reprodução dentro de suas casas, este último que compreende o que se chama de unidade doméstica (UD).

A UD, dentro da concepção de Coraggio (2007a, p. 140), “[...] é a forma elementar de organização micro socioeconômica, em que se reproduz principalmente a vida e as capacidades de gerações sucessivas de trabalhadores” (tradução nossa).

Essas UD's e suas configurações em rede de associações e comunidades organizadas solidariamente constituem a **economia popular** que, por sua vez, forma parte de uma economia mista operante dentro da lógica capitalista. Ainda de acordo com Coraggio (2007b), esta economia mista seria formada por sistemas que se movimentam segundo sua própria lógica e são continuamente tensionadas entre si: setor privado, setor público e setor popular (sociedade civil).

O trabalho não precisa passar pelo mercado para ser considerado trabalho. Isto é, existe muito trabalho sendo realizado que não é contabilizado na riqueza nacional, incluindo o trabalho doméstico de homens e mulheres.



Você já pensou que o trabalhador desempregado pode estar de alguma forma produzindo algo para seu sustento?

Esta produção não é contabilizada na produção nacional, pois não passa pelo mercado de trabalho, conforme explica Coraggio (2007a, p. 142):

A Economia Popular realmente existente é uma Economia Pública, tensionada por um projeto democratizante que impulsiona a solidariedade, pode ser a base de uma Economia do Trabalho, capaz de representar e dar força efetiva aos projetos de vida de uma sociedade mais igualitária, mais solidária, mais justa e auto determinada. (tradução da autora).

Ainda segundo Coraggio (2007a), a economia do trabalho complementa as possibilidades de “[...] acordar democraticamente outra definição de riqueza, de natureza e de trabalho produtivo, outra forma de coordenar o sistema de divisão social do trabalho, em suma: outra economia” (CORAGGIO, 2007a, p. 142, tradução nossa).

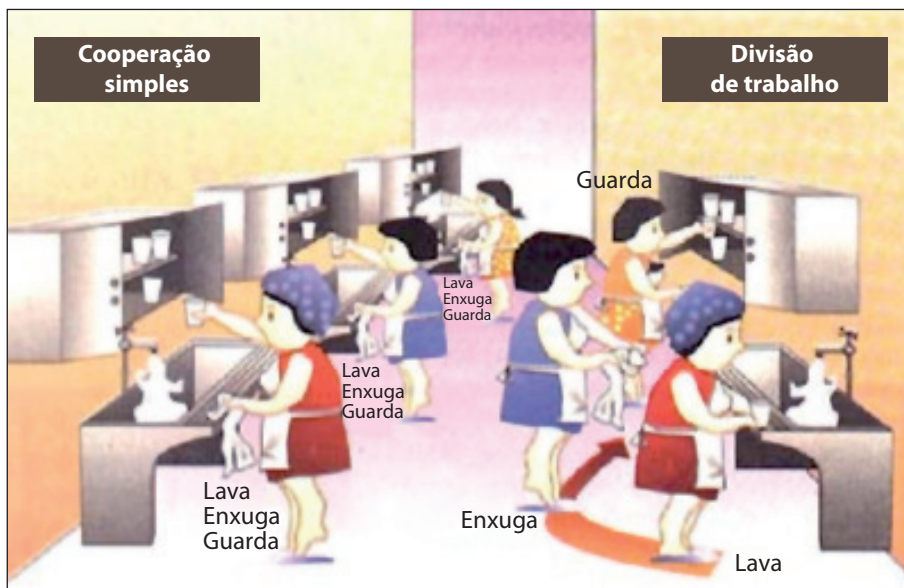


Figura 3.1 - Divisão do trabalho
Fonte: Vasconcelos (2012).

Esta concepção sobre “outra economia” é realmente interessante porque amplia a heterogeneidade dos atores que formam a economia, porém Singer (2007), por exemplo, só considera a solidariedade constituída apenas por instituições formais, como cooperativas.

Para fundamentar tais ideias de Coraggio, encontramos a seguinte afirmação de Razeto (1984):

[...] a economia da solidariedade é uma realidade heterogênea, constituída por unidades econômicas que têm diferentes estruturas e modos de funcionamento, e que procedem conforme a diversificadas lógicas operacionais (tradução nossa),

No sistema econômico capitalista, a natureza é considerada recurso a ser utilizado nos processos produtivos. Enquanto dentro de um paradigma cooperativo e solidário, a natureza faz parte da condição humana. Ou seja, sem ela a vida não é possível.

Nem todas as necessidades dos sujeitos se resolvem por meio do mercado. Muitas acabam sendo resolvidas a partir do **autoconsumo** ou outras formas de interação econômica além do intercâmbio, como, por exemplo, a reciprocidade e

Refere-se ao consumo dos produtos não produzidos para a venda no mercado.

redistribuição. Ou seja, na economia solidária, o *homo economicus*, sujeito individualizado, dá lugar ao sujeito necessitado, integrado à sociedade e parte integrante da natureza no ciclo natural da vida humana (HIKELAMMERT, 2009, p. 42).

Estes meios de integração econômica compõem um complexo sistema econômico que supera o mercado como única instituição econômica.

Adotar o mercado como a única forma de integração social da economia resulta em consequências que afetam o próprio ser humano e a natureza. Os efeitos indiretos resultantes das decisões tomadas em prol do equilíbrio do mercado capitalista põem em perigo a segurança e a sobrevivência da vida.

Cabe refrisar que os teóricos que se movimentam por uma economia social e solidária não buscam maximizar o lucro e a acumulação de capital, mas a reprodução de seus meios de produção e da vida. As necessidades estão além da busca de alta produtividade, da maximização do lucro e da acumulação de capital. Além disso, vai além da satisfação das necessidades imediatas do ser humano. Estas que são os principais fatores que diferem o sistema capitalista e as linhas alternativas de economia aqui mencionadas.



Uma das prerrogativas da economia solidária é que os trabalhadores sejam donos dos meios de produção por meio da propriedade coletiva, indo ao encontro a uma das principais críticas ao sistema capitalista: a propriedade privada dos meios de produção e sua separação do trabalhador.

A participação política é outra questão apresentada pelo movimento de economia solidária, o qual defende que trabalhador deve atuar dentro desse movimento de modo a participar de suas decisões (BARBOSA, 2011). Fazer parte e se identificar com o movimento da economia solidária é uma das características dos empreendimentos que se guiam por esse movimento de interação economia no Brasil.

Para um trabalhador fazer parte do movimento da economia solidária em nosso país, por exemplo, ele deve estar organizado coletivamente.

Segundo as definições do próprio movimento formuladas na Plenária Nacional de Economia Solidária (FBES, 2008, p. 44),

[...] empreendimentos da agricultura familiar, unidades indígenas, quilombolas e extrativistas, agricultores urbanos são empreendimentos solidários se estiverem integrados em empreendimentos coletivos, autogestionários e supra-familiares.

Na realidade, formas econômicas propostas por teóricos que defendem a economia solidária resultam do ato de **repensar** as diretrizes do desenvolvimento econômico centrado nos dogmas eurocêntricos. Trata-se de redirecionar as relações sociais para outra racionalidade, a qual possua como cerne a defesa da vida.



Para chegarmos a essa nova realidade temos de repensar os atores que impulsionam a economia, os quais não são apenas as empresas capitalistas e os indivíduos, mas também os núcleos familiares, as cooperativas, as entidades públicas e comunitárias.

Os atores desses outros empreendimentos econômicos não produzem somente para o mercado e não consideram o mercado como a única instituição de integração econômica. Esses atores são parte da economia do país e estão localizados nos estratos marginais do que se considera economia capitalista formal.

Ao contrário de Singer (2007), Gaiger (2007) não fala de economia solidária como um **modo de produção**, mas como uma **forma social de produção**. Assim, com essa análise, desde a perspectiva marxista, a agricultura familiar não é considerada um modo de produção, mas sim uma forma social de produção (COMAS, 1998, p. 86), assim como o cooperativismo.

À medida que avança, o capitalismo se dissolve, submete ou mantém subordinadas outras **formas sociais de produção**. Para

estas outras formas sociais de produção, se considerarmos o capitalismo como único sistema econômico viável, o que nos resta é tomar a base material atual e sujeitar-se frente ao capital comercial e financeiro e reproduzir-se sobre esta base (GAIGER, 2007).

O fato é que muitos empreendimentos não podem se desenvolver por si próprios e acabam sendo subsumidos por esta base. Estamos falando, então, de uma “subsunção formal inversa” (GAIGER, 2007), por meio da qual, apesar de instável, atinge a sua sobrevivência dentro do modo de produção capitalista. As organizações coletivas (cooperativas, associações, entre outras), segundo o mesmo autor, fazem o papel de proteger os indivíduos contra a sua sujeição ao capital, criando estruturas capazes de competir com as empresas de capital.

De acordo com Gaiger (2007), os empreendimentos cooperativos autogestionários estão subsumidos ou subordinados à economia capitalista de duas maneiras. Ou seja, por um lado estão sujeitos aos efeitos da lógica de acumulação e as regras de mercado capitalista; e, por outro, estão obrigados a adotar a base técnica e os processos materiais de produção capitalista.



A economia solidária é uma forma social de produção e não cria uma nova base técnica de produção no sentido estrito, mas está em vias de adquirir soluções já disponíveis (mesmo as chamadas tecnologias alternativas), convertendo-as à sua própria lógica (GAIGER, 2007; COMAS, 1998).

Ainda de acordo com Gaiger (2007), a economia solidária tem semelhanças com a economia rural, pelas relações sociais de produção que são distintas da forma assalariada.

As práticas de autogestão e cooperação oferecem aos empreendimentos solidários um caráter único. Essas práticas funcionam de acordo com a propriedade social dos meios de produção, impossibilitando a apropriação individual desses meios. O controle e o poder de tomada de decisão, assim como a gestão do empreendimento, pertencem à sociedade de trabalhadores.

Em outras palavras, nessas práticas “existe uma unidade estrutural entre a posse e a utilização dos meios de produção, entre dedicação e execução. Mesmo que exista divisão técnica e sexual do trabalho” (GAIGER, 2007, p. 79, tradução da autora).



A **cooperação** e a **solidariedade** fazem parte da sociabilidade dos sujeitos da economia solidária na busca de formas mais igualitária e justa de distribuição de riqueza.

A última questão considerada importante da economia social e solidária é a **sustentabilidade**. Coraggio (2009b) argumenta que a sustentabilidade não é dada apenas no nível microeconômico, mas também é essencial que haja uma interação com o nível mesosociopolítico-econômico.

Um ponto a ser considerado nesta discussão é o fato de a industrialização ter-se mantido por muitos anos como único motor de desenvolvimento na economia: a modernidade trouxe o desenvolvimento sendo propulsado pela industrialização. Um motor poderoso que aos poucos perdeu seu propósito de desenvolvimento econômico, e ainda vem perdendo, por gerar cada vez mais desemprego com a substituição de postos de trabalho pela tecnologia (computadores e robôs automatizados).

Esse enfraquecimento do setor industrial abre espaço para políticas de desenvolvimento rural, por exemplo, para se evitar o êxodo rural. As consequências decorrentes dos modelos de desenvolvimento implementados trouxeram a necessidade de se atentar para novos modelos de desenvolvimento econômico mais sustentáveis.

Como o tema da sustentabilidade não se limita ao nível microeconômico, Coraggio (2007b) apresenta um conceito de economia pela qual se considera que:

A economia, em sua expressão mais profunda e abarcativa, é o sistema de instituições e práticas que se dão em uma comunidade ou em uma sociedade de comunidades e indivíduos para definir, mobilizar, ou

gerar, distribuir e organizar combinações de recursos (relativamente escassos ou não), com a finalidade de produzir, intercambiar e utilizar bens e serviços úteis para satisfazer, da melhor forma possível e através das gerações, as necessidades que se estabelecem como legítimas para todos os seus membros. (CORAGGIO 2007b, p. 71, tradução da autora).

O mesmo autor entende que a sustentabilidade consiste em um sistema institucionalizado de organização e reprodução dessa outra economia (CORAGGIO, 2009b). O importante é ter em mente que não se trata de assistencialismo promovendo políticas de subsídios a empreendimentos de economia social e solidária.

Há aspectos relevantes a serem considerados para analisar a sustentabilidade dos empreendimentos de economia social que não passam pelos critérios capitalistas. Com isso, a sustentabilidade passa por uma mudança de perspectiva de visão econômica, incluindo o conceito de economia.

O cooperativismo moderno e pioneiro surgiu com os desdobramentos da Revolução Industrial. Desde então, passou por mudanças e seguiu sofrendo influências do sistema econômico se tornando uma doutrina que dialoga com a doutrina capitalista em busca de melhores condições de trabalho e de vida para todos. O cooperativismo, como economia social, inovou e assumiu caráter mais amplo, incorporando outras concepções econômicas e se caracterizando como uma economia solidária.



Síntese

Nesta unidade você estudou as características do modo de produção capitalista e os motivos que levaram ao surgimento de reações por parte de diversos grupos e movimentos após as revoluções burguesas. O movimento cooperativo pioneiro foi um deles.

Estudou ainda as características do sistema econômico pertencentes ao modo de produção capitalista, as quais compreendem a propriedade privada dos meios de produção, o individualismo como elemento-chave para o bom funcionamento do mercado, acumulação de capital como objetivo principal, a busca insensata pelo lucro, a alienação do trabalho e a exploração de trabalhadores como fatores principais na obtenção do lucro, e a distribuição da riqueza somente por meio do mercado.

Compreendeu que a doutrina cooperativa e solidária entende que os meios de produção não devem estar de posse de alguns. Esses meios deveriam ser livres da propriedade privada estando à disposição de todos ou a propriedade ser coletiva. Verificou que nesta doutrina o trabalhador não é empregado, portanto não recebe salário, não é explorado e muito menos é alienado, isto é, conhece todo o processo de produção e por isso tem poder de decisão.

Por fim, você percebeu que neste tipo de interação econômica não há obtenção de lucro, justamente por não haver exploração do trabalhador. Percebeu ainda que o individualismo não faz parte das relações de produção, pois é necessária cooperação, responsabilidade mútua, reciprocidade, cumplicidade e solidariedade entre os membros desta economia para que ela funcione.



Atividades de autoavaliação

- 1) A partir do conteúdo estudado nesta disciplina, cite os fatores que caracterizam o modo de produção capitalista.

- 2) De acordo com o conhecimento adquirido nesta disciplina, identifique quais as duas principais escolas teóricas que instituíram o liberalismo econômico, e cite dois teóricos que as constituíram.



Saiba mais

BARBOSA, L. C. B; GARCIA, N. Los mercados solidários como estratégia de desarrollo de otra economía. El caso del Banco Palmas, Fortaleza, Brasil In: VI Encontro Internacional de Economía Solidária – NESOL. São Paulo: VI Encontro NESOL, 2008.

GOMES, C. Antecedentes do capitalismo. Portugal: Almada, 2008.

LISBOA, A. de M. Economía Solidaria: una reflexión a la luz de la ética cristiana. in CORAGGIO, José Luis, La Economía Social desde la periferia. Buenos Aires: Altamira, 2007.

MANCE, E. A. Redes de Colaboração Solidária: aspectos econômico-filosóficos: complexidade e libertação. Petrópolis/RJ: Vozes, 2002.

PINHO, D. B. **Que é cooperativismo**. São Paulo: Buriti, 1966.

_____. Doutrina cooperativa . São Paulo: DAC/SAESP/ INESP, 1976.

_____. Economia e cooperativismo. São Paulo: Saraiva, 1977.

_____. **Noções básicas de cooperativismo brasileiro**. Espírito Santo, 2001. Apostila para distribuição interna FEA-USP.

_____. O Cooperativismo no Brasil: a vertente pioneira à vertente solidária. São Paulo: Saraiva, 2004.

SANTOS, B. de S. Introdução. In: SANTOS, B. de S. (org.). **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. Série Reinventando a Emancipação Social.

WALRAS, L. **Elementos de economía política pura** (o teoría de la riqueza social). Madrid: Alianza Editorial, 1987.

WEBER, M. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. 4. ed. São Paulo: Pioneira, 1985.

Precursos do cooperativismo pioneiro



Objetivos de aprendizagem

- Identificar os principais precursores do cooperativismo pioneiro.
- Analisar as principais características dos precursores que influenciaram o cooperativismo.
- Compreender o papel dos precursores na formação de uma concepção econômica coletiva e solidária.



Seções de estudo

Seção 1 Peter Cornelius Plockboy

Seção 2 John Bellers

Seção 3 Robert Owen

Seção 4 William King

Seção 5 Charles Fourier

Seção 6 Philippe Buchez

Seção 7 Louis Blanc



Para início de estudo

Nesta unidade você entenderá que a doutrina cooperativista foi idealizada a partir da contribuição de teóricos socialistas como Karl Marx e Frederic Engels, porém consolidada pelos precursores utopistas como Peter Cornelius Plockboy, John Bellers, Robert Owen, William King, Charles Fourier, Philippe Buchez e Louis Blanc. Além deles, teóricos da economia social, como Charles Gide, reforçaram as bases daquela doutrina.

Compreenderá, a partir da análise das ações dos precursores utopistas, que uma doutrina não se constrói somente com discursos, mas com ações práticas. Estudará que os referidos precursores demonstraram por meio de suas ações a efetividade dos ideários do cooperativismo, tanto por suas realizações quanto pela aplicabilidade desses ideários.

Mesmo conhecendo as ações que construíram o cooperativismo, não podemos confundir **precursores** com **realizadores**, a saber: Sistema Cooperativo de Rochdale, Sistema Cooperativo de Hermann Schulze-Delitzsch, Sistema Cooperativo de Friedrich Wilhelm Raiffeisen, Sistema Cooperativo Wilhelm Haas e Sistema Cooperativo de Luigi Luzzatti e Leone Wollemborg.

Conhecerá também o trabalho dos precursores utopistas, desde seus ideais até as ações que colocaram em prática tais ideais, e analisará como cada precursor concebe a propriedade dos meios de produção, a democracia e a participação tanto do Estado quanto de empresas de capital no financiamento e gestão das associações cooperativas, ou então se admitem a autogestão. Além disso, verá em que ramos cooperativos estão inseridos esses utopistas.

E, por fim, compreenderá que apesar destes atores não aparecerem nos livros de história nas escolas quando se descreve a Revolução Industrial e os desdobramentos das mudanças econômicas e sociais, eles tiveram um papel importante na história econômica mundial e na construção da teoria econômica mundial.

Seção 1 – Peter Cornelius Plockboy

Iniciaremos nossos estudos pelo precursor holandês Peter Cornelius Plockboy (1659-?), que se instalou na Inglaterra e desenvolveu suas ações cooperativistas e, em virtude de suas ações estarem situadas nesse país, é considerado um utopista inglês. A proposta de Plockboy era a de formar uma **cooperativa integral**, englobando a **produção industrial, agrícola** e o **consumo** com a finalidade de satisfazer as necessidades dos associados.



Plockboy era considerado um cristão social, pois tinha seus fundamentos na moral cristã baseados na colaboração e cooperação. Com base em seus princípios fundou uma colônia em Nouvelle-Hollande, a qual foi dissolvida em 1664 por ordem do governo britânico.

Plockboy publicou um panfleto em 1659, utilizando o pseudônimo Peter Cornellius van Zurickzee. O título era bastante extenso e praticamente é resumido no texto a seguir:

Ensaio sobre um método para tornar felizes os pobres desta nação e os dos outros povos, reunindo um certo número de homens competentes em uma pequena associação econômica ou pequena república na qual cada um **conservará sua propriedade** e poderá, sem recorrer à força, ser empregado no gênero de trabalho para o qual tem mais aptidão. O meio de livrar esta nação, assim como as demais, não somente dos preguiçosos e dos malvados, mas também das pessoas que buscaram e encontraram o meio de viver às custas do trabalho dos outros. (MLADENATZ, 2003, p. 28).

A partir deste título podemos identificar um dos elementos em discussão nas **doutrinas econômicas capitalistas e cooperativas**, que é a propriedade dos meios de produção. Plockboy considerava uma **associação econômica** aquela em que a propriedade individual convivia com a propriedade coletiva, porém não existia a exploração de trabalhadores pelos proprietários individuais.

Termo muito utilizado neste período para se referir à cooperativa, pois ainda não se utilizava o termo "cooperativa".

Segundo Mladenatz (2003, p. 29), estas propriedades individuais seriam formadas por:

[...] famílias ou pequenos grupos econômicos constituídos pelas quatro mais importantes categorias de indivíduos que compõem a humanidade: agricultores, artesãos, marítimos e mestres das artes e das ciências.

A partir da análise desta concepção de propriedade, podemos pressupor que dela resultou no surgimento das classes sociais.

Cada um dos membros receberia um crédito por sua contribuição na associação (terra, dinheiro e meios de transporte). Cabe destacar que neste caso o associado não receberia uma remuneração por estes aportes como lucro.



Como funcionaria a estrutura desta associação econômica?

Mladenatz (2003) explica que um grupo de “pais” reuniu um fundo, que seria destinado à construção de dois grandes prédios: um como sendo uma espécie de armazém na região urbana, na cidade de Londres, que abrigaria entre 20 a 30 famílias; e outro na área rural, mais amplo e espaçoso, que serviria de centro de produção e de imóvel residencial.

Os dirigentes e empregados seriam eleitos pelos membros da associação para um mandato de um ano. Os **empregados**, que também eram membros da associação, trabalhariam seis horas por dia para a produção comum, já os **operários contratados** trabalhariam doze horas, mas teriam a liberdade e a possibilidade de se tornarem membros também. Os melhores operários seriam escolhidos e designados como contramestres.

Percebemos pelo termo **operários contratados**, citado por Mladenatz (2003), que Plockboy não tinha como **prioridade a igualdade entre todos na associação**, e que a adoção de trabalho contratado remete ao fator salário, integrante da sistemática capitalista, e tão reprimida pela doutrina cooperativa.

De tempos em tempos os membros das famílias associadas seriam transferidos do prédio na cidade para o prédio na região rural de modo desenvolver e aprimorar seu conhecimento técnico. Além disso, o objetivo era também o de propiciar a vivência no campo e aproveitar as vantagens do modo de vida campestre.

Havia na associação uma divisão entre os trabalhadores e os homens de negócios. Estes, os homens de negócio que estão de fora da associação, de acordo com Plockboy, “[...] debatem-se continuamente entre o temor e a esperança, enquanto na associação, todos prosseguem confiantes no seu trabalho” (MLADENATZ, 2003, p. 30).

Resultados esperados por Plockboy em seu projeto

O sistema de interação econômica estabelecido por Plockboy tinha como principais objetivos estabelecer a vinculação entre agricultura e indústria, reduzir os preços dos produtos e superar a concorrência das empresas privadas.

Primeiramente, Plockboy esperava estabelecer a vinculação orgânica entre a agricultura e a indústria a partir de proposta de economia coletiva, por meio da integração entre as duas estruturas construídas na parte urbana e rural da cidade.

No âmbito do consumo, Plockboy acreditava na baixa dos preços das mercadorias porque o **regime era de autoabastecimento** e buscava produzir o que o grupo iria consumir. Além disso, o abastecimento seria feito coletivamente e em grandes quantidades na organização econômica. Com isso, esperava-se que o trabalho seria facilitado e a produção se processaria em condições mais vantajosas.

Quanto à concorrência dos comerciantes particulares, acreditava-se que a mesma não iria interferir na associação econômica. Mladenatz (2003) explica que existiam mais vantagens para associação, pois a produção em grande escala possibilitaria produzir a um custo menor que o das empresas privadas.



A produção excedente da associação era distribuída no fechamento do período que era a cada seis ou doze meses, permitindo a cada associado utilizar sua “cota” para dar esmolas aos pobres, presentear seus amigos, entre outros.

Para Plockboy era importante relacionar a agricultura com a indústria para se pensar um sistema econômico que beneficiasse o trabalho **coletivo e associado**. Esta relação entre setores econômicos também é defendida por outros precursores do cooperativismo conforme será abordado nesta unidade

Seção 2 – John Bellers

John Bellers (1654-1725) foi o precursor do cooperativismo pioneiro que publicou um plano de reforma econômica similar ao de Plockboy, anos depois deste ter lançado suas ideias.

Em 1695, Bellers publicou um trabalho cujo título era “Proposta para a criação de uma associação de trabalho de todas as indústrias e da agricultura”. Seria um Colégio de Trabalho para indústrias ditas úteis e da agricultura, com obtenção de lucro para os ricos e bem-estar para os pobres, além de educação para a juventude.

Este lucro destinado aos ricos não significava que haveria submissão ou exploração nas relações de trabalho, pois Bellers via a todos como membros sócios desta associação ajudando-se mutuamente.

Esse Colégio beneficiaria também o governo em virtude do desenvolvimento econômico da população e de sua fortuna. Este sistema de Bellers fundamentava-se em colônias cooperativas de trabalho industrial.



Como seria o funcionamento desta associação de trabalho?

A associação (colônia) abarcaria pelo menos trezentos associados, podendo esse número chegar a três mil ou até mais; sendo que toda a vida dos associados se desenvolveria na colônia. Além do autossustento, essa associação econômica deveria produzir excedente que ultrapassasse as necessidades indispensáveis dos associados.

Para atrair associados e mantê-los, a colônia oferecia vantagens de ordem econômica em relação à economia tradicional, pois aboliam as despesas com os armazéns de venda, o lucro dos comerciantes intermediários, os honorários dos advogados, entre outros. Outros benefícios eram concedidos como abatimento das despesas de aluguel, de calefação, de cozinha, de abastecimento de provisões, entre outros.

Um elemento importante desta associação foi a união entre a indústria e a agricultura, fator que nem sempre foi considerado por outros utopistas no momento de idealizar um sistema econômico que atendesse a todas as necessidades de um conjunto de pessoas num momento em que a industrialização passava a fazer parte da vida da sociedade. Isso “[...] permitiria um tratamento mais racional e intensivo da terra (por exemplo, para a colheita eram empregados não somente os trabalhadores agrícolas, mas também uma parte dos artesões para uma melhor utilização das forças de trabalho)” (MLADENATZ, 2003, p. 31).

O excedente da produção, que mencionamos antes, era vendido no mercado e os recursos aplicados para equipar a produção e ampliar a colônia. Os lucros resultantes dessas transações econômicas eram calculados no final do ano e **repartidos entre os associados aplicadores** de acordo com o capital disponibilizado por cada um deles.

Já com relação aos operários associados, estes, assim como os contramestres e os empregados, não recebiam nenhuma remuneração em dinheiro, e sim uma subsistência suficiente.

Mladenatz (2003) ainda explica que a remuneração do capital era realizada quando se constatava a necessidade de atraí-lo à sociedade. Este sistema não traria igualdade, mas sim uma ampliação cada vez maior da desigualdade social. Os ricos seriam cada vez mais ricos e os pobres continuariam trabalhadores remunerados para sua sobrevivência.

Apesar de considerar a remuneração ao capital do mesmo modo que o sistema capitalista adota, Bellers dava importância ao fator trabalho, o qual iria compor a verdadeira riqueza de uma nação e não o dinheiro.



Bellers quis excluir o dinheiro da vida interna da colônia de modo a não contaminar as relações de trabalho e de produção entre os grupos. O trabalho era o padrão de avaliação de todos os bens de consumo.

É importante reforçar que a colônia de Bellers se difere da colônia de Plockboy, pois produziria mais que o necessário para satisfazer as necessidades dos associados, com a finalidade de poder vender o excedente a outras pessoas fora da associação. E o lucro serviria somente para remunerar e atrair o capital externo que a instituição precisava para seu desenvolvimento e ampliação: “[...] onde há lucro, mil libras podem ser mais facilmente obtidas do que cem libras para fins beneficentes” (MLADENATZ, 2003, p. 33).

Karl Marx tinha uma especial estima por Bellers, pois se referia a Bellers como um “[...] verdadeiro fenômeno na história da economia política” (MARX, 1995, p. 116), e isso porque Bellers considerava o trabalho como fonte de riqueza. Mladenatz (2003) qualifica Bellers como um dos **precursores das futuras doutrinas econômicas** que tinham Adam Smith e Karl Marx como teóricos (Escola Clássica).

Marx segue dizendo que:

[...] já no final do século XVII (John Bellers) entendeu do modo mais claro a necessidade de superar a atual educação e divisão do trabalho, que criam hipertrofia e

atrofia em ambos os extremos da sociedade, ainda que em direções opostas. Entre outras coisas, ele afirma: “Aprender no ócio é pouco melhor do que aprender a ociosidade. [...] O trabalho corpóreo foi instituído originalmente por Deus mesmo. [...] O trabalho é tão necessário para a saúde do corpo quanto o comer para sua vida; pois as dores que se poupam com o ócio serão infligidas por doença. [...] O trabalho acrescenta óleo à lamparina da vida, mas o pensamento a acende. [...] Uma ocupação infantilmente estúpida” (aviso, por pressentimento, contra os Basedows e seus desastrosos imitadores modernos) “deixa o espírito das crianças estúpido”. (MARX, 1995, p. 116).

Karl Marx cita Bellers em sua obra *O capital* várias vezes para fundamentar o trabalho como fonte de riqueza, conforme descrito na citação anterior. Marx, em seus comentários, refere-se à cooperação do trabalho como meio para a “revolução do proletariado”, ao explicar que, pela união de forças de trabalho, não somente é possível um aumento da força individual de produção, como também se cria uma força produtiva coletiva.

Bellers considerava os comerciantes úteis para o desenvolvimento da colônia por serem órgãos de distribuição na economia nacional. Porém, tinha restrições à quantidade, porque o número de comerciantes não poderia ser maior que o número de produtores, pois causaria um desequilíbrio econômico. Este era um dos receios da predominância dos intermediários e do ganho de valor agregado por parte destes. “Pela influência de sua obra em Robert Owen, Bellers contribuiu diretamente para a formação da concepção cooperativa moderna, o que impressionou de maneira particular a Karl Marx” (MLADENATZ, 2003, p. 34).

As contribuições de Peter Cornelius Plockboy e de John Bellers para a formação da concepção cooperativa moderna podem ser resumidas nos seguintes pontos:

- A ideia – bem desenvolvida – do *self-help* (auxílio mútuo) que tem as massas miseráveis da população, tendo em vista a realização de uma vida humana.

- Realização desse *self-help* por meio da associação de pequenas forças econômicas, formando, assim, associações livres.
- Economias coletivas construídas por essas associações. As funções econômicas dos membros, em ligação com a produção e consumo, são obtidas em comum por meio de uma empresa econômica.
- Estrutura democrática dessas associações: na direção e na administração das empresas participam todos os associados, que elegem os dirigentes efetivos.
- Ideias de supressão dos intermediários que não são úteis na engrenagem da vida econômica, revertendo-se o lucro deles para o produtor útil.
- Relações orgânicas entre a indústria e a agricultura, e entre a produção e o consumo.
- Passar das construções ideais utópicas aos programas de realizações práticas.

Apesar de menos conhecidos que Robert Owen, Peter Cornelius Plockboy e John Bellers desenvolveram a ideia do *self-help*, como autogestão dos cooperados. Para Plockboy e Bellers, os próprios associados se ajudariam mutuamente em uma estrutura democrática envolvendo vários setores da economia como a indústria, a agricultura e o consumo.

Seção 3 – Robert Owen

Robert Owen (1771-1858) é considerado o precursor mais conhecido do cooperativismo moderno, sendo chamado de “o pai do cooperativismo inglês”. Owen foi o primeiro precursor a utilizar o termo cooperativa para designar as associações econômicas.

Em meio a um descontentamento urbano geral no Ocidente no século XIX, surgiram, na Inglaterra e França, diversos movimentos socialistas e proletários. Na Inglaterra, o socialismo

britânico ou cooperativismo atraiu a maioria dos militantes da classe operária para estas doutrinas, culminando na criação de sindicatos gerais nacionais que, sob a influência de Robert Owen, implementaram tentativas da criação de uma economia geral cooperativista às margens do capitalismo.

Hobsbawm explica que a influência de Robert Owen nas reações contra o capitalismo burguês foi importante, mesmo Owen não tendo ambicionado isso.

O desapontamento após o Ato de Reforma de 1832 fez com que o grosso do movimento trabalhista buscasse nesses owenitas, cooperativistas, sindicalistas revolucionários primitivos etc. uma liderança, mas seu fracasso em desenvolver uma estratégia política e uma liderança eficazes e as ofensivas sistemáticas dos empregadores e do governo destruíram o movimento em 1834-1836. Este fracasso reduziu os socialistas a grupos educacionais e propagandísticos um tanto à margem da principal corrente de agitação trabalhista ou a pioneiros de algo mais modesto, a cooperação de consumidores, sob a forma da cooperativa de compras, iniciada em Rochdale, Lancashire, em 1844. (HOBSBAWM, 1977, p. 175).

Owen nasceu em Newton, Montgomery (norte do País de Gales), no seio de uma família de condições modestas e teve sua trajetória de vida marcada por um intenso trabalho. Mladenatz (2003, p. 35) afirma que:

[...] aos 9 anos, Owen foi aprendiz de um comerciante, aos 14, empregado, aos 19 anos, diretor de uma grande fábrica de tecelagem e aos 21 anos, já era sócio de uma grande empresa de tecelagem em New-Lanarck.

Neste período em que trabalhou na tecelagem, ficou impressionado com a miséria da classe operária e começou a idealizar seus projetos de **reforma social** com o objetivo de implementar medidas práticas para corrigir as condições de trabalho destes operários.

A figura a seguir ilustra a tecelagem em New-Lanarck da qual Robert Owen tornou-se sócio.



Figura 4.1 - New-Lanarck
Fonte: The News [20--?]

Em suas primeiras observações, Robert Owen notou a diferença com “[...] que cuidado eram tratadas as máquinas inertes (máquinas e equipamentos) e com quanta negligência e desprezo eram tratadas as máquinas vivas (operários e trabalhadores)” (MLADENATZ, 2003, p. 35). E foi com base nestas observações que tomou a decisão de idealizar uma reforma social e econômica de modo a melhorar o estado material e cultural da massa operária.



Quais foram as medidas tomadas por Robert Owen para melhorar o estado material e cultural da massa operária inglesa?

Entre as medidas adotadas estão:

- Redução do número de horas de trabalho, de 17 para 10 horas por dia.
- Aumento dos salários.
- Abolição do trabalho para crianças com menos de dez anos nas oficinas e oferta de ensino gratuito as mesmas.
- Busca de apoio financeiro com industriais tendo por objetivo de envolvê-los em seus projetos de política social.

- Esforço para oferecer habitações saudáveis e artigos necessários ao consumo familiar dos operários a preços mais acessíveis.

Observamos na figura seguinte uma escola de ensino gratuita construída por Owen.

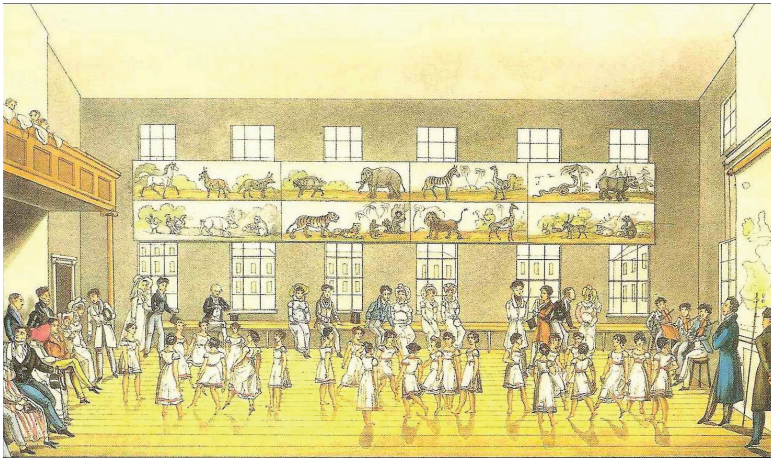


Figura 4.2 - Escola de ensino gratuito de Robert Owen
Fonte: The Decorated School (2011).

Os resultados dessas medidas apareceram muito rapidamente e agradou a administração, apesar destas medidas inicialmente terem amedrontado os sócios desse “filantropo louco”.



Foi constatada a melhora do estado material, físico e moral dos operários e, ao mesmo tempo, a empresa alcançou resultados admiráveis. O sucesso das medidas de Robert Owen o conduziu a elaborar um programa completo de reforma social.

Os problemas sociais que se instalavam nas cidades e arredores com o advento da industrialização somente seria solucionado com a criação de comunidades baseadas na ideia da propriedade coletiva dos meios de produção e na abolição do lucro. Owen referia-se às formas associativas em colônias autossuficientes. Uma das características que vimos nos dois precursores anteriores.

Estas colônias seriam mantidas com seus próprios recursos e meios de produção para que pudessem produzir tudo o que era

necessário para a reprodução das vidas dos membros. Essas colônias poderiam ser caracterizadas como uma espécie de cooperativas integrais, pois a produção e o consumo efetuavam-se de forma comum e estavam articulados entre si.

Nestas cooperativas integrais a produção industrial e a produção agrícola estariam a cargo de pequenos grupos autossuficientes de quinhentos e a dois mil indivíduos. Nestes dois âmbitos, industrial e agrícola, a produção seria realizada em comum, não havendo propriedade privada nem da terra, muito menos dos demais meios de produção. Em cada **comuna**, haveria uma estrutura, como um prédio central, onde viveriam todas as famílias dos membros da comuna.

No intuito de não haver desigualdade social, a produção e a administração da colônia estariam sob a responsabilidade de grupos de pessoas da mesma idade. Com isso, não haveria chefes políticos nem patrões. Portanto, não haveria mais governantes nem governados.

Primeiras colônias

O projeto de Robert Owen, diferente de outros utopistas, saiu do papel. A primeira colônia fundada por Owen em New Lanark, no Reino Unido, obteve sucesso. Esta colônia foi vendida em 1829 para levantar recursos e implementar estruturas similares na América do Norte. Lá Owen fundou, nos Estados Unidos da América, a colônia de New-Harmony, e depois estruturas no México.



Essas experiências não tiveram sucesso por haver conflitos internos. Há indícios de terem falhado por falta de uma liderança forte, de disciplina e ainda de comprometimento por parte dos membros.

A figura na sequência ilustra a colônia de New-Harmony localizada na América do Norte.



Figura 4.3 - Colônia de New-Harmony
Fonte: Wikipédia (2012).

Robert Owen teve alguns discípulos, como E. T. Craig que estabeleceu, em Relahine, as bases de uma colônia cooperativa, transformando-a em uma estrutura de cooperativa integral, tomando os princípios da cooperação pura.

Assim como as demais, essa experiência teve sucesso, porém a organização cooperativa foi fechada alguns anos depois. Os motivos passaram longe de uma possível ineficiência, por exemplo. Como a colônia havia sido criada com recursos de um rico irlandês, chamado Vandeleur, a colônia ainda dependia financeiramente de seus recursos. Mesmo apresentando bons resultados no início e estivesse em pleno desenvolvimento, acabou fechando as portas porque Vandeleur perdeu toda a sua fortuna no jogo.

Conforme já observado, Robert Owen foi o primeiro utopista a usar o termo “cooperativa” o qual tinha somente um sentido: o de oposição ao termo “concorrência”. Hoje temos no mínimo dois significados para aquele termo: o mesmo aplicado por Owen e o significado de ator econômico que participa do sistema capitalista e corrobora com as leis de mercado.

Com isso, percebemos que Robert Owen acreditava que cooperativismo significava comunismo, já que considerava o sistema de cooperativa mutualista oposto e diferente do sistema individualista de concorrência.

As primeiras sociedades cooperativas de seus discípulos foram associações cujos membros pagavam uma cotização semanal com o objetivo de acumular um capital destinado à fundação de vilarejos comunistas. Mas, para isso, era necessário a participação econômica de industriais e investidores com recursos para implementar as colônias.

Sendo assim, Owen almejava a criação de um novo sistema de sociedade com a idealização de seus projetos. Para isso, dirigiu-se aos patrões capitalistas e depois ao governo, reivindicando melhorias nas condições de trabalho e de vida da classe operária. Porém, ninguém lhe deu muita atenção. Dessa forma, preferiu implementar comunidades voluntárias e autogestionárias.



O fundamento principal do pensamento de Owen é que a maior chaga da humanidade é a busca do ganho. Isso resulta do fato de os bens econômicos serem vendidos a um preço mais elevado que o preço de custo, que é o justo. Esse lucro é, pois, injusto. Daí sua teoria de troca equânime (MLADENATZ, 2003, p. 39).

Robert Owen considerava que o **instrumento de lucro** era o **dinheiro**, o qual não é a verdadeira medida do valor dos produtos. Owen resgata a teoria de Adam Smith a qual define que o valor de um produto é determinado pela quantidade de trabalho e de habilidade nele empregada. E assim como Marx e Bellers, Owen admite que o trabalho é o verdadeiro padrão de valor.

Conseqüentemente, o lucro deveria ser abolido. Para isso, era necessário criar um sistema em que o lucro não pudesse se desenvolver. Então, a criação de uma estrutura para a troca de trabalho (*labor exchange*) era fundamental. O objetivo de abolir o lucro comercial veio a partir ideia da eliminação dos intermediários, estes que dominavam o mercado e faziam subir inutilmente o preço das mercadorias para aumentarem seus lucros.



Como seria organizado o *labor exchange*?

Este sistema seria organizado com base nos preceitos cooperativos em que cada cooperado recebia “bônus de trabalho” por cada mercadoria produzida. O valor de cada bônus seria determinado de acordo com o número de horas de trabalho necessárias à produção.

Robert Owen tentou colocar em prática esse projeto de Bolsa de Troca. Em 1832, foi criada a Bolsa de Trabalho semelhante em Londres, *Bray's Jun Road*, a qual foi muito bem-vinda, pois para a classe operária era a oportunidade de afastar-se do terrível fantasma da falta de postos de trabalho no período da Revolução Industrial e pós-revoluções burguesas. Cabe destacar que inclusive as associações de consumo aderiram a essa metodologia de trocas, e que esses projetos tinham a simpatia e a promessa de apoio dos industriais.

As dificuldades de implementação do projeto foram surgindo à medida que as Bolsas eram desvirtuadas e especuladores apareciam apresentando mercadorias ruins e tomando em troca boas mercadorias que eram vendidas no mercado a preços superiores. Com isso, esses especuladores obtinham lucro, os quais Owen se propunha justamente a suprimir.



Mas como isso poderia acontecer se havia um padrão de valor estabelecido?

Mladenatz (2003) esclarece que a quantidade de trabalho necessária para produzir o produto era estabelecida de maneira bastante arbitrária por peritos contratados pela Bolsa de Trabalho. Porém, o principal defeito da Bolsa de Troca foi o que geralmente acontece com todas as experiências de economia social realizadas em pequena escala: “[...] o círculo de atividade – tanto para a produção quanto para o consumo – era demasiadamente restrito, não se podia chegar a adequar a produção às necessidades do consumo” (MLADENATZ, 2003, p. 40). Em 1834, o estabelecimento fechou.

Robert Owen, além de precursor do cooperativismo moderno, também pode ser considerado um precursor da cooperativa

de consumo, pois boa parte dos Pioneiros de Rochdale, os fundadores do cooperativismo moderno de consumo, foram admiradores das ideias de Robert Owen.

Béatrice Potter-Webb (apud MLADENATZ, 2003, p. 41) sintetiza a obra de Robert Owen da seguinte maneira:

Owen se propôs, através de suas comunidades cooperativas, a completar a obra inacabada da Revolução Industrial, estendendo o Sistema Cooperativo (que já existia na produção) à posse da terra e do capital fixo, bem como à troca das mercadorias. Em suma, ele tentou substituir a propriedade privada por uma posse comum das riquezas e o regime da concorrência por uma troca equânime dos víveres entre diversos grupos de trabalhadores associados, troca calculada segundo o valor social dos produtos. Por meio dessa nova organização da produção e da distribuição, ele acreditava poder colocar um fim aos desastres crônicos causados pelas alternativas de inchamentos e de depressões industriais e a este paradoxo do século XIX: o crescimento da produção de víveres, seguido imediatamente da miséria dos trabalhadores.

A teoria complementa que Robert Owen negligenciou questões básicas para uma sociedade cooperativa “[...] ele não havia absolvido o sentido da democracia, esta forma de associação em que o conjunto do povo adquire uma vida coletiva, a vontade interna de transformar as instituições precedendo o ato externo da reforma” (MLADENATZ, 2003, p. 42). Owen esqueceu o princípio da autoajuda (*self-help*) e esperava que as condições “cairiam do céu” com o apoio financeiro do governo e dos capitalistas.

Seção 4 – William King

O doutor William King (1780-1865) foi o último percussor britânico e, ao contrário daqueles que lhe antecederam, os quais se concentraram na produção e idealizaram cooperativas integrais que abarcassem a produção industrial e agrícola além de incorporar o consumo, concentrou-se no âmbito da circulação econômica para compor seus planos sobre as cooperativas de consumo como elemento central de sua concepção.

Havia a concepção de riqueza construída a partir do valor de troca. Isto é, as coisas passariam a ter valor a partir do momento que são intercambiadas no mercado e a riqueza se forma a partir da circulação de bens na economia. Com isso, se deduz que para **criar valor é necessário organizar o comércio de mercadorias e não começar pela produção**, como foi proposto pelos demais precursores britânicos.



Os operários deveriam gastar seu dinheiro na criação de cooperativas de consumo com a ajuda das associações profissionais, no lugar de investir em organização de greves. De acordo com Dr. King, os operários se beneficiariam mais com estas escolhas.

William King tentou colocar em prática sua teoria cooperativista e, em 1827, criou a primeira cooperativa de consumo em Brighton. Foi nesta cidade em que exerceu sua profissão de médico que conheceu a esposa de Byron, grande poeta inglesa, que se interessava pelas instituições de reforma social. A Senhora Byron foi quem ajudou financeiramente a ação cooperativa do Dr. King (MLADENATZ, 2003).

O modelo de cooperativa de consumo de Brighton se espalhou em pouco tempo e mais de trezentas pequenas cooperativas foram criadas, as quais não teriam vida longa e logo desapareceriam. É importante ressaltar que as ações cooperativas do William King não tiveram resultados práticos duradouros, mas nem por isso sua contribuição não tenha tido relevância histórica, visto que suas ideias influenciaram a criação da primeira cooperativa moderna de consumo, a de **Rochdale**.

King não tinha habilidade em gestão e não conseguiu descobrir os sistemas práticos necessários para o funcionamento de uma cooperativa de consumo. Os grupos que formavam as cooperativas que seguiam os ideais deste precursor tinham um número limitado de membros, e isso restringia o poder aquisitivo suficiente para que elas se desenvolvessem.

O pequeno número de cooperados também influenciava no montante de capital dos membros, que era pequeno e não era remunerado, pois os produtos eram vendidos a preço de mercado e os excedentes não eram repartidos entre os sócios clientes, seja como bônus ou juros de capital.

A remuneração deste capital individual era destinada à constituição de um capital coletivo. Isso desestimulava o sócio que não tinha interesse de participar nem como associado muito menos como cliente. Enfim, a participação na cooperativa não beneficiava aos sócios com nenhuma vantagem.

Durante dois anos (1828 e 1829) William King publicou uma revista mensal chamada *The co-operator*. A revista teve vinte e oito números publicados, sendo que todo conteúdo de cada número publicado foi escrito por ele. Seus textos abordavam os temas sobre o cooperativismo, o mutualismo, as *trade-union*, o cristianismo, entre outros. Foi nesta publicação que Dr. King expressou suas ideias sobre o sistema cooperativo.

Diante as condições deploráveis de trabalho na época, King defendia que a classe operária somente seria liberta do estado de miséria e de dependência em que se encontrava em relação às classes capitalistas pelo meio de constituição de instituições cooperativas. Somente as cooperativas seriam capazes de criar as possibilidades de uma “[...] vida independente e um bom estado físico e moral” (MLADENATZ, 2003, p. 45).

A concepção William King está definida da seguinte forma: como outras sociedades – sociedades de socorro mútuo (*benefit clubs*), sindicatos (*trade societies*) e caixas de poupança (*savings banks*) –, a cooperativa visa a se premunir contra certos inconvenientes a que estão expostos os homens quando agem isoladamente e a obter certas vantagens das quais se privariam de outro modo.

Segundo este precursor, os inconvenientes que a cooperativa é chamada a combater são os mais graves a que estão expostos os homens, a saber, as grandes e crescentes dificuldades que enfrentam quando tentam obter, para si e suas famílias, os meios de subsistência, e os perigos da miséria e do crime aos quais estão sujeitos, caso não conseguirem superar essas dificuldades.

Diferente de Robert Owen, Dr. King acreditava na emancipação da classe operária. Isto é, a reforma social não passava pela necessidade de criação de fundos para colocar as ações e experiências cooperativas em prática, pelo menos no início. Sem adotar uma concepção paternalista, Dr. King defendia que a emancipação da classe operária deveria acontecer exclusivamente pelos próprios meios dessa classe. Esta emancipação passava pela autogestão, conhecida pelo termo de autoajuda (*self-help*) na época, sendo considerada como uma das principais questões de sua concepção de cooperativismo (MLADENATZ, 2003).

Neste sentido, William King pretendia conscientizar os trabalhadores que suas forças dispersas poderiam criar uma extraordinária potência de união se conseguissem substituir o individualismo existente pela solidariedade e pela associação dos interesses comuns dos trabalhadores. A classe operária possuía uma importante força e os trabalhadores deveriam tomar consciência disso de modo a direcionar esta força na constituição de cooperativas para melhorar o poder aquisitivo de cada um, mesmo dos mais pobres.

Como mencionado no início, Dr. King afirmava que o lucro comercial não provinha do capital, mas sim das vendas efetuadas pela empresa. Por ser um cristão social, defendia que a cooperativa não devia se limitar somente a organizar a vida econômica dos cooperados, mas deveria também trabalhar as suas necessidades espirituais.

A cooperativa serviria ao homem como meio para sua transformação moral, pois, como os interesses de cada associado são os mesmos, a concórdia e o amor reinariam pela força das coisas. Aí também poderia concretizar-se o preceito cristão de amar ao próximo como a si mesmo.



A concepção de William King difere da concepção de Owen, porque é profundamente cristã. Ao passo que Robert Owen era comunista, um socialista associativista.

Esta transformação moral do homem por meio da cooperativa necessitaria de educação. Mas não dentro da visão atual em que se cultiva somente a inteligência das crianças, mas também da necessidade de se cultivar também sua alma. Por isso, defendia a criação de escolas que formassem homens, além de cultos, homens bons e de caráter. Estas escolas cooperativas teriam ainda a finalidade de ensino econômico e organização das cooperativas.

Fundamentalmente, podemos dizer que a teoria cooperativa de William King é a base social e econômica deste tipo de organização. A cooperativa é o elo que permite a organização do trabalho em função dos próprios trabalhadores. Ela permite que o trabalhador se libere do estado de dependência e de exploração em relação ao fator capital, no qual o salário que recebe não representa todo o valor criado pelo trabalho na fabricação de um produto, mas somente uma insignificante parte deste valor.

Seção 5 – Charles Fourier

François Marie Charles Fourier (1772-1837) faz parte do rol de utopistas que atuaram na França e que contribuíram para a elaboração de uma doutrina social com base cooperativa. Veremos que diferente do que sucedeu na Inglaterra, na França prevaleceram os ideais de cooperativas de produção industrial, com exceção de **Charles Fourier**, que teve a mesma importância na França que Robert Owen teve na história na Inglaterra.

Fourier acreditava que a solução para os problemas sociais se encontrava na constituição de vários grupos organizados numa vida em comunidade. Estes grupos estariam formados por diversas categorias da sociedade, não somente pelos operários como defendia William King e outros, por exemplo.

Era filho de um rico comerciante e perdeu sua fortuna em uma especulação desastrosa. Passou a viver como empregado do comércio após a perda.

Pelo contrário, Fourier acreditava que este sistema teria sucesso se fosse constituído por grupos econômicos com membros pertencentes a todas as classes sociais reunidas. Esses grupos foram chamados de “falanges”, lembrando as invencíveis falanges da Armada Macedônia. A falange era um organismo econômico local da sociedade de Fourier, o **Falanstério**.

Era uma associação de produção agrícola e de consumo doméstico.



Como funcionaria a estrutura dos Falanstérios?

A quantidade de associados que constituía uma falange poderia variar entre quatrocentos e dois mil, a qual poderia variar de acordo com os cálculos de equilíbrio de eficiência. Por exemplo: o rendimento máximo era obtido quando a falange chegasse a 1.620 associados. O dobro do número que indicava, segundo ele, a quantidade dos diferentes caracteres humanos, 810. Este é um ponto que caracteriza o utopismo de Fourier, pois, para ele, a falange deveria reunir todos os caracteres que, completando-se mutuamente, anulariam seus defeitos. Segundo Fourier, na vida em comum realizar-se-ia uma economia importante.

A falange estaria instalada em uma colônia comunitária, chamada Falanstério, a qual teria uma propriedade com a forma quadrada de dois mil hectares de superfície. Isso significaria que haveria pouco mais de um hectare para cada um dos 1.620 associados da falange. Na ilustração a seguir observamos o projeto do Falanstério de Fourier.

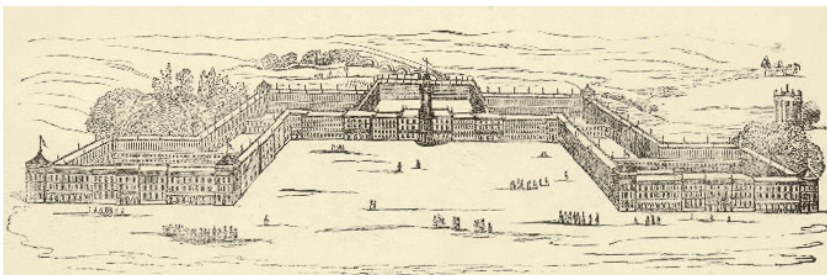


Figura 4.4 - O projeto do Falanstério de Fourier
Fonte: Homeopatia no Brasil (2000).

Na figura apresentada vemos o Palácio Social, edificação que se encontra no centro. Nesta estrutura central encontrar-se-ia a sala de jantar, a biblioteca, a sala de estudos e os salões de

correspondência. Todos os membros da colônia morariam nesse edifício.

Os apartamentos estariam localizados no edifício conforme ilustração a seguir. Nos departamentos vizinhos, encontraríamos instaladas as oficinas de trabalho, bem como as salas de jogos para as crianças.

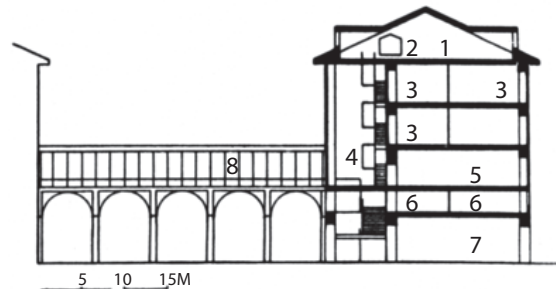


Figura 4.5 - O projeto do Falanstério de Fourier
 Fonte: Cidade e Utopia (2011).

A figura anterior mostra as partes internas do Falanstério: (1) sótão, com os quartos para os hóspedes; (2) caixa d'água; (3) apartamentos; (4) *rue intérieure*; (5) salas de reunião; (6) sobreloja; (7) andar térreo com passagens para viaturas; (8) passadiço coberto.

Fourier não definiu detalhadamente a organização política das falanges como fez com a organização econômica, pois acreditava que o político se auto-organizaria a partir da harmonia completa de interesses dos membros na dinâmica da organização da vida econômica e social. Não seria necessário um governo para controlar e governar por meio de coação, nem de poder administrativo. Os chefes da falange seriam eleitos democraticamente e suas atribuições seriam absolutamente honoríficas (MLADENATZ, 2003).

Segundo este precursor, a propriedade individual seria mantida em convivência com a propriedade coletiva dos meios de produção, portanto, o Falanstério não é considerado uma colônia comunista. Além da propriedade privada, Fourier também manteve a hereditariedade e o lucro do capital, tanto condenado pela cooperativa. A reprodução da vida dos membros

seria coletiva, mas respeitando-se as diferentes formas de viver. A alimentação, por exemplo, podia se diferenciar de acordo com a renda e o gosto dos membros (MLADENATZ, 2003).

Ao idealizar o Falanstério, Fourier deu mais importância à produção agrícola e deixou um pouco de lado a produção industrial, tão importante na época. No Falanstério, estes dois setores estavam divididos da seguinte forma: um quarto do trabalho seria alocado na indústria e três quartos de trabalho deveriam ser disponibilizados para os trabalhos agrícolas.

Fourier considerava a industrialização uma ilusão. “Ele chega à mania de produzir de maneira confusa, sem que o produtor ou o assalariado tenha garantia alguma de poder participar do conjunto de riquezas.” (MLADENATZ, 2003, p. 53).

Seguindo a mesma lógica na agricultura de cereais, utiliza-se o monocultivo, que exigia uma quantidade maior de trabalho, o qual deveria ser substituído pela policultura, mais econômica, cultivando legumes e das árvores frutíferas, por exemplo.



Fourier defendia o trabalho atraente.

Ou seja, os membros deveriam trabalhar nos postos que lhe fossem mais atrativos e prazerosos. A concepção de trabalho não passava pela obrigação ou pelo trabalho penoso. Para isso, Fourier via na área rural o ambiente mais propício para desenvolver as atividades profissionais e assim transferiu as oficinas das cidades para o campo.

As condições de trabalho deveriam contemplar a elegância, limpeza, harmonia espiritual, segurança e locais adequados para desenvolver as atividades, as quais estariam organizadas em séries, isto é, cada membro trabalharia numa atividade por um tempo passando de uma espécie de trabalho para outra livremente. Fourier, assim como Plockboy, esperava que se criasse uma **ligação orgânica entre a produção agrícola e a produção industrial.**



O trabalho atrativo só poderá ser realizado por meio da associação?

Para chegar a esta forma de trabalho atrativo seria necessário haver uma associação. Por isso, o salário, característico do sistema capitalista, deveria desaparecer neste regime e ser substituído pelo trabalho associado, sendo assim a propriedade dos meios de produção passaria a ser coletiva.

A riqueza produzida nessa economia coletiva era distribuída da seguinte forma:

- Cinco doze avos para o trabalho manual.
- Quatro doze avos para o capital.
- Três doze avos para o talento, isto é, ao trabalho intelectual colocado a serviço da produção.

A remuneração dos trabalhadores sairia de uma parte reservada das sobras, que era repartida proporcionalmente aos graus de: necessário, útil ou agradável (MLADENATZ, 2003).



O excedente era distribuído de acordo com o humor, o capital e a "inteligência". Apesar desta repartição não atender aos preceitos cooperativos, é importante observar que neste sistema o trabalhador recebia parte do capital, o que não acontecia nas empresas capitalistas.

Com a reforma social proferida por Fourier, os capitalistas ociosos desapareceriam, e com isso abririam-se mais oportunidades para os trabalhadores participarem do capital por ações.

Fourier compartilhava com a ideia de Robert Owen de filantropia, em que a colônia não era criada com os recursos dos próprios membros dentro da concepção de emancipação social. A colônia seria fundada com o apoio financeiro de um filantropo, que não fazia parte do grupo.

Este filantropo seria um industrial capitalista, que recebia como remuneração do capital investido, uma reserva de um terço das sobras. O problema é que este filantropo nunca apareceu e Fourier nunca conseguiu realizar completamente seus ideais. Porém, o poder público não podia intervir nem na administração nem financeiramente.

Fourier não admitia a ideia de autoajuda (*self-help*) e a colônia não podia ser considerada uma cooperativa autônoma, independente e de democracia pura, visto a liberdade individual estar resguardada.

Os discípulos de Fourier, no período entre os anos de 1841 e 1845, fundaram mais de 34 colônias fourieristas. Algumas sobreviveram por mais tempo, outras não, mas todas fracassaram cedo ou tarde. Os motivos foram diversos, uma delas foi destruída por um incêndio, outras tiveram problemas próprios de gestão, ou, ainda, por motivos de rápido crescimento, atraindo em pouco tempo muitas pessoas que não tinham preparo profissional para contribuir com o processo produtivo do Falanstério. A falta de comprometimento destas pessoas também colaborou com o fracasso destas experiências.

Familistério de Godin

Nem tudo estava perdido, pois Jean-Baptiste André Godin (1817-1888) conseguiu surpreender com o êxito de um dos Falanstérios de Fourier, o qual se mantém até os dias atuais, e está localizado em Guise, na França.



Godin fez suas adaptações ao longo de sua existência e acabou dando ao Falanstério uma configuração própria. Com o tempo, o sistema distanciou-se do caráter inicial. Entretanto, é certo que Godin atuou sob a influência das ideias de Fourier.

Jean-Baptiste André Godin era um operário que assumiu como patrão uma importante empresa metalúrgica, em Guise. Como

conheceu as misérias da classe operária, pois viveu neste meio desde a infância, quis fazer algo pela gente que ainda sofria com a miséria, exploração e desemprego. Apaixonado pelas ideias de Fourier, doou cem mil francos ao Falanstério fundado por Victor Considérant, no Texas.

Não satisfeito, em 1859 Godin criou um Falanstério similar ao de Fourier, em Guise, e o chamou de **Famelistério**. Essa instituição segue funcionando até hoje. Em 1880, o Famelistério foi convertido em cooperativa. As cotas entregues a Godin chegaram ao montante de 3.750 milhões de francos franceses e os operários haviam acumulado, graças à participação nos lucros, mais de 250.000 francos franceses.

A figura a seguir mostra o famelistério de Godin.

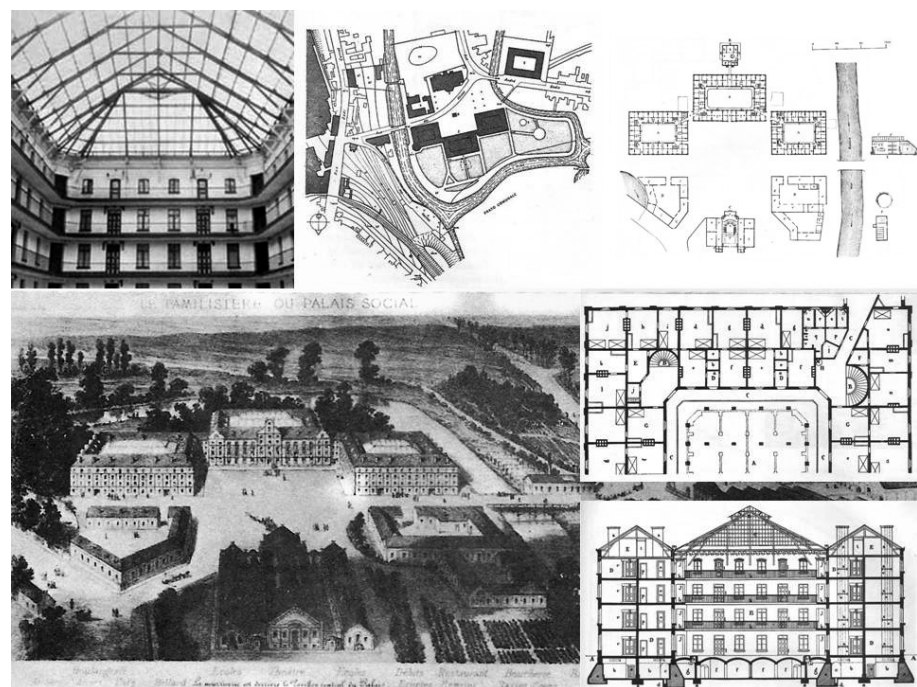


Figura 4.6 - O Famelistério de Godin
 Fonte: Viana (2007).

Neste sistema, os operários recebiam por peça produzida. O lucro resultante era repartido entre os trabalhadores, os quais estavam subdivididos em quatro categorias:

- Os auxiliares, pagos com salários.
- Os participantes, que recebem uma parte além do salário.

- Os societários, pagos com uma parte e meia.
- Os associados, que recebem duas partes.

O excedente obtido pela cooperativa era destinado a uma partilha entre os associados da seguinte forma:

- Vinte e cinco por cento para o fundo de reserva.
- Vinte e cinco por cento para a direção.
- Cinquenta por cento ao capital e ao trabalho dos membros restantes.



O Familistério concebido por Godin não era exatamente aquilo com que Fourier havia sonhado, porém representou uma bela e interessante experiência social, que teve e ainda tem êxito.

Diferente de Fourier, Godin organizou politicamente o Familistério. O sistema era autocrata, o diretor tinha poder patronal e era eleito para a vida toda. Além do diretor, existia o conselho de operários, mas sua função era a de um organismo consultivo.

Ainda comparando com o Falanstério de Fourier, a vida na colônia de Godin, conforme podemos observar, não era uma vida em comunidade. Somente as ações de abastecimentos de víveres estavam sob regime coletivo nos armazéns comuns. Estes armazéns comunais eram os que mais se aproximavam a uma cooperativa, neste caso de consumo. Além deste, o teatro, escolas, biblioteca, salas de recreação, por exemplo, estavam entre as propriedades coletivas.

Com a morte de Godin em 1888, suas ações passaram à colônia e o Familistério passou a constituir uma organização de autogestão pura, onde os trabalhadores administram tanto a produção como a totalidade do capital.

Cabe ressaltar que existiram Falanstérios no Brasil, principalmente no Sul, onde se instalaram as colônias alemãs, italianas e, em pequeno número, as francesas. Na segunda metade do século XIX ocorreram experiências pioneiras de cooperativas integrais, sob a influência do modelo de Fourier. Em Santa Catarina, por exemplo, foi fundado o Falanstério do Saí ou Colônia Industrial do Saí.

Este Falanstério foi uma experiência de origem fourierista, constituída em 1841 por colonos franceses, na península do Saí, às margens da Baía de Babitonga, em São Francisco do Sul, em Santa Catarina, no sul do Brasil.

A ideia de criação deste Falanstério foi do médico Benoît Jules Mure, influenciado pela utopia de Charles Fourier. Benoit conseguiu o apoio de um coronel local, Oliveira Camacho e do então presidente da Província de Santa Catarina, Antero Ferreira de Brito. Com isso, foi possível conseguir ajuda financeira do Governo Imperial do Brasil, e o Falanstério foi criado chegando a ser constituído por quase duzentas pessoas.

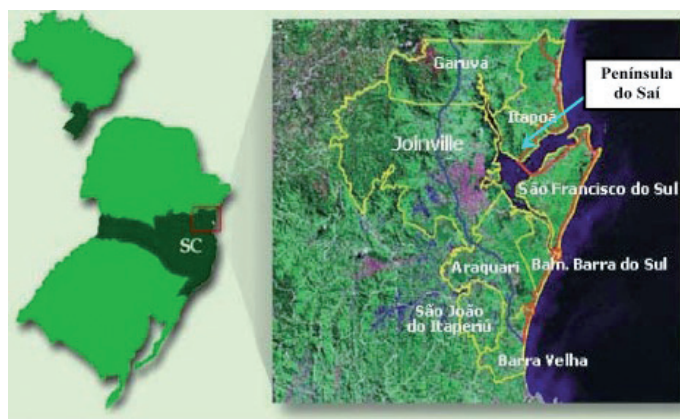


Figura 4.7 - O Familistério do Saí
Fonte: Lins (2009).

É importante destacar que estas experiências chegaram ao Brasil junto com os colonizadores europeus, os quais buscavam mudanças radicais na forma de se organizar a vida, pois, além de atravessarem o Oceano Atlântico à procura de novas oportunidades, procuravam ainda implementar novas formas de interação econômica de forma coletiva e mais solidárias.

Seção 6 – Philippe Buchez

Philippe Buchez (1796-1865) era francês e discípulo de Henry Saint Simon. Como um cristão social entendia que a reorganização da vida econômica da sociedade deveria se realizar por meio de um “novo cristianismo”.

Ao contrário do principal precursor francês, Charles Fourier, Buchez concentrou suas ações na produção industrial.



Philippe Buchez defendia a política de autoajuda (*self-help*).

Para este precursor, a autogestão e autônoma, independente e solidária, fundamentava a emancipação da classe operária por suas próprias forças. Buchez não admitia que nem o Estado nem os capitalistas, por meio da filantropia, deveriam intervir. Pela ideia de emancipação social os próprios trabalhadores associados deveriam levar para a cooperativa os meios de produção que possuíam, além de suas próprias economias. Assim, a própria cooperativa, a partir de sua atividade econômica, conseguiria aumentar o capital.

A associação de produção estaria organizada entre membros de uma mesma profissão. A liderança seria escolhida por meio de eleição democrática entre os associados. Esta liderança seria formada por dois membros de confiança que ficariam a cargo de orientar a cooperativa. Todos os associados receberiam um salário conforme suas capacidades pessoais e as normas existentes nas suas respectivas profissões (MLADENATZ, 2003).

Ao final de cada ano, período de exercício, 80% do excedente líquido da cooperativa era distribuído entre os associados proporcionalmente aos salários recebidos no ano. Os 20% restantes seriam acumulados na conta do capital social, de caráter inalienável, formando um **fundo indivisível e indissolúvel**. Caso a cooperativa se desfizesse, o capital social acumulado não era repartido entre os sócios, mas transferido à outra associação, preferencialmente do mesmo ramo de produção.

Buchez foi além quando visualizou a necessidade de criação de um Banco para a acumulação e administração desses fundos inalienáveis. Estes fundos serviriam para realizar a reforma social de Buchez com a transferência dos meios de produção para as mãos dos operários, administrando-os por meio de cooperativas. O Banco de Estado do Trabalho seria um instrumento importante para transformar a sociedade inteira em uma associação de produção.

Philippe Buchez fundou duas cooperativas de produção, sendo uma de marcenaria e outra de artífices em metal dourado, e nelas aplicou seus princípios e teorias, colocando em prática suas regras. Ambas foram liquidadas em 1832 e 1873, respectivamente.

O excedente era repartido da seguinte forma:

- Um sete avos de seus lucros líquidos era reservado ao fundo inalienável.
- Três sete avos eram atribuídos a um fundo de reserva.
- Três sete avos eram destinados aos membros da cooperativa.

Era uma associação de produção agrícola e de consumo doméstico.

Posteriormente, Louis Blanc retoma este princípio de repartição do excedente e influência as realizações de **Raiffeisen**.

Foi uma série de insurreições que abalaram as monarquias europeias, em que tinham fracassado as tentativas de reformas políticas e econômicas. De caráter liberal democrático e nacionalista, foram iniciadas por membros da burguesia e da nobreza que exigiam governos constitucionais, e por trabalhadores e camponeses que se rebelaram contra os excessos e a difusão das práticas capitalistas.

Seção 7 – Louis Blanc

Para finalizar nosso estudo quanto aos principais precursores do cooperativismo vamos conhecer o último precursor francês, Louis Blanc (1812-1882), o qual foi considerado um agitador político, pois participou ativamente como grande porta-voz do povo na época da **Revolução de 1848**.

Louis Blanc era o mais realista entre os precursores do cooperativismo e sua concepção cooperativa possuía elementos

que levariam mais à sustentabilidade do empreendimento que em outros utopistas. Sua visão partia do pressuposto que a formação de cooperativas de produção levaria à **emancipação social e econômica da classe operária**.

Blanc escrevia para a massa operária, com termos mais simples e com o objetivo de realmente informar e formar a classe operária para a reforma social. Ele se fundamentava nas ideias recomendadas por **Henry Saint-Simon** e Philippe Buchez, porém renovando o conhecimento no movimento cooperativo.

Louis Blanc se diferencia de Buchez por não focar seu discurso somente para a classe dos pequenos artesãos, buscando dirigir seus ideais à massa dos trabalhadores de grandes indústrias.



Louis Blanc tinha como objetivo emancipar a massa dos trabalhadores de grandes indústrias. Esta emancipação significava a libertação das relações de exploração e alienação do trabalho.

Foi um economista francês (1760-1825), um dos precursores do socialismo utópico e referência para os precursores do cooperativismo utópico. Henry Saint-Simon aderiu à Revolução Francesa.

Este precursor expôs seus ideais de reforma social na obra cujo título era *L'organisation du travail*, a qual foi publicada em várias edições. A quinta edição foi considerada a mais importante porque foi a última antes da Revolução de fevereiro de 1848. Além desta, a nona edição de 1850 também foi importante e tinha como subtítulo *A solução do problema social da ordem econômica moderna deve ser buscada pela associação na organização do trabalho*.

Podemos perceber neste subtítulo que o termo “cooperativa” ainda não era utilizado na França, mas estava claro que se tratava da instituição cooperativa.

Para Louis Blanc, a livre concorrência era o agente motivador de todas as misérias conhecidas na ordem econômica na época. Sendo assim, era necessário desenvolver uma nova teoria que se opusesse ao princípio da livre concorrência nos mercados, instituída pelos teóricos econômicos clássicos.

A sociedade tinha um papel importante na vida de todos. Neste sentido, aquele precursor insistia na ideia de que a sociedade deveria assegurar a cada um a possibilidade de trabalhar, e que todos deveriam ter o direito ao trabalho. Essa concepção nos lembra as contribuições resultantes da Revolução Francesa em que se reivindicavam direitos iguais, por exemplo.

O núcleo produtivo do novo sistema econômico elaborado por Blanc era baseado em uma “oficina social”, que consistia na associação operária de produção, com estatutos votados e aprovados pela Representação Nacional (o Estado). Por defender a autogestão, vemos que estas associações fundamentavam-se na democracia e no espírito de solidariedade fraternal.

Porém, para conseguir constituir a associação e começar o processo de emancipação dos trabalhadores, era necessária a contribuição financeira do Estado, pois a massa operária não dispunha do capital inicial para a fundação de uma cooperativa econômica. Esta contribuição estatal obrigatória ficou configurada como o Banco dos Pobres.

Assim, a política da autogestão (autoajuda) seria implementada aos poucos, à medida que os trabalhadores constituíssem capital suficiente para administrar a cooperativa. Mladenatz (2003) explica que no primeiro ano de funcionamento, o Estado estaria bem presente na administração da cooperativa por meio de um diretor nomeado pelo Estado. Com o tempo, os operários associados iriam adquirir conhecimento suficiente para responsabilizarem-se pela gestão da empresa.

A partir da sustentabilidade do empreendimento e da capacidade de autogestão por parte dos associados, a direção passaria a ser constituída por um comitê composto por vários associados, todos eleitos entre si de acordo com os princípios democráticos. Somente assim os próprios trabalhadores passariam a distribuir as tarefas entre os associados, fixar as horas de trabalho, fiscalizar a contabilidade da empresa, entre outros.

Os excedentes gerados pela associação deveriam ser repartidos da seguinte forma (MLADENATZ, 2003, p. 67):

- Uma parte seria destinada a ressarcir o Estado dos fundos emprestados à associação.
- Uma segunda parte seria dividida entre os membros com suplementos iguais aos salários recebidos.
- Uma terceira parte serviria para formar um fundo de reserva em caso de velhice, acidentes, doenças, etc., bem como para aliviar as crises que poderiam atingir a outras indústrias, já que todas as indústrias deveriam auxiliar-se mutuamente.
- O restante seria destinado a um fundo inalienável e indivisível, que serviria para fornecer instrumentos de trabalho aos novos associados, perpetuar o trabalho da associação e generalizar o sistema, pois, dessa forma, um capital considerável seria formado. Este capital não pertenceria a ninguém em particular, mas a todos coletivamente.

Louis Blanc colocou em prática seus ideais criando a primeira associação operária de produção têxtil que tinha como objetivo confeccionar uniformes para a Guarda Nacional francesa. Essa associação começou com aproximadamente cinquenta membros e alcançou dois mil associados e funcionava inicialmente em um prédio da antiga Prisão de Clichy.



O sucesso desta primeira cooperativa impulsionou a criação de muitas outras que ultrapassou a quantidade de cem cooperativas fundadas.

A cooperativa de produção de Louis Blanc não era uma instituição isolada do sistema econômico, mas um núcleo produtivo interagindo como uma grande organização. Era considerada a base de um novo sistema econômico nacional, tendo o Estado a responsabilidade pela regulação da vida econômica, dando-lhe o caráter de representante do Socialismo de Estado, pois, além de prover o apoio financeiro e de gestão

para a criação de empresas cooperativas, ele deveria assumir a administração de empresas como ferrovias, minas, bancos, seguros, entre outros.



O processo de reforma social é muito claro e tangível: “[...] da solidariedade de todos os trabalhadores em uma mesma oficina, nós chegamos à solidariedade das oficinas em uma mesma indústria. Para completar o sistema, seria necessário consagrar a solidariedade das indústrias” (MLADENATZ, 2003, p. 70).

Blanc acreditava que a estrutura cooperativa era superior à indústria capitalista e que os trabalhadores migrariam para as cooperativas derrubando assim as empresas capitalistas.



Síntese

Nesta unidade você identificou os principais precursores do cooperativismo e suas principais características, assim como a contribuição dos mesmos para a sociedade que se encontrava em uma intensa transformação socioeconômica devido às revoluções burguesas.

Constatou que há, basicamente, dois países que impulsionaram estas reações por meio de movimentos cooperativistas, que são a Inglaterra e a França. Justamente os países onde ocorreram as principais revoluções burguesas.

Você estudou que alguns precursores acreditavam na autogestão da cooperativa, como é o caso de Philippe Buchez e outros. Mas Robert Owen e Charles Fourier entendiam que os trabalhadores não poderiam se emancipar sem a ajuda de um filantropo.

Analizou a questão da propriedade dos meios de produção que, em geral, deveria ser coletiva. Porém, alguns utopistas, como Charles Fourier, consideravam a propriedade privada e que esta poderia subsistir.

E, por fim, compreendeu que todos propunham a reforma social, mesmo Louis Blanc, que era um agitador revolucionário. Cada um buscava estratégias e fundamentos para implementar seu modelo de reforma social. Alguns se fundamentavam na religião e por isso eram considerados cristãos sociais, como é o caso de Peter Cornelius Plockboy, William King e Philippe Buchez. Por outro lado, havia os socialistas associativistas, como Robert Owen, Charles Fourier e Louis Blanc.



Atividades de autoavaliação

- 1) A partir de seus conhecimentos, descreva qual era a participação dos filantropos nas cooperativas, e cite um precursor que defendia a participação deles.

2) Identifique qual precursor utopista considerava a autogestão como única forma de emancipação do trabalhador e descreva sua concepção.



Saiba mais

HADDAD, F. et al. **Sindicatos, cooperativas e socialismo**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

SANTOS, B. de S. Introdução. In: SANTOS, B. de S. (org.). **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. Série Reinventando a Emancipação Social.

Realizadores do cooperativismo pioneiro



Objetivos de aprendizagem

- Identificar as principais características dos realizadores do cooperativismo pioneiro.
- Entender experiências práticas desses realizadores e sua contribuição para o aperfeiçoamento do cooperativismo.
- Compreender o papel dos sistemas elaborados pelos realizadores na formação de uma concepção econômica coletiva e solidária.



Seções de estudo

Seção 1 O Sistema Cooperativo de Rochdale

Seção 2 O Sistema Cooperativo de Hermann Schulze-Delitzsch

Seção 3 O Sistema Cooperativo de Friedrich Wilhelm Raiffeisen

Seção 4 O Sistema Cooperativo Wilhelm Haas

Seção 5 O Sistema Cooperativo de Luigi Luzzatti



Para início de estudo

Nesta unidade, você conhecerá os sistemas cooperativos de Rochdale, Schulze-Delitzch e Raiffeisen, os quais são considerados os três principais realizadores do cooperativismo pioneiro. Verá que eles se dedicaram a três diferentes categorias de classes trabalhadoras, as quais formariam a base de cooperados, a saber: a classe operária industrial, a classe média das cidades e massa dos pequenos agricultores, respectivamente.

Estudará os sistemas de Haas e Luigi Luzzatti, os quais são derivações dos sistemas desenvolvidos pelos principais realizadores, e perceberá que os sistemas de Haas e Luigi Luzzatti foram concebidos a partir de uma mescla das experiências de Raiffeisen e de Schulze-Delitzsch.

Por fim, entenderá que os sistemas cooperativos desenvolvidos pelos realizadores apresentam características fundamentais para identificarmos as relações cooperativas e solidárias existentes entre os membros das sociedades, e compreenderá que as relações que tais realizadores têm com o Estado e com os capitalistas ocorre na forma de apoio filantrópico.

Seção 1 – O Sistema Cooperativo de Rochdale

O Sistema Cooperativo dos Probos Pioneiros de Rochdale é o mais importante entre os demais sistemas cooperativos, pois estabeleceu um programa completo contendo princípios teóricos e regras práticas de organização e de funcionamento das Cooperativas de Consumo, servindo de base para formar a estrutura cooperativa que conhecemos atualmente.

O sistema dos probos de Rochdale era composto por 28 tecelões originários da classe operária industrial na Inglaterra. A cooperativa criada por tais tecelões foi inscrita no registro

comercial, sob a denominação de “Rochdale Society of Equitable Pioneers”, em 1844. A figura a seguir ilustra alguns tecelões que formaram o referido sistema.



Figura 5.1 - Probos Pioneiros de Rochdale
Fonte: FECONERGS (2012).

A história dos Probos Pioneiros de Rochdale começou quando tecelões se reuniram para tentar resolver uma situação de miséria em uma época em que se instalava o regime capitalista, cujas consequências já eram duramente sentidas pela classe operária.

Os tecelões apresentaram sugestões, assim, surgiram diversas propostas como: **exílio, abstinência de bebidas alcoólicas, conquista dos direitos políticos pelo povo**, trazidas pelos companheiros partidários do **Movimento político Cartista**, e a **criação de um armazém cooperativo de consumo**, proposto por alguns socialistas seguidores dos ideais de Robert Owen e do Dr. William King.

Movimento reivindicatório dos operários ingleses, ocorrido no século XIX.



O grupo de tecelões optou pela criação de um armazém cooperativo de consumo, por conhecer as dificuldades de lutar no campo político, porém, sofreram muitas críticas pela escolha desta opção, devido aos fracassos de outras experiências similares que existiram no passado.

A intenção do grupo era constituir uma cooperativa de consumo e observar os erros das experiências anteriores para não fracassar,

visto que certos defeitos de organização e de funcionamento já ocorridos poderiam ser evitados por uma organização mais racional.

Funcionamento e estrutura

O sistema de Rochdale era constituído por um rol de regras de organização e de funcionamento, as quais Mladenatz (2003) agrupou em duas categorias, denominadas regras de funcionamento e regras que estruturam o sistema que são apresentadas a seguir:

1. regras que dizem respeito ao funcionamento da empresa;
2. regras que se referem à estrutura da sociedade.

Na sequência, analisaremos algumas características referentes a essas regras.

Regras que dizem respeito ao funcionamento da cooperativa

Iniciaremos pela análise das regras de funcionamento da cooperativa de consumo.

Venda à vista

Os pioneiros de Rochdale preferiram adotar o princípio de venda à vista. Esse é um princípio que não era fácil de aplicar, já que o mercado financeiro capitalista apresentava as facilidades do crédito e compras a prazo.



A regra da venda à vista era necessária para não deixar a cooperativa em situação financeira ruim. Essas regras evitariam eventuais perdas que a cooperativa pudesse sofrer em razão das ações de maus pagadores, não gerando assim prejuízos para os demais membros.

A partir da análise das experiências anteriores referente às cooperativas de consumo, foi constatado que o fracasso deste sistema foi, em grande parte, influenciado pela venda a crédito. Para essas cooperativas, o sistema a crédito era uma das finalidades na criação de cooperativas de consumo, sendo um fator atrativo para os associados.

Porém, os diretores se iludiam com o crescimento do quadro de associado e se esqueciam da dinâmica do retorno do crédito. Isto é, os cooperados não se preocupavam em pagar o que deviam, os diretores não sabiam controlar e cobrar as dívidas.

As vantagens do sistema de venda à vista era o retorno no final do período de exercício da cooperativa, já que essa poderia comprar à vista as mercadorias e vender aos associados pelo preço de mercado, resultando em uma sobra significativa para ser distribuída aos cooperados no final do ano.

Venda a preço corrente do varejo de mercado

Vender mercadorias da cooperativa ao mesmo preço que o consumidor normal (não cooperado) pagaria no mercado parecia não apresentar nenhum benefício aos Pioneiros de Rochdale, porém, essa regra era adotada porque vendiam para os consumidores comuns e não poderiam apresentar dois preços. Por isso, vender as mercadorias a preço de mercado apresentava vantagens sobre a venda ao preço de custo.

O mercado impunha armadilhas às cooperativas que utilizavam o preço de custo. Diferente do preço de mercado, que poderia ser mudado de acordo com o movimento do mercado, o preço de custo não se alterava, com isso, impossibilitava a cooperativa de concorrer com outros armazéns.

Volume de vendas

Os cooperados do sistema de Rochdale entendiam que o volume de vendas era muito importante para uma empresa de mercadorias, pois quanto mais vendas ocorressem haveria mais giro de capital e mais lucro teriam.

Segundo Mladenatz (2003, p. 90) os Pioneiros de Rochdale utilizavam o:

[...] sistema de retorno ou distribuição dos excedentes obtidos pela cooperativa através deste sistema, proporcionalmente às compras efetuadas por cada membro, isso após terem retirado um percentual para os fundos de reserva e os outros fundos coletivos e, enfim, terem proporcionado ao capital uma justa remuneração.

Esse método de repartição do excedente da cooperativa era fruto do espírito da cooperativa, pois, como explica Mladenatz (2003, p. 90):

o excedente de uma cooperativa não resulta das operações comerciais, mas, sendo a cooperativa uma associação de várias famílias que visam abastecer-se em comum, só existe uma economia realizada pelos membros da cooperativa, graças ao fato de se atribuírem o ganho dos comerciantes intermediários ao obter em comum e diretamente os produtos necessários. É justo e natural que esse ganho seja distribuído proporcionalmente entre os associados, segundo o seu movimento.

Ou seja, eles substituíram a estratégia de venda diferenciada para o mercado comum e para o cooperado. Porém, o cooperado não saía perdendo, pois no final do exercício contábil (ano ou semestre), o excedente seria um montante bem maior a ser repartido entre os cooperados.

Regras que se referem à estrutura da sociedade

Os Pioneiros de Rochdale estabeleceram algumas regras relativas a seus membros e também à estrutura de associação cooperativa, que regem sobre os seguintes pontos: sistema completo de economia democrática, associação de pessoas, não limitação do número de sócios, seleção dos membros, neutralidade política e religiosa e obras sociais.

Sistema completo de economia democrática

Essa regra estabelecia que um homem tinha o direito a um voto e as diferenças de quantidade de capital, cota social, não davam aos membros direitos políticos diferentes nas Assembleias, órgão supremo da cooperativa. Todos os cooperados tinham o direito de se candidatar para o Conselho Administrativo, desde que se **comprometessem com os negócios da cooperativa**.

Associação de pessoas

A distribuição dos excedentes (resultados financeiros no final do exercício contábil) acontecia proporcionalmente às transações efetuadas e trouxe consequências positivas para a cooperativa, como – a não limitação do número de sócios. Ou seja, essa metodologia não exigia uma quantidade de sócios pequena para que todos recebam uma boa quantia.

Os cooperados assumiriam deveres, entre os quais destacamos:

- Gastar somente o que ganhou e somente em coisas de estrita necessidade, evitando qualquer outra despesa.
- Só toque com parcimônia na sua poupança.
- Fazer o melhor uso de seu lazer para seu progresso intelectual, sendo assim, foram criadas bibliotecas e salas de leitura na cooperativa.
- Honrar o movimento e esperar com paciência o tempo melhor que um dia surgirá.

A não limitação do número de sócios

Observou-se que diferente de uma empresa tradicional, a cooperativa necessitava cada vez mais associados para sobreviver, pois o número de associados influenciava no volume de vendas.

Seleção dos membros

Todos os interessados poderiam fazer parte da Cooperativa de Rochdale, porém, havia um sistema de seleção dos membros. Os candidatos precisariam provar ter bom caráter e honestidade, além de ser recomendado por um cooperado de Rochdale. A concretização da inclusão do candidato na cooperativa era feita mediante deliberação da Assembleia.

Neutralidade política e religiosa

Os Estatutos da Cooperativa dos Probos Pioneiros de Rochdale deixava claro sobre a neutralidade política e religiosa de seus cooperados. As cooperativas também não poderiam se envolver em disputas políticas.

Obras sociais

A Cooperativa dos Probos Pioneiros de Rochdale tinha um papel social importante. Parte de suas sobras eram reservadas às suas obras sociais. A cooperativa possuía programas sociais como, por exemplo: uma casa de apoio para os casos de doença ou morte, propaganda contra o alcoolismo, assistência aos desempregados, entre outros.

Seção 2 – O Sistema Cooperativo de Hermann Schulze-Delitzsch

Hermann Schulze iniciou este Movimento Cooperativista na Alemanha, criando nas cidades um sistema cooperativo caracterizado por organizações cooperativas compostas por classes médias, com pequenos empresários, artesãos e comerciantes.

Em 1850, Schulze fundou, em Delitzsch, por isso o nome do Sistema incorpora este nome, a primeira cooperativa de crédito, configurando-se, assim, como um dos realizadores no ramo de crédito. Essa cooperativa era semelhante às instituições de

crédito popular surgidas em Berlim, entre os anos de 1848 e 1849, por receber doações ou empréstimos, sem juros, advindos das classes ricas, salvo se a cooperativa cobrasse de seus membros o pagamento de juros para os créditos concedidos, e também se houvesse a formação de um fundo pessoal para depósitos mensais.

Porém, logo após a fundação da cooperativa de crédito, em 1852, Schulze implementou o sistema de capital próprio, recebendo cotas subscritas e depositadas pelos cooperados. Para tanto, necessitou instituir a **responsabilidade solidária**.

Significa que todos os cooperados respondem pelos atos de todos na mesma intensidade, sem distinção.



Em 1863, Schulze elaborou um projeto de lei sobre cooperativas e o encaminhou ao Parlamento Prussiano. Este projeto foi aprovado e virou Lei em 1867, constituindo o primeiro Código Cooperativo.

Em junho de 1859 aconteceu o 1º Congresso das Cooperativas de Crédito Schulze. No qual participaram os representantes de 30 bancos populares dos 111 estabelecidos. Nesse congresso, foi criada uma Agência Central e sua direção ficou a cargo de Schulze. Em 1864, essa Agência foi transformada em uma União geral das cooperativas baseadas na autoajuda.

O sistema cooperativo de Crédito de Schulze, segundo Mladenatz (2003, p. 105), está configurado de acordo com as seguintes características:

- O sistema de crédito se amolda às necessidades particulares dos artesãos, dos comerciantes, dos pequenos empresários independentes. Porém, outras categorias econômicas não eram excluídas, inclusive as dos capitalistas.
- A autogestão era característica deste sistema, pois a cooperativa obedecia ao princípio do *self-help* (autoajuda); não admitindo a intervenção da filantropia ou do Estado.
- As **cotas partes** eram a base financeira, base de todo o organismo. Isto é, o capital é próprio.

Cotas partes ou quotas partes é a propriedade individual de cada cooperado dentro da cooperativa. O conjunto das quotas partes constitui o capital social da cooperativa. (UNISOL Brasil, 2012).

- O capital social próprio era complementado pelo fundo de reservas, constituído pelas deduções sobre o ganho líquido anual e pela taxa de inscrição. O fundo de reserva era limitado e composto por 10% do valor do capital subscrito.
- O resultado obtido pela cooperativa era distribuído aos cooperados, sendo auferido ao capital um dividendo, pois os associados assumiriam o risco da cooperativa.
- Adotava-se a responsabilidade solidária e ilimitada dos associados nos bancos populares e nas cooperativas de crédito.
- As pessoas que tinham responsabilidades na administração da cooperativa não eram remuneradas de acordo com as incumbências que lhes eram confiadas.
- Deveria existir uma proporção conveniente entre o capital próprio e o capital emprestado.

As cooperativas de crédito, além destas 8 características que eram gerais e serviam para os demais ramos, também apresentavam as seguintes características:

- Possuíam um campo de cooperados o mais amplo possível, assim como sua clientela.
- Restringiam as atividades às operações bancárias propriamente ditas e não atuavam em outras atividades econômicas que não fossem financeiras.
- A empresa Cooperativa de Crédito poderia atender somente às necessidades de crédito de exploração comercial.
- A cooperativa de crédito deveria assumir sua condição e papel de instituição bancária.
- A ideia da descentralização era uma característica do sistema de Schulze.

O Sistema Cooperativo de Crédito de Schulze desenvolveu um quadro de características que ajudou a construir o cooperativismo que existe hoje. A ideia de democracia, de descentralização política e a responsabilidade solidária e ilimitada marcam este sistema (BARBOSA, 2011).

Seção 3 – O Sistema Cooperativo de Friedrich Wilhelm Raiffeisen

Assim como Hermann Schulze, Friedrich Wilhelm Raiffeisen também implementou uma cooperativa de crédito. Entretanto, dedicou-se a atender as necessidades dos pequenos proprietários rurais.

Raiffeisen foi eleito Prefeito de Weyerbusch, mostrando ser um ótimo administrador, pois em um momento crítico de sua gestão, durante o inverno de 1847-1848, no qual o frio castigou esta região da Alemanha, ele organizou o abastecimento de mantimentos e a fabricação de pão, criando uma padaria que praticava dois preços, um para os ricos e outro para os pobres.

Mas foi em Flammersfeld, também na Alemanha, onde Raiffeisen teve a oportunidade de criar, com a ajuda de alguns habitantes mais ricos da região, a Sociedade Beneficente de Flammersfeld, para ajuda aos agricultores necessitados.

Os sócios segundo Mladenatz (2003, p. 110) subscreviam solidariamente um capital de 5.000 dólares sendo que:

A responsabilidade dos associados era solidária por um determinado capital e a atividade principal da sociedade era dirigida contra o comércio usurário do gado. A sociedade comprava as reses e as cedia aos habitantes, mediante um pagamento anual, por um período não superior a cinco anos.

Raiffeisen era considerado um Cristão Social, pois entendia que “a atividade econômica do homem deve sujeitar-se aos imperativos da ordem ética, isto é, a moral cristã” (MLADENATZ, 2003, p. 122). Ele adotou o princípio da autogestão (*self-help*), defendendo a premissa de: “ajuda-te, que o céu te ajudará!”

Uma característica importante deste sistema, que o difere do Sistema de Schulze, é a intenção de atender a outras necessidades dos pequenos agricultores, constituindo, assim, uma espécie de Cooperativa Integral. Por isso, além de abastecimento e consumo, as cooperativas de crédito passaram a existir para obter os fundos necessários e gerar uma caixa de poupança.

Sua obra, que se consagrou nas **Cooperativas de Crédito do tipo Raiffeisen**, teve início quando foi Prefeito de Heddesford, cidade em que fundou, em 1854, uma “**caixa de socorro**”, logo substituindo-a por uma **sociedade de crédito**.

Com o sucesso desta cooperativa e com a ajuda de amigos, Raiffeisen criou caixas de crédito e de poupança similares em outras localidades.

As características do Sistema Raiffeisen estavam construídas de acordo com as características do meio rural. Segundo Mladenatz (2003, p. 115), essas características formam uma ampla relação de regras, as quais destacam-se:

- **Autogestão.** Defendia-se a ideia da autoajuda entre os associados. Não admitia a intervenção do Estado na gestão nem no apoio financeiro, porém admitia a filantropia como contribuição moral e material.
- **Limitação territorial da cooperativa.** As cooperativas deveriam atender de 600 a 3.000 cooperados de uma mesma localidade ou município. Isso possibilitaria que todos se conhecessem e que houvesse um controle recíproco.
- **A qualidade do membro.** A seleção dos novos membros passaria por uma pesquisa sobre a moral do solicitante.

- **A cooperativa não poderia dispor de capital próprio.** Formado por cotas sociais, mas toda pessoa que se tornasse cooperado deveria contribuir com parte de uma cota simbólica, de acordo com a Lei do Cooperativismo de Schulze.
- **Responsabilidade solidária e ilimitada.** A cooperativa trabalharia sob este princípio, que expressava a solidariedade de todos os membros e todos responderiam pelas obrigações da instituição.
- O capital das cooperativas era formado por meio de um **fundo de reserva** composto pelos excedentes obtidos pela cooperativa. Esse fundo era inalienável e indivisível e, em caso de liquidação da cooperativa, era transferido para outra instituição com a mesma finalidade.
- **Não visava ao lucro.** Todo o excedente financeiro adquirido durante o período de exercício era direcionado para os fundos de reserva e para as obras sociais. Não haveria distribuição dos resultados.
- **A não remuneração das funções.** Todas as funções administrativas da cooperativa não eram remuneradas, com exceção do secretário-contador. Esse procedimento se dava por três motivos: segurança da cooperativa, desenvolvimento do espírito de solidariedade e a economia de despesas gerais.
- A Cooperativa de Crédito também assumiria atividades econômicas como abastecimento e a venda de produtos. Apesar de ser caracterizada pelo **predomínio da cooperativa de crédito e de poupança**.
- **Concessão dos créditos de longo prazo** (2, 4, 6, 10 anos). Essa era uma característica das Caixas Rurais Raiffeisen.
- **Centralização.** O Sistema Raiffeisen era centralista, sendo constituído um Banco Central para “servir de meio de compensação dos fundos disponíveis das diferentes filiadas” (MLADENATZ, 2003, p. 121).

Seção 4 – O Sistema Cooperativo de Wilhelm Haas

O Sistema Cooperativo de Wilhelm Haas teve sua estrutura baseada nos princípios dos sistemas de Raiffeisen e Schulze-Delitzsch.

Wilhelm Haas nasceu em 1839, em Darmstadt, na Alemanha, e faleceu em 1913. Esse realizador criou uma cooperativa rural de consumo em 1872, em Friedberg, também na Alemanha, a qual se caracterizava mais como uma cooperativa rural de abastecimento comum para produtos agrícolas.

Diferente de Raiffeisen, Haas se libertou de todo dogmatismo e assumiu um espírito prático. “Haas renunciou ao caráter ético e cristão da organização cooperativa, acentuando o caráter econômico da ação cooperativa.” (MLADENATZ, 2003, p. 129).

Nesta região da Alemanha já existiam Cooperativas de Crédito organizadas de acordo com os princípios de Schulze-Delitzsch. Aliás, muitas destas caixas de poupança, que eram públicas, já atendiam em grande parte as necessidades de crédito dos pequenos agricultores.

A obra de Haas começa em 1873, com a organização central dos representantes das cooperativas de abastecimento da região que trabalhavam isoladamente. Em assembleia, ficou decidida a criação da “União das Cooperativas Agrícolas de Consumo” no Hesse, um estado da Alemanha. Essa organização de representantes possuía um armazém por atacado, que funcionou até 1890. Após a criação da “União das Cooperativas de Crédito”, instalou-se, posteriormente, a “União das Cooperativas de Laitaria”.



Hass teve um papel fundamental na organização de cooperativas de crédito, principalmente aquelas que se enquadram no sistema de Raiffeisen, assim como na organização de cooperativas de outros ramos fortalecendo-as politicamente dentro do sistema econômico.

A União Geral das Cooperativas Agrícolas do tipo Haas se juntou a União das Cooperativas do tipo Raiffeisen, tornando essa União de Cooperativas a mais poderosa da Alemanha.

De acordo com Mladenatz (2003, p. 125), Haas apresentou um programa de trabalho da União, contendo recomendações as quais são apresentadas a seguir.

- Autogestão. Haas recomendava a autoajuda como uma relação fundamental entre os agricultores associados, a qual tinha como objetivo a consolidação da independência desses agricultores. Haas não recusava a ajuda do Estado, mesmo que os representantes das cooperativas se posicionassem contrários a essa questão.
- A associação cooperativa tinha as seguintes funções: aumento do crédito agrícola pessoal; o abastecimento em comum dos produtos necessários, de boa qualidade e a um preço razoável, a transformação e a valorização dos produtos do campo, da jardinagem, da viticultura, o abastecimento em comum de máquinas e ferramentas, o seguro agrícola, a edificação e a utilização de construções comuns agrícolas e, enfim, a satisfação de outras necessidades da exploração econômica.
- A cooperativa deveria ter apenas um objetivo e um raio de atuação limitado (não ser muito extensa).
- Recomendava-se que as cooperativas locais de crédito deveriam adotar a responsabilidade solidária e limitada dos sócios.
- As cooperativas deveriam ainda organizar-se em função do controle das operações de crédito e financeiras, e também para o abastecimento e vendas em comum.
- Para a defesa dos interesses comuns, as cooperativas organizar-se-iam em função de uma concentração por região, constituindo uniões regionais.

A partir dessas recomendações percebemos que as bases do sistema cooperativo de Haas eram constituídas por uniões regionais, as quais formavam as estruturas de uma união nacional das cooperativas agrícolas. “Na organização preconizada por Haas, a base era formada pela União e pela Federação Regional.” (MLADENATZ, 2003, p. 126).

Além disso, a Cooperativa do tipo Haas, tinha seu capital constituído por meio de subscrições e depósitos de seus cooperados, diferente do tipo Raiffeisen.

Seção 5 – O Sistema Cooperativo de Luigi Luzzatti

O realizador Luigi Luzzatti (1841-1927) era político e professor universitário na Itália. Publicou várias obras sobre assuntos econômicos e financeiros, foi considerado o verdadeiro fundador do Cooperativismo de Crédito Italiano. Entre os anos de 1864 e 1865, implementou os primeiros bancos populares, seguindo os ensinamentos de Schulze-Delitzsch em suas experiências, em Lodi e Milão, na Itália. (MLADENATZ, 2003).



Luzzatti ficou conhecido pela criação de bancos populares, pois as cooperativas de crédito que desenvolveu tinham o objetivo de disponibilizar dinheiros aos necessitados.

É importante destacar que esse realizador possuía uma concepção muito próxima da ética cristã, sendo que essa concepção se constatava em todas as ações no campo cooperativo e social. Luzzatti construiu seu conceito de Cooperativismo utilizando os seguintes termos: “Ajuda-te, Deus e o Estado te ajudarão!”

Em seu primeiro livro, cujo título era “*La diffusione del credito e lê banche popolari*” de 1863, Luzzatti expôs suas principais ideias sobre o sistema de Cooperativas de Crédito mais adequado.

Na sequência, apresentamos algumas características do sistema cooperativo de Luigi Luzzatti.

- As cooperativas de Luzzatti se localizavam nas cidades, porém, existia uma preocupação com o bem-estar das populações rurais.
- Dava muita importância ao aspecto moral da ação cooperativa.
- Reduzia a participação das cotas partes sociais, de acordo com o baixo poder aquisitivo dos associados, ao contrário do que ocorria no sistema adotado por Schulze em suas cooperativas.
- Os bancos populares para Schulze teriam poupanças obrigatórias, já Luzzatti apostou na não imposição dessas poupanças, adotando medidas mais persuasivas, assim como liberdade para obter resultados.
- Luzzatti tinha como foco os fundos de reserva que poderiam ser maiores que o Capital Social, formados a partir do levantamento dos lucros anuais.
- Para esse realizador, alguns valores intangíveis, como a honestidade, facilitariam a geração de capital. Esse princípio se tornava muito importante para uma economia em que os membros não tivessem posses e o pouco que possuíssem valeria muito, como consequência, criava-se um campo moral de confiança ao redor da cooperativa, por meio de exigências de autênticas qualidades morais entre seus cooperados, tanto na direção quanto na organização da instituição.
- Adoção da responsabilidade solidária.
- Não havia remuneração para os cargos da administração, ao contrário do sistema Schulze.

- Os empréstimos eram concedidos de acordo com critérios diferentes do habitual, como: a palavra de honra e sem juros aos mais pobres.
- O Estado entraria no sistema somente para contribuir em ações de apoio às cooperativas de crédito.

Os modelos de sistemas cooperativos apresentados possuem características particulares, de acordo com o contexto territorial onde surgiram. Luzzatti, por exemplo, teve maior preocupação com os mais pobres e criou os bancos populares, deixando-nos um legado importante para o desenvolvimento de sistemas cooperativos de crédito mais democráticos e acessíveis.



Síntese

Nesta unidade, você identificou os realizadores do cooperativismo, e conheceu as características dos principais Sistemas Cooperativos desenvolvidos pelos realizadores cooperativistas Probos de Rochdale, Schulze-Delitzch e Raiffeisen. Conheceu ainda os Sistemas Cooperativos de Haas e Luigi Luzzatti, os quais foram constituídos com base nos princípios daqueles principais sistemas.

Entendeu que a maioria dos sistemas era formada por cooperativas de crédito, no entanto, o Sistema de Rochdale focava no cooperativismo de consumo e o de Raiffeisen e Haas viram a necessidade de se implementar uma espécie de cooperativa integral, abarcando o abastecimento.

Entendeu também que as características que encontramos nas cooperativas na atualidade foram implementadas nesses sistemas, como por exemplo, a responsabilidade solidária dos sócios, a autogestão e a eliminação do lucro.

E por fim, compreendeu que estes Sistemas Cooperativos apresentavam características fundamentais para identificarmos as relações cooperativas e solidárias existentes entre os membros das sociedades. Compreendeu ainda as relações que esses realizadores têm com o Estado e com capitalistas na forma de apoio filantrópico.



Atividades de autoavaliação

- 1) De acordo com o conteúdo abordado em nossa disciplina identifique, qual o ramo do cooperativismo o Sistema de Hermann Schulze-Delitzsch adotava e a qual público era destinado?

- 2) A partir de seus conhecimentos, identifique qual tipo de sistema cooperativo Haas se dedicou a organizar?



Saiba mais

SANTOS, B. de S. Introdução. In: SANTOS, B. de S. (org.). **Produzir para viver**: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. Série Reinventando a Emancipação Social.



Para concluir o estudo

Estudar o cooperativismo é ingressar em um mundo onde a visão de sociedade e da economia é diferente da visão tradicional. Começando pela forma de produção coletiva e solidária. As origens do pensamento cooperativo passaram por outros caminhos, como visto, em paralelo às doutrinas convencionais, mas sempre em diálogo com elas.

Seja na área da administração, das ciências econômicas, do direito ou das ciências sociais e filosóficas, o cooperativismo nos mostra outra forma de se organizar nossas vidas e também de se interagir no sistema econômico.

Neste livro você observou que para contrapor o espírito capitalista, surgiu a doutrina cooperativa e os dogmas de uma economia solidária capaz de promover o empoderamento dos trabalhadores e a posse dos meios de produção.

Estudou os conceitos do cooperativismo, seus fundamentos e como se constituiu num movimento socioeconômico de amplitude mundial. Nesta evolução histórica, foi possível conhecer os fatos que contribuíram para a formação desta concepção econômica.

E por fim, conheceu os Precursores e os Realizadores do cooperativismo e compreendeu as diferenças entre esses dois atores que contribuíram para a constituição do modelo de gestão democrática, coletiva e solidária. Tanto os utópicos, como são conhecidos os precursores, quanto os realizadores, como os Probos de Rochdale, foram fontes de inspiração para a luta contra a exclusão, a exploração e alienação do trabalhador no sistema capitalista. Com isso,

surgiram várias forças neste movimento como a economia solidária que complementa e impulsiona a economia social dentro deste sistema de interação econômica.

Aprofunde seus estudos sobre esses temas buscando as leituras do Saiba mais e explore os sites indicados no Saiba mais / EVA. Autores importantes como Karl Marx, Karl Polanyi e Eric Hobsbawn são fundamentais para conhecer a história do cooperativismo e relacionar este movimento socioeconômico com a história da política econômica mundial.

Assim, espero que este conteúdo contribua em sua formação de modo a construir um mundo melhor, mais justo e solidário!

Bons estudos!!

Professora Letícia Cristina Bizarro Barbosa

Referências



ALIANZA COOPERATIVA INTERNACIONAL (ACI). **Los principios cooperativos**: nuevas formulaciones de la Alianza Cooperativa Internacional. Zaragoza: Escuela de Gerentes Cooperativos, 1968.

ALVES, J. S. Elementos de um feudo. Disponível em: <<http://www.ohistoriador.com.br>>. Acesso em: 23 dez. 2011. II.

BARBOSA, L. C. B. (Org.). Fundamentos do cooperativismo de crédito. Palhoça: Unisul Virtual, 2011.

BARBOSA, L. C. B. Maricultura: una reflexión sobre los caminos de la explotación de lo medios de producción embasado en la agricultura familiar In: VII Encontro Internacional de Economia Solidária do NESOL–USP. São Paulo: USP, 2011. v.7.

BÖÖK, S. A. **Co–operative values in a changing world**. Genebra: ICA, 1992.

BRASIL COOPERATIVO. Princípios do Cooperativismo, 2008. Disponível em: <<http://www.brasilcooperativo.coop.br/site/cooperativismo/principios.asp>>. Acesso em: 20 abr. de 2011.

CASAGRANDE, J. L.; AMORIM, T.–A. de. **Sociologia**. Palhoça: UnisulVirtual, 2007.

CIDADE E UTOPIA. Disponível em: <<http://www.arquitetonico.ufsc.br/cidade-e-utopia---novos-modelos-sociais-e-espaciais>>. Acesso em: 2 jan. 2012. II.

COABRA. Atual Bandeira do Cooperativismo. Disponível em: <<http://www.coabra.com.br/Images/ImagensTexto/image/SimbuloACI.png>>. Acesso em: 24 fev. 2012. II.

COELHO, D. S.; CARVALHO, D. S. **Teorias clássicas**. 2008. Disponível em: <<http://www.academiaeconomica.com/2008/05/teorias-clssicas.html>>. Acesso em: 27 dez. 2011.

COLÔNIA DE NEW–HARMONY. Disponível em: <<http://goo.gl/yllT3>>. Acesso em: 2 jan. 2012. II.

COMAS D'ARGEMIR, D. **Antropología económica**. Barcelona: Ariel, 1998.

CORAGGIO, J. L. La economía social y la búsqueda de un programa socialista para el siglo XXI. **Revista Foro**, Los socialismos del Siglo XXI, Opciones en debate, Bogotá, n. 62, p. 43–44, oct. 2007a.

_____. El papel de la Economía Social y Solidaria en la Estrategia de Inclusión Social. Ponencia presentada en el Seminario “Pensando en alternativas para el desarrollo”. **Taller sobre Inclusión Social en América Latina y Ecuador**, organizado por Flacso y Senplades, Quito, 10–13 de diciembre de 2007b.

_____. Economía del Trabajo. In CATTANI, A. D.; CORAGGIO, J. L. E LAVILLE, J. L. Diccionario de la otra economía: lecturas sobre economía social. Buenos Aires: Altamira, 2009a.

_____. Sostenibilidad. In CATTANI, A. D.; CORAGGIO, J. L. E LAVILLE, J. L. Diccionario de la otra economía: lecturas sobre economía social. Buenos Aires: Altamira, 2009b.

CORREIA, J. M. **Troca desigual e evolução social** (uma crítica da interpretação marxista). 2000. Disponível em: <<http://www.dotecome.com/politica/Textos/Correia-troca.htm>>. Acesso em: 27 dez. 2011.

DANANI, C. El alfiler en la silla: sentidos, proyectos y alternativas en el debate de las políticas sociales y de la Economía Social. In: DANANI, C. (org.). **Política social y economía social: debates fundamentales**. Buenos Aires: UNGS/OSDE/Editorial Altamira, 2004.

DESROCHE, H. **Dês “príncipes” aux “valeurs”**. Étapes d’une ACI revisitée dans son histoire et dans sa préhistoire documentaires, Communautés. Paris: ASSCOD, 1988.

FAUQUET, G. **Regards sur le mouvement coopératif**. Bâle/Paris: Union Suisse des Coopératives de Consommation/Fédération Nationale des Coopératives de Consommation, 1949.

FECOERGS. Probos Pioneiros de Rochdale. Disponível em: <<http://www.fecoergs.com.br/pagina.php?cont=historia.php&sel=2>>. Acesso em: 2 jan. 2012. II.

FILOSOFANDO e HISTORIANDO. As Missões Jesuítas. Disponível em: <<http://filosofandoehistoriando.blogspot.com/2011/07/expansao-territorial-resumo-parte-0505.html>>. Acesso em: 24 fev. 2012. II.

FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. Disponível em: <http://www.fb.es.org.br_PDF_POWERED_PDF_GENERATED>. Acesso em: 20 abr. 2011.

FREITAS, L. C. T. de. **Tahuantinsuyo: o estado imperial inca. A organização social do trabalho no Tahuantinsuyo**. 1997. Disponível em: <<http://www.luzcom.com.br/inca/livro/html/cap09.htm>>. Acesso em: 12 dez. 2011.

GAIGER, L. I. La economía solidaria y el capitalismo en la perspectiva de las transiciones históricas. In CORAGGIO, J. L. (Org.). La economía social desde la periferia: contribuciones latinoamericanas. Buenos Aires: Altamira, 2007.

HARTUNG, A. P. **O cooperativismo ao alcance de todos**. 6. ed. Florianópolis: OCESC/SESCOOP/SC, 2005.

HINKELAMMERT, F; JIMÉNEZ, H. M. **Economía, sociedad y vida humana: preludio a una segunda crítica de la economía política**. Buenos Aires: Altamira, 2009.

_____. **El sujeto y la ley**. El retorno del sujeto reprimido. EUNA: Heredia, 2003a.

_____. **Por una economía orientada hacia la vida**. Economía y Sociedad. Costa Rica: Editorial Departamento Ecueménico de Investigaciones, 2003b.

HISTOBLOG. História Geral. 25 abr. Disponível em: <http://histoblogsu.blogspot.com/2009/04/o-imperio-do-deus-sol.html>. Acesso em: 23 dez. 2011. II.

HOBBSAWM, E. **A era das revoluções: Europa 1789–1848**. 16. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

_____. “Introducción” a Marx, K. en Marx, K. *Formaciones económicas precapitalistas*. Córdoba: Cuadernos de Pasado y Presente N° 20. 1971.

HOMEOPATIA NO BRASIL. Disponível em: <<http://www.homeoint.org/articles/meira/filo.htm>>. Acesso em: 2 jan. 2012. II.

JESUS, P. de e; TIRIBA, L. **Cooperación**. In: CATTANI, A. D. (org.). **Diccionario de la otra economía**. Buenos Aires: Altamira, 2004.

KLAES, L. S. **Cooperativismo e ensino a distância**. 2005. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção). Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

KLICK. Cenário modificado pela Revolução Industrial. Disponível em: <http://www.klick.com.br/Klick_Portal/Enciclopedia/images/Re/415/286.jpg>. Acesso em: 23 dez. 2011. II.

KRIEDTE, P; MEDICK, H; SCHLUMBOHM, J. **Industrialización antes de la industrialización**, Barcelona: Editora Crítica, 1986.

LASSERRE, G. Signification économique et morale des Règles de Rochdale. In: **Revue des Études Coopératives**, Paris, n. 142, 1965.

LINS, H. N. Disponível em: <<http://goo.gl/MFAuC>>. Acesso em: 2 jan. 2012. II.

LISBOA, A. de M. Mercados solidários. In CATTANI, A. D. **La otra economía**. Buenos Aires: Altamira, 2004.

LUCIANO, G. dos S. **O índio brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/ Museu Nacional, 2006.

MACPHERSON, I. **Co-operative principles for the 21st century**. Geneva: ICA, 1995.

_____. **Princípios cooperativos para o século XXI**. Florianópolis: OCESC/SESCOOP/SC, 2003.

MAESTRI, M. Os sete povos missionários: das fazendas coletivas ao latifúndio pastoril rio-grandense. **Revista Espaço Acadêmico**, n. 58, mar. 2006.

MARTINHO, C. **Redes**: uma introdução às dinâmicas da conectividade e da auto-organização. Brasília: WWF, 2003.

MARX, K. **O capital**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980. v. I.

MLADENATZ, G. **História das doutrinas cooperativistas**. Brasília: Confedbras, 2003.

NUN, J. El futuro del empleo y la tesis de la masa marginal. **Revista Desarrollo Económico**, Buenos Aires, v. 38, n. 52, p. 985–1004, enero-marzo 1999.

PINHO, D. B. **A doutrina cooperativa nos regimes capitalista e socialista**. 2. ed. São Paulo: Livraria Pioneira, 1966.

PLENÁRIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA (FBES). Relatório final da IV Plenária Nacional de Economia Solidária, realizada de 26 a 30 de março de 2008 em Luziânia/GO. Disponível em: <http://www.fb.es.org.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=746&Itemid=216>. Acesso em: 20 nov. 2012.

POLANYI, K. La economía como proceso institucionalizado. In: **Trade and Market in the Early Empires**. Economies in History Theory. New York, 1957.

_____. **El sustento del Hombre**. Barcelona: Biblioteca Mondadori, 1994.

_____. **La gran transformación**. Crítica del liberalismo económico. Madrid: Editorial La Piqueta, 1997.

PONTES JR., O. de S.; OSTERNE, F. J. W. **Orientação básica para organização de empreendimentos econômicos solidários de autogestão – EES**: cooperativas. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2004.

PORTAL DO COOPERATIVISMO DE CRÉDITO. O organograma de uma cooperativa de crédito –Governança Cooperativa. 4 fev. 2001. Disponível em: <<http://cooperativismoweb.blogspot.com/2011/02/o-organograma-d-e-uma-cooperativa-de.html>>. Acesso em: 24 fev. 2012. II.

PROGRAMA ECONOMIA SOLIDÁRIA. Missão Jesuíta Guarani. Disponível em: <<http://programaeconomiasolidaria.blogspot.com>>. Acesso em: 23 dez. 2011. II.

RAZETO, L. Economía de Solidaridad y Mercado Democrático. Libro Primero. La Economía de Donaciones y el Sector Solidario. Santiago: Ediciones PET, 1984.

RECH, D. **Notas sobre o Cooperativismo Solidário**. 2010.

SAINT-ALARY, R. **Problèmes et difficultés d'application des Règles de Rochdale dans les différents mouvements et pour chaque forme de coopération**. In: Lês Principes Coopératifs – hier, aujourd'hui, demain? Paris: Institut des Études Coopératifs, 1967.

SANTOS, Boaventura de Souza (Org.). **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Série Reinventando a Emancipação Social: para novos manifestos, 2002.

SCHMIDT, D.; PERIUS, V. Cooperativismo y cooperativa. In: CATTANI, A. D. (org.). **Diccionario de la otra economía**. Buenos Aires: Altamira, 2004.

SINGER, P. **Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativa**. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2001.

_____. **Introdução à economia solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

_____. **Economía solidaria – un modo de producción y distribución**. In: CORAGGIO, J. L. (org.). **La economía social desde la periferia: contribuciones latinoamericanas**. Buenos Aires: Altamira, 2007.

THE DECORATED SCHOOL. Disponível em: <<http://thedecoratedschool.blogspot.com/2011/11/what-is-decorated-schoolrobert-owen-and.html>>. Acesso em: 2 jan. 2012. Il.

THE NEWS. Disponível em: <<http://www.thenews.coop/sites/default/files/imagecache/ImageFull/New%20Lanark%201.jpg>>. Acesso em: 2 jan. 2012. Il.

VIANA, J. Disponível em: <<http://morarcoletivo.blogspot.com/2007/05/familistrio.html>>. Acesso em: 2 jan. 2012. Il.

WATKINS, W. P. **Co-cooperative – Today & Tomorrow**. Manchester: Holyoake Books, 1986.

_____. **L'Alliance Cooperative Internationale**. Londres: ACI, 1970.

WIKIPÉDIA. História do Anarquismo. Disponível em: <<http://goo.gl/TqmMV>>. Acesso em: 2 jan. 2012. Il.

WIKIPÉDIA. Revolução Francesa. Disponível em: <<http://gaxotte.blogspot.com/2007/04/revoluo-francesa.html>>. Acesso em: 23 dez. 2011. Il.

Sobre a professora conteudista



Letícia Cristina Bizarro Barbosa é graduada em Relações Internacionais pela Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL, 2002). Mestre em Economia Social pela Universidad Nacional de General Sarmiento (UNGS, 2009), de Buenos Aires, com bolsa de estudos do Centro Latino-Americano de Ciências Sociais (CLACSO), como tema de pesquisa a subjetividade econômica dos produtores familiares de moluscos. Desenvolveu pesquisas nas áreas internacionais sobre a economia solidária, lógicas econômicas e institucionalização de diferentes racionalidades econômicas. Atualmente é professora da Unisul nos cursos de Gestão de Cooperativas, Relações Internacionais e Especialização em Gestão de Cooperativas de Crédito. É membro e colaboradora da Red de Investigadores en Economía Social y Solidaria (RILESS). Editora da revista científica *Otra Economía*, conceito B1 pela Capes Qualis. Pesquisadora membro do Centro Cultural de la Cooperación (CCC), em Buenos Aires, na área de Economia Social do Departamento de Economia Política e Sistema Mundial. É membro do Grupo Interdisciplinar de Pesquisa em Administração, Relações Internacionais e Turismo (GIPART).



Respostas e comentários das atividades de autoavaliação

Unidade 1

1) Caminho de resposta:

Cooperativismo pode ser entendido como uma doutrina ou um sistema, ou, ainda, um movimento socioeconômico que possui seus próprios fundamentos registrados em seus princípios, valores e identidade.

2) Caminho de resposta:

Entre os sete princípios do cooperativismo apresentados no 14º Congresso da ACI, realizado em Londres estão os **quatro primeiros e obrigatórios** como: 1) A adesão livre; 2) O controle democrático; 3) O retorno com base nas compras; 4) O juro limitado ao capital, e **três princípios secundários ou recomendados**, que são: 1) A neutralidade política e religiosa; 2) A venda à vista; 3) O desenvolvimento da educação.

Já entre os princípios apresentados no 23º Congresso de 1966 da ACI, realizado em Viena estão: 1) Adesão livre; 2) Administração democrática; 3) Juros limitado ao capital; 4) Destino dos excedentes; 5) Desenvolvimento da educação e 6) Intercooperação.

Unidade 2

1) Caminho de resposta:

Os principais modos de produção pré-capitalismo são modo de produção comunal primitivo, modo de produção asiático, modo de produção antigo ou modo de produção escravista, modo de produção feudal e modo de produção capitalista.

2) Caminho de resposta:

São as revoluções geradas pela classe burguesa que possuía o poder econômico, mas não o poder político, pois se encontravam num sistema monárquico em que o absolutismo imperava. As principais revoluções burguesas são: Revolução Francesa e Revolução Industrial.

Unidade 3

1) Caminho de resposta:

Os fatores de produção que caracterizam o modo de produção capitalista são propriedade privada dos meios de produção, individualismo, acumulação de capital, lucro, a alienação do trabalho, exploração do trabalhador, entre outros.

2) Caminho de resposta:

As duas principais escolas teóricas que instituíram o liberalismo econômico são Escola clássica com Adam Smith, David Ricardo ou Karl Marx e Escola Neoclássica com Léon Walras ou Vilfredo Pareto.

Unidade 4

1) Caminho de resposta:

Os filantropos eram empresários que contribuíam com apoio financeiro para criar as colônias, estes empresários não faziam parte da associação. Poderiam ser um industrial capitalista, por exemplo, e recebiam como remuneração do capital investido. Robert Owen é um exemplo de precursor que adotava esta estratégia.

2) Caminho de resposta:

O precursor utopista que considerava a autogestão como única forma de emancipação do trabalhador foi Philippe Buchez, sendo que tinha em sua concepção a autogestão, autônoma, independente e solidária que fundamentava a emancipação da classe operária por suas próprias forças. Buchez não admitia que nem o Estado nem os capitalistas, por meio da filantropia, deveriam intervir na cooperativa. Pela ideia de emancipação social, os próprios trabalhadores associados deveriam levar para a cooperativa os meios de produção que possuíam, além de suas próprias economias.

Unidade 5

1) Caminho de resposta

O ramo do cooperativismo do Sistema de Hermann Schulze-Delitzsch era o cooperativismo de crédito, sendo que os bancos populares que o constituíam se destinavam à classe média.

2) Caminho de resposta

Haas se dedicou a organizar um sistema cooperativo a partir de cooperativas já estabelecidas na forma de Uniões regionais e federações.

Biblioteca Virtual



Veja a seguir os serviços oferecidos pela Biblioteca Virtual aos alunos a distância:

- Pesquisa a publicações on-line
<www.unisul.br/textocompleto>
- Acesso a bases de dados assinadas
<www.unisul.br/bdassinadas>
- Acesso a bases de dados gratuitas selecionadas
<www.unisul.br/bdgratuitas>
- Acesso a jornais e revistas on-line
<www.unisul.br/periodicos>
- Empréstimo de livros
<www.unisul.br/emprestimos>
- Escaneamento de parte de obra*

Acesse a página da Biblioteca Virtual da Unisul, disponível no EVA, e explore seus recursos digitais.

Qualquer dúvida escreva para: bv@unisul.br

* Se você optar por escaneamento de parte do livro, será lhe enviado o sumário da obra para que você possa escolher quais capítulos deseja solicitar a reprodução. Lembrando que para não ferir a Lei dos direitos autorais (Lei 9610/98) pode-se reproduzir até 10% do total de páginas do livro.

UnisulVirtual

A sua universidade a distância



UNISUL

ISBN 9788578174316



9 788578 174316